

# IV Conferência Internacional de História Econômica

## VI Encontro de Pós-Graduação em História Econômica

Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica - ABPHE  
Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade - FEA/USP  
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - FFLCH/USP



São Paulo  
09, 10 e 11 de outubro de 2012

**Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica - ABPHE**  
**Programa de Pós-Graduação em História Econômica**

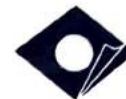
**IV CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA ECONÔMICA &  
VI ENCONTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA**

**Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade - FEA/USP**  
**Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - FFLCH/ USP**

**São Paulo 2012**

Organização

Apoio



## FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Seção de Processamento Técnico do SBD/FEA/USP

Conferência Internacional de História Econômica (4. : 2012 : São Paulo)  
Caderno de resumos da IV Conferência Internacional de História Econômica e  
VI Encontro de Pós-Graduação em História Econômica, São Paulo, 09 a 11 de outubro  
de 2012 / ABPHE, FEAUSP, FFLCH/USP  
-- São Paulo : ABPHE : FEAUSP : FFLCH/USP, 2012  
137 p.

1. História econômica I. Encontro de Pós-Graduação em História Econômica  
(6. : 2012 : São Paulo) II. Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômi-  
ca. III. Universidade de São Paulo. Faculdade de Economia, Administração e Contabi-  
lidade. IV. Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Hu-  
manas. V. Título.

CDD – 330.09

## UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

### REITOR

Prof. Dr. João Grandino Rodas

### VICE-REITOR

Prof. Dr. Hélio Nogueira da Cruz

### PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO

Prof. Dr. Vahan Agopyan

### FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE

#### Diretor

Prof. Dr. Reinaldo Guerreiro

#### Vice-Diretor

Prof. Dr. Nicolau Reinhard

### DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

#### Chefe do Departamento

Prof.<sup>a</sup> Dra. Elizabeth Maria Mercier Querido Farina

#### Vice Chefe do Departamento

Prof. Dr. Joaquim José M. Guilhoto

### FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

#### Diretora

Profa. Dra. Sandra Margarida Nitrini

#### Vice-Diretor

Prof. Dr. Modesto Florenzano

### COMISSÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO- FFLCH

#### Presidente

Prof. Dr. Marcelo Candido da Silva

#### Vice-Presidente

Prof. Dr. Waldir Bevidas

### COMISSÃO COORDENADORA DO PPGHE

#### Presidente

Prof. Dr. Rodrigo Monteferrante Ricupero

#### Vice-Presidente

Profa. Dra. Vera Lucia Amaral Ferlini

## ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM HISTÓRIA ECONÔMICA

### Diretoria (2011-13)

#### Presidente

Armando João Dalla Costa (UFPR)

#### Vice-Presidente

Ângelo Carrara (UFJF)

#### Primeiro-Secretário

Alcides Goularti Filho (UNESC)

#### Segundo Secretário

Thiago Fontelas Rosado Gambi (Unifal-MG)

#### Primeiro Tesoureiro

Pedro Antonio Vieira (UFSC)

#### Segundo Tesoureiro

Afonso Alencastro Graça Filho (UFSJ)

#### Ex-presidentes

Luiz Carlos Soares (1997-1999)

Carlos Roberto Antunes dos Santos (1999-2001)

Wilson Suzigan (2001-2003)

João Antonio de Paula (2003-2005)

Carlos Gabriel Guimarães (2005-2007)

Josué Modesto dos Passos Subrinho (2007-2009)

Pedro Paulo Z. Bastos (2009-2011)

### CONSELHO DE REPRESENTANTES (2011-13)

#### REGIÃO NORTE

Fábio Carlos da Silva

Lucas Araújo Carvalho

#### REGIÃO NORDESTE

João Rodrigues Neto

Ana Paula Sobreira Bezerra

#### REGIÃO CENTRO-OESTE

Paulo Roberto Cimó Queiróz

Teresa Cristina de Novaes Marques

Suplente: Dulce Portilho Maciel

#### REGIÃO SUDESTE

Alexandre Mendes Cunha

Fernando Carlos G. de Cerqueira Lima

Suplente: Daniel do Val Cosentino

#### SÃO PAULO

Cláudia Heller

Alexandre Macchione Saes

Suplente: Cláudia Alessandra Tessari

#### REGIÃO SUL

Fernando Franco Netto

Maria Heloisa Lenz

Suplente: Pedro César Dutra Fonseca

# IV CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA ECONÔMICA & VI ENCONTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA

## COMISSÃO CIENTÍFICA

### BRASIL COLÔNIA

Fernando Carlos Greenhalgh de Cerqueira Lima (UFRJ)  
Teresa Cristina de Novaes Marques (UNB)  
Rodrigo Ricupero (USP)

### BRASIL MONÁRQUICO

Fernando Franco Netto (Unicentro)  
Carlos Gabriel Guimarães (UFF)  
Miriam Dolnikoff (USP)

### BRASIL REPÚBLICA

Paulo Roberto Cimó (UFGD)  
Cláudia Heller (UNESP)  
Renato Colistete (USP)

## HISTÓRIA ECONÔMICA GERAL

Pedro Antônio Vieira (UFSC)  
Flávio Azevedo Marques de Saes (USP)  
Thiago Fontelas Rosado Gambi (Unifal)

## COMISSÃO ORGANIZADORA

Prof. Dr. Alexandre Machione Saes (FEA/USP) Coordenador Geral  
Profª Dra. Vera Lucia Amaral Ferlini (FFLCH/USP)  
Prof. Dr. Rodrigo M. Ricupero (FFLCH/USP)  
Prof. Dr. Armando Dalla Costa (UFPR)  
Prof. Dr. Ângelo Carrara (UFJF)  
Prof. Dr. Felipe Loureiro (Câsper Líbero)  
Profª Dra. Cláudia Alessandra Tessari (UNIFESP)  
Prof. Vinicius de Bragança Muller e Oliveira (Insper)  
Natalia Tamone (FFLCH/USP)  
Luiz Felipe Bruzzi Curi (FFLCH/USP)  
Nelson Alves Caetano (FFLCH/USP)

## COMPOSIÇÃO E REVISÃO DOS ORIGINAIS

Luiz Felipe Bruzzi Curi  
Natalia Tamone

## EDITORAÇÃO ELETRÔNICA

Ismael Belmiro do Rosário

## IMPRESSÃO E Acabamento

Gráfica da FEA/USP

## HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO

Alexandre Mendes Cunha (UFMG)  
José Jobson de Andrade Arruda (USP)  
Marco Cavaliari (UFPR)

## HISTÓRIA DE EMPRESAS

Alcides Goulart Filho (UNESC)  
Armando Dalla Costa (UFPR)  
Luciana Suarez Lopes (USP)

## INICIAÇÃO CIENTÍFICA

Ângelo Carrara (UFJF)  
Afonso Alencastro Graça Filho (UFSJ)  
Maria Alice Rosa Ribeiro (CMU)

## SUMÁRIO

7	Apresentação
11	Programação
11	Mesas-redondas
11	Conferências
12	Seções Ordinárias
25	Resumos
133	Índice Onomástico

## Apresentação

A Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica (ABPHE), fundada em 10 de setembro de 1993, é atualmente a principal organização científica nacional neste campo de estudo. Promovendo encontros anuais entre pesquisadores da área, como também publicando pesquisas de história econômica através de sua revista, a Associação proporciona à comunidade acadêmica a oportunidade de discutir paradigmas de interpretação, conhecer pesquisas em andamento e dialogar com estudiosos de outros países. Além de estimular a discussão, a investigação e a pesquisa documental sobre as transformações das estruturas econômicas, sociais e culturais ao longo da história, a ABPHE abre espaço para mesas e conferências sobre processos econômicos contemporâneos.

A ABPHE comemorou, em setembro de 2011, em Curitiba/PR, durante o IX Congresso de História Econômica e a X Conferência Internacional de História de Empresas, os seus 18 anos de existência com eventos regulares. Além disso, há 10 anos promove o Encontro de Pós-Graduação em História Econômica, que reúne mestrandos e doutorandos com pesquisas no campo da História Econômica. Estes encontros bienais vêm sendo realizados, a partir de 2006, em conjunto com a Conferência Internacional de História Econômica, quando especialistas internacionais são convidados a divulgar pesquisas e problemáticas, apontando linhas para ensino e investigação em nível de pós-graduação. Além dos eventos científicos regulares – Congresso Brasileiro de História Econômica, Conferência Internacional de História de Empresas, Encontro de Pós-Graduação em História Econômica e Conferência Internacional de História Econômica – a ABPHE publica, desde 1998, a revista *História Econômica & História de Empresas*. Trata-se do único periódico brasileiro dedicado especificamente a esses campos do conhecimento, tornando-se o veículo preferencial para a publicação de textos dos pesquisadores da área.

Entre os dias 9 e 11 de outubro de 2012, a Universidade de São Paulo recebe a IV Conferência Internacional de História Econômica & VI Encontro de Pós Graduação em História Econômica, na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH/USP) e na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA/USP). Este evento tem como objetivo primordial proporcionar espaço para a apresentação das pesquisas dos alunos de Graduação e Pós-Graduação, contando também com Conferências e Mesas Redondas de professores e pesquisadores reconhecidos na área. Desejamos aos participantes um congresso proveitoso.

*Comissão Organizadora.*

**PROGRAMAÇÃO**

**PROGRAMAÇÃO**

	09/10	10/10	11/10
09h00-10h45	-	Sessões Ordinárias II	Sessões Ordinárias IV
11h15-13h00	Credenciamento	Mesa-Redonda II	Mesa Redonda IV
13h00-14h30	Almoço	Almoço	Almoço
14h30-16h15	Mesa-Redonda I	Conferência II	Conferência III Premiação
16h45-18h30	Sessões Ordinárias I	Reunião do Conselho ABPHE Sessões Ordinárias III	Sessões Ordinárias V
19h00	Abertura/ Conferência I	Mesa-Redonda III	-

**CONFERÊNCIAS****Conferência I “Latin America in three crises”**

Coordenador: Felipe Loureiro (Cáser Libero)  
Palestrante: Jeffrey Frieden (Harvard University)

**Conferência II “Education and development”**

Coordenador: Vinicius de Bragança Müller e Oliveira (Insper)  
Palestrante: Alexandre Hands (UFPE)

**Conferência III “HE e os 40 anos de Pós-Graduação”**

Coordenadora: Vera Fertini (FFLCH/USP)  
Palestrantes: José Jobson de Andrade Arruda (FFLCH/USP) e Pedro Cezar Dutra Fonseca (UFGRS)  
*Premiação dos Melhores Trabalhos durante a Conferência*

**MESAS-REDONDAS****Mesa-Redonda I “Didática: História Econômica e História do Pensamento Econômico”**

Coordenador: Angelo Carrara (UFJF)  
Palestrantes: Rubens Sawaya (PUC-SP) e Hugo E.A. da Gama Cerqueira (UFMG)

**Mesa-Redonda II “Fontes para história econômica”**

Coordenador: Alexandre Macchione Saes (USP)  
Palestrante: Eustáquio Reis (IPEA) e Renato Marcondes (FEA-RP/USP)

**Mesa-Redonda III "60 anos do BNDES"**

Coordenador: Armando Dalla Costa (UFPR)  
Palestrantes: Pedro Paulo Z. Bastos (Unicamp) e Hildete Pereira de Melo (UFF)

**Mesa-Redonda IV "Escravidão e Demografia"**

Coordenador: José Flávio Motta (FEA/USP)  
Palestrantes: Iraci del Nero da Costa (FEA/USP), Francisco Vidal Luna (FEA/USP) e Herbert Klein (Stanford University)

**SESSÕES ORDINÁRIAS**

**SESSÕES ORDINÁRIAS I**

09/10 | 16h45-18h30

**Mesa 1: Economia e Educação no Brasil de hoje**

**André Roncaglia de Carvalho**

A indexação no Brasil pós-Real: uma abordagem de economia política.

**Eduardo Januário**

Financiamento Educacional no Estado de São Paulo: despesas das unidades orçamentárias da Secretaria da Educação 1986-1994.

**Evânio Mascarenhas Paulo | Christiane Luci Bezerra Alves**

Territórios da produção industrial: considerações sobre política de desenvolvimento e dinâmica setorial no Ceará.

**Marcelo Luiz Mendes Da Fonseca**

A institucionalização da pesquisa científica brasileira: os primeiros anos de atuação do conselho nacional de pesquisas – CNPq.

**Mesa 2: Negociantes e redes mercantis no Brasil setecentista**

**Afonso de Alencastro Graça Filho**

Negócios negreiros na antiga Comarca do Rio das Mortes: Minas Gerais, na segunda metade do século XIX.

**Alexandra Maria Pereira**

De caixeiro a contratador, o caso do português Jorge Pinto de Azeredo.

**Beatriz Libano Bastos Azevedo**

Os contratos coloniais e seus negociantes: arrematação do contrato de escravos (1720-1735).

**Leonardo Cândido Rolim**

O mercado das carnes secas e a produção das oficinas do Siará Grande: quebra de monopólio, circuitos mercantis e abastecimento no Estado do Brasil (século XVIII).

**Mesa 3: Relações comerciais e disputas territoriais no Brasil oitocentista**

**Gabriel Almeida Antunes Rossini**

Apreciações acerca do tráfico interno de escravos no oeste da Província de São Paulo (Rio Claro, 1861-1869).

**Joana Monteleone**

A importância econômica das máquinas de costura no Rio de Janeiro imperial: comércio, consumo e publicidade.

**Natalia Tammone**

Economia e política nas relações comerciais entre Portugal e Estados Unidos (1783-1807).

**Siméia de Nazaré Lopes**

As relações comerciais do Pará no início do século XIX.

**Mesa 4: Cafeicultura em São Paulo**

**Alcione de Albuquerque Mús | Renato Leite Marcondes**

Café e alimentos em Ribeirão Preto no primeiro quartel do século XX: Os contratos de trabalho agrícola.

**Fábio Rogério Cassimiro Correa**

Os Bancos de Custeio Rural e o crédito agrícola em São Paulo (1906-1914).

**Rodrigo Fontanari**

O crédito de vizinhança: capitais e reciprocidade na economia cafeeira paulista (1889-1914).

**Mesa 5: Desenvolvimento e política econômica no Brasil (séc. XX)**

**Cássio Silva Moreira | Pedro Cezar Dutra Fonseca**

O projeto do Governo Goulart e o II PND: um cotejo.

**Christiane Luci Bezerra Alves | Evânio Mascarenhas Paulo | Valéria Feitosa Pinheiro | Karen Nayara Pereira Sobreira | Cícera Samara Rodrigues**

Dinâmica recente da indústria brasileira: do ajuste defensivo nos anos 1990 à redefinição da política industrial nos anos 2000.

**Michel Deliberati Marson**

A evolução da indústria de máquinas e equipamentos: Dedini e Romi entre 1920 e 1960.



**Natalia Maria Salla**

"Alguma coisa como Chicago e Manchester juntas": a exposição industrial de 1917 e o locus da produção de cerâmica em São Paulo no início do século XX.

**Pedro Vilela Caminha**

Políticas para a Agricultura e Industrialização por "Substituição" de Importações na História Econômica do Brasil (1888-1974).

**Mesa 6: Reflexões sobre o desenvolvimento econômico**

**Cristina Frões de Borja Reis**

O papel da estrutura produtiva e instituições no desenvolvimento econômico liderado por recursos naturais: uma revisão teórica e crítica da literatura.

**Ednaldo Michellon | Reinaldo Guedes dos Santos | William Oura Suzuki**

A Influência da Religião no Desenvolvimento dos Países.

**Fabian Scholze Domingues | Pedro Cezar Dutra Fonseca**

Uma reflexão normativa do processo de desenvolvimento. Uma aproximação entre as concepções de Amartya Sen e de Celso Furtado.

**Luiz Eduardo Simões de Souza**

Antecedentes do Pensamento Desenvolvimentista na formação intelectual de Raúl Prebisch.

**Mesa 7: Iniciação Científica I - Economia mineira entre os séculos XIX e XX**

**Antoniell Ferreira Avelino Filho**

Campanha da Princesa na última década do escravismo.

**Mariana da Silva Corrêa**

Os italianos e a formação do espaço urbano de Juiz de Fora (1888-1930).

**Natália Silva Ferreira**

Elite agrária na cidade de Varginha (1881-1920).

**SESSÕES ORDINÁRIAS II**

10/10 | 09h00-10h45

**Mesa 8: Mercado externo, redes mercantis e administração colonial**

**Ana Hutz**

Redes comerciais cristãs novas no Brasil durante o reinado de Filipe III.

**Juliana da Silva Henrique**

Os "Livros de Registro de Entrada de Gado" da Feira de Capoaime (1784-1811).

**Pollyanna Precioso Neves**

O comércio pela estrada proibida da Bahia, 1700-1716

**Thiago Alves Dias**

O Governo das Anexas: Administração e economia nas Capitanias do Norte do Estado do Brasil.

**Franciany Cordeiro Gomes**

Cristãos novos negociantes em Minas Gerais na primeira metade dos setecentos.

**Mesa 9: Território e questões regionais (século XIX)**

**Rafael Martins De Oliveira Laguardia | Angelo Alves Carrara**

Distribuição espacial das propriedades rurais a partir dos registros paroquiais de terras: A paróquia de Santo Antônio do Paraibuna (Juiz de Fora, MG), 1856.

**Vinicius De Bragança Müller e Oliveira**

Diferenças regionais e educação: a instrução primária em São Paulo, Pernambuco e Rio Grande do Sul, 1850-1930.

**Vitor Marcos Gregório**

Sapucai, Minas Gerais e São Paulo: um caso de disputa territorial no Império, 1843 e 1853.

**Mesa 10: Comércio e ocupação urbana no Brasil republicano**

**Luiz Eduardo Carnevalheira de Mendonça**

Recife mascate. A aventura empreendedora lusa na primeira metade do século XX.

**Monique Félix Borin**

As experiências da urbanização e a ocupação da Barra Funda (1900 - 1920).

**Zulmária Izabel de Melo Souza Targas**

As casas comerciais importadoras/exportadoras de Corumbá (1904 - 1915).

**Mesa 11: Desenvolvimento econômico e relações internacionais**

**Antonio Carneiro de Almeida Júnior**

A trajetória do crescimento econômico e as características do desenvolvimento da União Soviética.

**Bernardo Kocher**

A diplomacia econômica brasileira na UNCTAD I

**Francisco Roberto Fuentes Tavares de Lira**

Os processos de substituição de importação do Brasil e da Turquia (1923-1945): a efetividade da intervenção estatal.

**Paulo Roberto de Almeida**

A economia do Brasil nos tempos do Barão do Rio Branco.

**Mesa 12: Industrialismo e idéias econômicas no Brasil**

**Carlos Henrique Lopes Rodrigues**

O Debate entre Roberto Simonsen e Eugênio Gudín na Controvérsia Sobre o Planejamento Econômico.

**Daniilo Barolo Martins de Lima**

A Hegemonia como Processo: Elite burocrática, idéias econômicas e a conformação de grupos de interesse no debate sobre o Tratado de Comércio Brasil – EUA (1935).

**Luiz Felipe Bruzzi Curi**

Roberto Simonsen, Wladimir Woytinsky e o período entreguerras: elementos de questionamento à ortodoxia.

**Maurício Gonçalves Margalho**

O intelectual orgânico enquanto agente político e econômico (1930-1933).

**Mesa 13: Iniciação Científica 2 – Relações de trabalho no Brasil**

**Bruno Gabriel Witzel de Souza**

Imigração Alemã e Mercado de Trabalho na Cafeicultura Paulista - Um Estudo Quantitativo dos Contratos de Parceria.

**Luzia Dematé Salvalaio**

Casamento de escravos: estratégias e consolidação das famílias de cativos em Guarapuava.

**Rafaela Rodrigues da Silva Carvalho**

Escravidão em Machado de Assis: uma análise da obra "Memórias póstumas de Brás Cubas".

**SESSÕES ORDINÁRIAS III**

10/10 | 16h45-18h30

**Mesa 14: Trabalho e empresariado**

**Cristiano José Pereira**

Memória respeitada em arquivo organizado: jovens trabalhadores sindicalizados da fábrica de louças "Santo Eugênio", em São José dos Campos-SP (1951-1973).

**Fernando Sarti Ferreira**

Buenos Aires e o ciclo de greves ao fim da Primeira Guerra Mundial, 1917-1922.

**Marco Antonio Brandão**

De imigrante pobre a pequeno industrial no interior paulista: a formação do empresariado industrial em Ribeirão Preto e Franca (1890-1960).

**Mesa 15: Escravidão no Brasil oitocentista**

**Cleyton Rodrigues dos Santos**

Memórias e histórias da escravidão: violência, trabalho, magia e identidade - Rio Claro na segunda metade do século XIX.

**Daniele Weigert**

Família escrava em Palmas Província do Paraná

**Heloisa Maria Teixeira**

Entre a escravidão e a liberdade: as alforrias em Mariana no século XIX (1840-1888)

**Maria do Carmo de Oliveira Russo**

O escravo enquanto mercadoria: compra & venda e outras atividades mercantis envolvendo cativos em São Mateus/ES na segunda metade do século XIX.

**Marjorie Rocha Cohn**

Uma demografia da escravidão mineira - Fazenda Santa Sofia, 1850-1882

**Mesa 16: Releituras da economia clássica**

**Carlos Leonardo Kulnig Cinelli | Rogério Arthmar**

A economia clássica entre o laissez-faire e o socialismo

**Henrique Pereira Braga**

A riqueza na Riqueza das Nações: uma introdução ao estudo dos limites da sociedade capitalista

**Priscila Santos de Araujo | Niemeyer Almeida Filho**

Adam Smith no Brasil: Avaliação preliminar das consequências das teses de Arrighi para o Desenvolvimento Global e para o Brasil no Século XXI

**Roberto Resende Simiqueli**

Apoikia e Colonia: apontamentos sobre a leitura de Smith das colônias modernas

**Mesa 17: Historiografia e pensamento econômico**

**Magda Holan Yu Chang**

A Economia-Mundo Capitalista: Conceitos e Considerações Histórico-Espaciais

**Nelson Mendes Cantarino**

Conjugando tradições: o pensamento econômico do bispo Azeredo Coutinho entre a herança ibérica e as ideias ilustradas setecentistas (1791-1816).

**Otávio Erbereli Júnior**

História Econômica no Brasil (1951-1972): uma possibilidade de tratamento

**Roberto Pereira Silva**

Duas respostas à Controvérsia dos Métodos: Alfred Marshall e Max Weber.

**Mesa 18: Iniciação Científica 3 – Política econômica e pensamento econômico no Brasil**

**André Schifnagel Achivir**

Federalismo e Reforma Bancária: a Experiência Internacional na Análise de Rui Barbosa

**André Scholl de Almeida | Marlon Acassio Casagrande | Alcides Goularti Filho**

SUDESUL: suas concepções de desenvolvimento e suas estratégias no processo de planejamento 1956-1989

**Francisco Monticeli Valias Neto**

Desenvolvimento Regional no Brasil: as contribuições de Rômulo de Almeida e Celso Furtado

**Rafael Aubert de Araujo Barros | Luiz Eduardo Simões de Souza**

Revisitando Manuel Correia de Andrade e a formação econômica nordestina: A questão das atividades econômicas

**Talita Alves de Messias | Alcides Goularti Filho**

A atuação da SUDESUL nas políticas de desenvolvimento econômico no Litoral Sul de Santa Catarina (1970-1990)

**Mesa 19: Escravidão e transferência da riqueza em Minas Gerais**

**Bruno Novelino Vittoretto**

A incorporação produtiva do café mineiro: entre o vale do Parahybuna e a zona da mata (1855 – 1870)

**Carlos Eduardo Rovaron**

Trabalho comparativo: a produção rural sul mineira na zona de fronteira com o Rio de Janeiro e na zona de fronteira com São Paulo – primeira metade do séc.XIX.

**Edneila Rodrigues Chaves**

Economia local em uma sociedade agrária da província de Minas Gerais (Rio Pardo, século XIX)

**Eduardo José Vieira**

A Economia do Município de Lavras-MG nas Décadas Finais do Regime Escravista (1870-1888)

**SESSÕES ORDINÁRIAS IV**

**11/10 | 09h00-10h45**

**Mesa 20: Setor imobiliário, construção civil e inserção internacional**

**Angelita Matos Souza**

Capitalismo monopolista no Brasil e subimperialismo

**José Roberto Barsotti Baldin**

A evolução do capital imobiliário nacional no setor de shopping centers a partir dos anos de 1980

**Kleber Eduardo Men**

A consolidação do mercado de locações no Brasil: a franquia casa do construtor e sua importância no desenvolvimento do setor de construção civil (1995-2011)

**Luiz Alberto Esteves**

Estratégia Corporativa e Formação de Portfólio: Históricos e Estratégia do Grupo Queiroz Galvão

**Rosana de Melo Louro**

Investimento direto estrangeiro e atuação de empresas e instituições brasileiras no continente africano

**Mesa 21: A fiscalidade no Brasil Colonial**

**Bruno Aidar Costa**

Governar a Real Fazenda: composição e dinâmica da administração fiscal na capitania de São Paulo, 1765-1808

**Hyllo Nader de Araújo Salles**

Negócios e negociantes numa inflexão conjuntural: a dizima da Alfândega na Bahia e no Rio de Janeiro, 1699-1731

**Luiz Alberto Ornellas Rezende**

Um ofício central: o Escrivão da Câmara Municipal de Vila Rica, 1711-1724

**Rafael da Silva Coelho**

Uma lei que causou muita polêmica

**Mesa 22: Políticas monetárias, crédito e crise no Brasil do século XIX**

**Felipe Marinho Duarte**

Mercado de capitais e desenvolvimento econômico Juiz de Fora (1889-1930)

**José Tadeu de Almeida**

Ciclos de investimento, crises monetárias e crises sociais na gestão do Padrão-ouro em Portugal e Brasil no século XIX: uma perspectiva comparada

**Rabib Floriano Antonio**

Crédito e investimento no Vale do Paraíba Fluminense: efeitos de encadeamento e crédito pessoal no coração do Império do Brasil.

**Thiago Fontelas Rosado Gambi**

Administração e economia nas Capitânicas do Norte do Estado do Brasil

### Mesa 23: Agricultura e mercado interno no Brasil do século XX

**Fabio Francisco de Almeida Castilho**

Economia sul-mineira: estudo das transformações regionais no início do século XX.

**Patricia Andrade de Oliveira e Silva | Pedro Ramos**

Brasil Republica: As interpretações acerca da Questão e Reforma Agrária

**Renata Cipolli D'Arbo**

Metodos de produção e produtividade: notas historiográficas sobre a agricultura no sudeste brasileiro

**Roberta Barros Meira**

"O mal dos banqueiros": A concorrência pelo mercado interno na Primeira República

**Vitor Bukvar Fernandes | Roberto Resende Simiqueli**

O passado não resolvido: golpe de 1964 e os antecedentes da questão agrária hoje

### Mesa 24: Economia e desenvolvimento no regime militar

**Ailton Laurentino Caris Fagundes**

Teorias e práticas do desenvolvimento: a elite econômica do regime militar

**Leandro Vizin Villarino**

Uma análise comparativa do PAEG e do PED

**Pedro Henrique Pedreira Campos**

A ditadura dos empreiteiros: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro, 1964-1985.

### Mesa 25: Novas leituras em História do Pensamento Econômico

**Carolina Miranda Cavalcante**

Economia institucional: as três dimensões das instituições

**Emmanuel de Oliveira Boff**

A ontologia neomaterialista de Deleuze e Guattari como fundamento para a nova economia evolucionária

**Marianna Percinio Moreira Bomfim**

Abordagem das Capacitações: um percurso histórico da felicidade nas Ciências Econômicas

**Roselaine Navarro Barrinha da Silva | Virginia Fontes**

A agricultura para o Capital

**Paulo Henrique Furtado de Araujo**

Uma resenha da nova sociologia econômica de Granoveller

### Mesa 26: Iniciação Científica 4 – Interpretação de História Econômica

**Bruno Theodosio**

Crise e superação: o movimento dialético de emergência do capital

**Caio Rennó José**

Capitalismo monopolista: de Baran e Sweezy ao debate brasileiro

**Tallyta Rosane Bezerra de Gusmão**

Território e Crises Econômicas sob a visão de Sistemas-Mundo

### SESSÕES ORDINÁRIAS V

11/10 | 16h45-18h30

### Mesa 27: Economia brasileira e sua vinculação internacional ( século XX)

**Apoena Canuto Cosenza**

A manutenção da divisão internacional do trabalho durante os anos 1994 a 2010.

**Flávio Benedito**

Venezuela/Brasil: algumas considerações sobre os governos progressistas e a globalização

**Rodrigo Regazonni de Oliveira**

O lugar da participação parlamentar nas negociações referentes à alca. Uma amostra do déficit democrático existente no processo decisório da política externa brasileira.

**Virginia Laura Fernández**

Estrutura produtiva, inserção internacional e desenvolvimento: análise da economia real brasileira

### Mesa 28: Ocupação do território, propriedade e conflitos no Brasil colonial

**Fernando Gaudereto Lamas**

Conflitos agrários e produção econômica na área Central da Mata mineira (1767-1800)

**Patrícia Valim**

José Pires de Carvalho e Albuquerque, Secretário de Estado e Governo do Brasil: poder, elites e contestação na Bahia de 1798

**Quelen Ingrid Lopes**

Espaço, estrutura agrária e expansão territorial: o mercado de propriedades rurais do termo de Mariana no século XVIII.

**Mesa 29: Transportes e estrutura viária no Brasil (século XX)**

**Guilherme Carra Makowsky**

Os Trens sem Trilhos: A construção da Estrada de Ferro Norte de São Paulo – 1874 - 1930.

**Ivanil Nunes**

Relatórios de companhias ferroviárias: uma riqueza de fontes.

**Marcel Pereira da Silva**

De gado a café: as estradas de ferro no Sul de Minas Gerais (1874-1910)

**Paulo Roberto de Oliveira**

As estradas de terra no tempo das ferrovias

**Telio Anísio Cravo**

Pontes e estradas numa região agroexportadora: um estudo da infraestrutura viária na região da Mata mineira (1850-1875)

**Mesa 30: Sociedades escravistas e modernidade**

**Débora de Souza Leão Albuquerque**

O Comércio transatlântico de escravos: condução da mão-de-obra negra para Pernambuco entre os séculos XIV e XIX

**Diego de Cambráia Martins**

A economia portuguesa e o tráfico equatorial de escravos.

**Laurent Azevedo Marques de Saes**

A Sociedade dos Amigos dos Negros: o antiescravismo na Revolução francesa

**Márcia Cristina Lacerda Ribeiro**

Ion: a dimensão política subliminar na tragédia de Eurípedes

**Tiago Nasser Appel**

Os limites do absolutismo: Tributação e Representatividade no Ancien Régime

**Mesa 31: Economia do Norte e Centro-Oeste ( século XX)**

**Ana Paula Menezes**

Colônia agrícola nacional de Dourados (CAND): o trabalho dos migrantes e a intensificação da agricultura no antigo sul de Mato Grosso

**Armando Wilson Tafner Junior | Fábio Carlos da Silva**

Expansão da Fronteira Agropecuária do Oeste Paulista para a Amazônia: A Trajetória dos Negócios da Família Ornetto e seus desdobramentos no Mato Grosso

**Leonardo Milanez de Lima Leandro | Fábio Carlos da Silva**

O Seringal Amazônico e o Cafezal do Oeste Paulista: um estudo comparativo das dinâmicas econômicas (1890 – 1930)

**Orange Matos Feitosa**

Uma história de pouco caso: a economia da borracha na produção histórica nacional

**Mesa 32: Desenvolvimento industrial no Brasil (século XX)**

**Gustavo Barros**

O Desenvolvimento do setor siderúrgico brasileiro entre 1900 e 1940: Criação de empresas e evolução da capacidade produtiva

**Juliano Giassi Goularti**

Renúncia fiscal e a política de apoio a indústria em Santa Catarina: um estudo do Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense [PRODEC]

**Ricardo José dos Santos | Ana Paula Macedo de Avellar**

Da Criação do Conselho Nacional do Petróleo ao Prominp: a trajetória histórica das políticas para a indústria do petróleo no Brasil

**Claudia Musa Fay | Geneci Guimarães de Oliveira**

A vulnerabilidade das empresas aéreas diante do novo cenário mundial: O caso brasileiro

**Mesa 33: Leituras de Marx e Keynes**

**Alexandre Flávio Silva Andrada**

Tese da Ancestralidade, Reinvenção da Tradição ou Superação Positiva? Uma Investigação sobre a "Macroeconomia" anterior a Keynes e especulações sobre as Causas do Sucesso da Teoria Geral.

**Bruno Hofig**

Necessidade e contingência em O Capital: contribuição à apreensão científica de um objeto histórico

**Danielle Cristina Guizzo**

O elemento pós-moderno do discurso keynesiano: novas interpretações sobre a incerteza

**Ronaldo Ribeiro Ferreira**

A centralidade do conhecimento ontológico em Marx como caminho para a superação 'do ponto de vista da economia política'

**RESUMOS**

## **Negócios negreiros na antiga Comarca do Rio das Mortes: Minas Gerais, na segunda metade do século XIX.**

**Afonso de Alencastro Graça Filho**

[UFSJ]

Em nossas pesquisas, conseguimos obter alguns resultados sobre os agentes do tráfico negreiro em Minas Gerais, através do cruzamento de fontes diversificadas, como livros de meia sisas de escravos, livros de matrículas comerciais, registros de passagens de escravos, livros cartoriais de ofícios de notas, inventários post-mortem, listas nominativas de habitantes, entre outros. Avançamos na caracterização de seus principais agentes do tráfico negreiro em território mineiro e reconhecemos na elite mercantil seus maiores intermediários. Foi possível entendermos o tráfico de escravos como mais uma atividade comercial exercida por essa elite. A análise regional mais aprofundada nos possibilitou iniciarmos a análise do contexto do tráfico na Comarca do Rio das Mortes, com ênfase nas mudanças de atuação de sua elite no período de 1750-1850.

## **Teorias e práticas do desenvolvimento: a elite econômica do regime militar**

**Ailton Laurentino Caris Fagundes**

[USP]

Até a década de 1950, os mais importantes cargos da área econômica no alto escalão do governo eram ocupados por empresários, banqueiros ou advogados, por políticos profissionais ou homens de confiança. Paulatinamente, entretanto, os técnicos e especialistas começam a ganhar um peso cada vez maior na estrutura burocrática do Estado e a dominar parcelas crescentes das decisões governamentais. Entre esses técnicos e especialistas, os economistas foram seguramente aqueles que conquistaram uma parcela mais significativa de poder político, o que por vezes os aproxima de um tipo poder decisório tido por alguns como quase tecnocrático, sustentado pelo conhecimento especializado e legitimador que guardavam e pela ampla participação que mantiveram no debate político acerca dos destinos da nação. Efetivamente, esse poder atribuído a esses técnicos da área econômica nada tem a ver com as ideias clássicas de tecnocracia. Ainda que tenha havido uma evidente ênfase em critérios de com-

petência na escolha das equipes e um discurso que frequentemente negava as intenções políticas para enfatizar os critérios técnicos das escolhas que diziam respeito aos rumos da economia, a intenção, se é que houve, não passou de peça de oratória ou retórica.

### **Café e alimentos em Ribeirão Preto no primeiro quartel do século XX: Os contratos de trabalho agrícola**

**Alcione de Albuquerque Mäs**

(Pós graduanda em História, Cultura e Sociedade-CEUBM/RP)

**Renato Leite Marcondes**

(FEA-RP/USP)

Apesar do grande destaque do café em Ribeirão Preto, a produção de alimentos manteve-se como atividade importante desenvolvida no município. Sítios e trabalhadores envolveram-se nessa ocupação para o abastecimento dos habitantes da cidade. Analisamos, por meio de contratos de trabalho agrícola, a relação entre o plantio do café e de alimentos.

### **De caixeiro a contratador, o caso do português Jorge Pinto de Azeredo.**

**Alexandra Maria Pereira**

(Doutoranda em História Econômica - FFLCH/USP)

Esta comunicação pretende versar sobre a trajetória do homem de negócios e contratador português Jorge Pinto de Azeredo, em particular, uma análise da dinâmica de inclusão na elite mercantil do Império português, durante a primeira metade do século XVIII. Para tanto, destacamos a sua inserção no circuito mercantil das Minas setecentistas assim como sua participação no universo dos contratos régios. Desse modo, o êxito alcançado por este personagem sugere elementos profícuos para um estudo comparativo daquelas relações tecidas no âmbito familiar, político e mercantil no eixo da América portuguesa bem como no conjunto do Império luso.

### **Tese da Ancestralidade, Reinvenção da Tradição ou Superação Positiva? Uma Investigação sobre a “Macroeconomia” anterior a Keynes e especulações sobre as Causas do Sucesso da Teoria Geral.**

**Alexandre Flávio Silva Andrada**

(Doutorando em Economia (I&D) na Universidade de São Paulo - FEA-USP)

O artigo parte de duas visões conflitantes sobre duas questões fundamentais; (i) Qual era o estado da arte da “macroeconomia” anterior à publicação d'A Teoria Geral (TG)? e; (ii) Quais foram as causas do sucesso de Keynes? Segundo Robert Lucas a TG se caracterizou como um desvio no ruma das análises de flutuação, dado seu rompimento com a tradição equilibrista/clássica/walrasiana em dois pontos fundamentais; a negação do market clearing, e uso de regras comportamentais em desacordo com a teoria neoclássica da escolha. Além disso, seu sucesso deveu-se não fundamentalmente ao gênio de Keynes, mas sim a um conjunto de fatores exógenos, quais sejam; (a) a conjuntura histórica dos anos 1930; (b) os desenvolvimentos do aparato econométrico, graças aos trabalhos pioneiros de Tinbergen e Frisch, e; (c) a transformação do aparato verbal da TG em um conjunto de instruções para a construção de uma “economia artificial” realizada por Hicks. Esses dois últimos pontos teriam tornado o modelo de Keynes – ainda que equivocado em suas premissas – temporariamente mais científico (no sentido de maior grau de falseabilidade) do que os esquemas rivais. Já Olivier Blanchard argumenta que antes de 1940 se caracterizava pela ausência de um aparato comum, explicações centradas em distintas fontes de impulso (clima, tecnologia, moeda, psicológicas, etc.), e mesmo aquelas de espírito walrasiano eram incompletas, de equilíbrio parcial. Aqui as causas do sucesso da Teoria Geral devem-se ao aparato adiantado pelo próprio Keynes; teria sido o primeiro a fazer uma análise explícita levando em conta os três mercados fundamentais da macroeconomia. Ou seja, a metodologia de Keynes representou um evento de estrita superação positiva na disciplina. A partir da análise de resenhas de autores representativos como Wesley Mitchell, Warren Persons, Gottfried Haberler, e dos autores e “escolas” por eles elencados buscamos verificar se a hipótese histórica mais apropriada é a de Lucas ou a de Blanchard. Adiante tentamos responder a questão sobre os motivos do sucesso da TG. Discutir este ponto implica em discutir uma das questões fundamentais da Filosofia da Ciência; como avan-



ça o conhecimento científico? Após apresentar alguns paradigmas e analisar criticamente os pontos levantados por Lucas e Blanchard, apresentamos nossas "especulações" sobre este ponto.

### Redes comerciais cristãs novas no Brasil durante o reinado de Filipe III

Ana Hutz

(Doutoranda do Departamento de História da USP e  
Docente do departamento de Economia da PUC-SP)

O objetivo desse artigo é discutir a penetração das redes comerciais dos cristãos novos portugueses no Brasil durante o reinado de Filipe III (1598-1621). Essa temática se justifica pela amplitude da participação desses comerciantes, os quais se faziam presentes em todas as dimensões do Império português. É sabido que durante a União Ibérica esse espaço se ampliou ainda mais, principalmente durante o reinado de Filipe III. Mas esse período só recentemente ganhou relevância nas investigações sobre a União das Coroas, com destaque para o papel dos comerciantes cristãos novos nos negócios com o Brasil. Nesse momento houve uma importante modificação na estrutura das redes de comércio em escala global e os negócios com o Brasil foram importantes na promoção dessa mudança. No caso do grupo mercantil do Brasil, essa renovação está relacionada com fatores relativos à própria produção do açúcar e sua evolução de preços, mas também à evolução de outras importantes redes comerciais do período, como é o caso da Carreira das Índias e da rede de financiadores da Coroa espanhola.

### COLÔNIA AGRÍCOLA NACIONAL DE DOURADOS (CAND): o trabalho dos migrantes e a intensificação da agricultura no antigo sul de Mato Grosso

Ana Paula Menezes

(Programa de Pós-Graduação em História da  
Universidade Federal da Grande Dourados - PPGH/UFGD)

A Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND) criada no âmbito da Marcha para Oeste foi implantada no antigo sul de Mato Grosso (SMT) durante a década de 1940. O SMT sendo uma área de fronteira parcamente povoada, acabou emergindo como alvo da política de colonização estadonovista, pois se incluía na ideologia dos "espaços vazios", bem como na necessidade de "nacionalização" das fronteiras. Embora inserida nos objetivos políticos do Estado Novo, a CAND refletia também o movimento econômico da expansão das frentes pioneiras, impulsionada pela crescente industrialização do Sudeste brasileiro. Sendo assim, a colônia trouxe para a região profundas transformações, sobretudo de ordem econômica, consolidando sua efetiva inserção à economia de mercado, por meio da intensificação da agricultura. A colônia foi efetivamente implantada pela ação dos milhares de migrantes que oriundos de diversas partes do país aportaram no SMT atraídos pela oferta da terra gratuita. Estes na condição de colonos desenvolveram várias atividades alternativas, como foi o caso da exploração madeireira, mas em sua maioria se dedicaram à agricultura, atividade que constitui o nosso objeto de análise. Buscamos analisar o desenvolvimento da atividade agrícola na CAND nos seus mais variados aspectos. Sabemos que um dos fatores que mais prejudicou os colonos foi a dificuldade de escoamento, nesse sentido abordamos as dificuldades e subsídios iniciais, os gêneros cultivados e sua destinação, englobando o consumo e a venda da produção. Este estudo faz parte de uma pesquisa de mestrado e se pauta em fontes documentais, como depoimentos de antigos colonos e documentos administrativos da época, fontes memorialistas e em uma bibliografia pertinente ao tema.

## A indexação no Brasil pós-Real: uma abordagem de economia política

André Roncaglia de Carvalho

(Doutorando em Economia do Desenvolvimento IPE-USP)

O presente ensaio faz uma apreciação histórica do processo de implementação do programa de estabilização iniciado no governo Itamar Franco, o Plano Real. O escopo é estreito por se tratar de um fenômeno situado na fronteira entre a ciência política e a economia. Neste sentido, serão analisadas evidências que demonstrem as dificuldades de se organizar um plano completo, particularmente no que respeita à desindexação da economia. Isto se deve a três ordens de causas: (1) o conflito distributivo entrenchado na interação entre organização política e o modelo de desenvolvimento econômico do pós-Guerra; (2) as relações de caráter clientelista e corporativista entre Estado e sociedade exigindo concessões para a aprovação de medidas; e (3) o insulamento burocrático de um tecnocracia altamente especializada. Os três elementos combinados no contexto de uma iminente hiperinflação imprimiram sobre a sociedade um sentimento de ameaça e desconfiança que obstaram uma realização completa do plano. O anúncio do plano desencadeou reações defensivas, acirrando o conflito distributivo no período de vigência da URV, obrigando o governo a tomar medidas que de certa forma contrariavam as linhas gerais do plano, tais como a concessão de indexação salarial via IPC-r e indexação de receitas tributárias pela UFIR, ambas com prazo determinado de validade. Ademais, a "dallarização" dos preços e a concessão de indexadores diversos configuram algumas das emendas indicadoras das dificuldades resultantes de um plano tecnocrático que buscou uma reforma do Estado iniciando-se pela estabilização, mesmo que esta tenha aquela como pré-condição.

## Federalismo e Reforma Bancária: a Experiência Internacional na Análise de Rui Barbosa

André Schifnagel Achivir

(Graduando FEA/USP)

Esse artigo se propõe a aprofundar através da análise feita pelo Ministro da Fazenda Rui Barbosa no Relatório do Ministério da Fazenda de 1890 um postulado vastamente encontrado na literatura

brasileira de que o Decreto nº 165 de 17 de janeiro de 1890 teria inspirações estadunidenses. O Decreto por muitos considerado o mais importante do Encilhamento criou três bancos emissores, cada um para uma região distinta do país e mesmo com todas as alterações que se seguiram sobre seus detalhes, foi instrumento fundamental na excessiva liquidez monetária que se verificou naqueles anos. Para compreender onde estariam as influências estadunidenses no Decreto de Rui Barbosa, é necessário conhecer o contexto sob o qual o Ministro esteve à frente da pasta, as peculiaridades do sistema implantado e as experiências norte-americanas sobre as quais versaram sua análise. Em seu Relatório, Barbosa faz um amplo exame das experiências monetárias suíças, embora essa apenas margeie esse estudo, e estadunidenses, destacando lições balizadoras das suas políticas no Brasil. Barbosa inicia sua análise sobre a história dos Estados Unidos a partir do primeiro sistema monetário pós-independência culminando com o sistema vigente em 1890 – ano da autoria do Relatório – que fora instaurado ainda em 1863. Embora seu contexto político e econômico se assemelhe ao enfrentado por Alexander Hamilton, primeiro Secretário do Tesouro dos Estados Unidos da América, sob o governo de George Washington, pode-se afirmar que a situação econômica brasileira se assemelhava mais a enfrentada por Samuel P. Chase, Secretário do Tesouro dos Estados Unidos da América no governo de Abraham Lincoln. Palavras chave: Rui Barbosa, Relatório do Ministro da Fazenda de 1890, Decreto nº 165 de 17 de janeiro de 1890, Experiências Internacionais, Emissão Monetária.

## SUDESUL: Suas Concepções de Desenvolvimento e suas Estratégias no Processo de Planejamento 1956-1989

André Scholl de Almeida

(UNESC/Bolsista PIBIC/CNPq)

Marlon Acastio Casagrande Cardoso

(UNESC/ Bolsista PIBIC/UNESC)

Alcides Goularti Filho

(UNESC/Pesquisador Produtividade CNPq)

Instituída a partir da lei n. 2976, de vinte e seis de novembro de 1956, a SPVERFSP — Superintendência do Plano de Valorização

Econômica da Região da Fronteira Sudoeste do País — fora criada para “eivar o padrão de vida das populações da região e a integrá-la na economia nacional”. Sua área de abrangência era a região de fronteira dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso com os países vizinhos, além dos municípios de Pelotas e Rio Grande, do Estado do Rio Grande do Sul. Em geral, foi um organismo de atuação apagada, o que contribuiu para que em 1967, cumprindo-se o Decreto-Lei n. 301, de vinte e oito de fevereiro, o organismo regional fosse incorporado pela SUDESUL — Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul. Embora inicialmente a SUDESUL tenha mantido a mesma área de atuação da SPVERFSP, ainda em 1967 a área sob sua responsabilidade foi modificada para a totalidade da Região Sul do Brasil. Estas mudanças ocorreram no seio de um movimento de potencialização dos organismos regionais, no início do período auge do desenvolvimento regional brasileiro pautado na presença do Estado como agente planejador. A SUDESUL atuou durante vinte e três anos na formulação, coordenação e orientação de diversos projetos que visavam o desenvolvimento econômico da Região Sul do Brasil. Foi durante fins da década de 1960 e durante boa parte do período do governo Médici que a autarquia realizou a maior parcela dos estudos à cerca da região superintendida e de formulação da sua política de planejamento. Na esfera política, durante esta década — de crescimento econômico e aprofundamento da industrialização — aumentava a repressão e endurecia a Ditadura Militar. Durante o governo Figueiredo, em razão da crise fiscal e financeira do Estado e da centralização, na esfera federal, do poder decisório do desenvolvimento regional, a autarquia perdeu poder político e capacidade de atuação, que vieram a ser recuperados por um breve momento após a redemocratização. Todavia, acabou sendo extinta pela Medida Provisória n. 151, de quinze de março de 1990, no governo Collor, com o início do período hegemônico da ideologia neoliberal. Nesse contexto, o objetivo deste trabalho é estudar, no período de 1956 a 1989: i) o entendimento da SUDESUL sobre o papel da economia da Região Sul dentro da economia nacional; ii) quais eram as estratégias da autarquia no processo de planejamento; e iii) quais foram as suas concepções de desenvolvimento. O artigo está dividido em cinco tópicos: no primeiro, busca-se contextualizar a SUDESUL a partir da discussão das políticas regionais da década de 1950; em seguida, discute-se a criação da SPVERFSP e a tentativa do organismo federal de engendrar o planejamento, desde a sua criação, em 1956, até a sua extinção/

incorporação à SUDESUL, em 1967; no terceiro, busca-se entender as concepções de desenvolvimento e estratégias meso-regionais da SUDESUL, entre os anos de 1967 e 1989; posteriormente, busca-se entender as suas estratégias micro-regionais, durante o mesmo período; e, por fim, realizamos as considerações finais.

## Capitalismo monopolista no Brasil e subimperialismo

Angelita Matos Souza

(Unesp/Rio Claro)

O expansionismo de empresas brasileiras, assim como empreendimentos liderados por construtoras e financiados por bancos estatais do Brasil, vem produzindo manifestações de descontentamento com o suposto “imperialismo” do país pela região, presentes em movimentos sociais, trabalhos acadêmicos e meios de comunicação latino-americanos. Em diálogo com esse debate, gostaríamos de argumentar que na ausência de capital financeiro e de poder militar são desproporcionais as acusações de imperialismo ao Brasil. Sem discutir a questão militar, na 1ª parte do trabalho discorreremos sobre o processo de desenvolvimento capitalista (especialmente durante a ditadura militar), que levou à concentração e centralização do capital, tanto no setor produtivo como no bancário, independentemente um do outro, com financiamentos de longo prazo para investimentos produtivos atrelados às agências estatais. Situação praticamente inalterada: as reformas dos anos 1990 não levariam ao capital financeiro (como se deu, por exemplo, na Espanha); sequer, até aqui, a política dos governos do PT de incentivo aos “campeões nacionais”. Na 2ª parte do texto, discorreremos sobre a configuração atual de grandes grupos nacionais buscando demonstrar que não caberia a nenhum deles a definição de “conglomerado produtivo-financeiro”, mesmo aos que apresentam maior grau de diversificação e internacionalização. Na 3ª parte, concluiremos abordando certa retomada da “teoria” do subimperialismo de Ruy Mauro Marini, defendendo que a perspectiva carece de muitas revisões e atualizações, sendo o esquema explicativo do autor demasiadamente centrado no peso dos fatores externos, além de ser a matriz “consumo” problemática à abordagem do imperialismo. Mas, sobretudo, interessa-nos destacar a imprecisão quanto à definição de capital financeiro, a partir das considerações acerca do capitalismo monopolista no Brasil.

## Campanha da Princesa na última década do escravismo

Antoniél Ferreira Avelino Filho  
(Graduando FEAUSP)

A cidade de Campanha da Princesa, centro econômico e político do Sul de Minas dos oitocentos, foi ao longo da segunda metade do século XIX perdendo sua preponderância como centro regional. Sofreu desmembramentos, com a emancipação de cidades como Itajubá, Três Corações, Águas Virtuosas de Lambari, e ainda, ao que parece, diferentemente de cidades como Varginha e Alfenas, não avançou na produção de café. Conseqüentemente, na passagem para o século XX, a cidade não somente não ampliou sua população, como deixou de assumir atividades comerciais e bancárias que seriam instaladas em outros municípios. O presente artigo busca, desta forma, avaliar a estrutura econômica da sociedade campanhense na segunda metade do século XIX, especialmente na última década do escravismo, identificando como as transformações da economia brasileira interferiram na evolução dos grupos dominantes locais. Para apoiar a constituição da história de Campanha neste período, nos baseamos na análise das Atas da Câmara de Campanha (1830-1896) e nos 130 inventários que cobrem a década de 1880.

## A trajetória do crescimento econômico e as características do desenvolvimento da União Soviética

Antonio Carneiro de Almeida Júnior  
(Doutorando - PPGDE/UFPR)

O presente trabalho constitui uma apreciação acerca do crescimento econômico da União Soviética, assim como uma caracterização do seu processo de desenvolvimento econômico no intuito de classificar as diferentes fases deste desenvolvimento, o que constitui o nosso objetivo. Este foi levado a cabo através da leitura crítica de bibliografia selecionada, por meio da qual coletamos descrições qualitativas, análises e dados secundários acerca da economia soviética. Na elaboração do trabalho, tivemos por base teórica a Economia Política Marxista, e a Teoria Marxista dos Modos de Produção foi o aspecto mais utilizado desta teoria. Além disso, o método dialético de aná-

lise foi peça fundamental para o cumprimento dos objetivos, pois tornou possível a identificação dos saltos qualitativos do processo de desenvolvimento. Do estudo do tema, constatou-se que o desenvolvimento econômico soviético deu-se com base na prioridade do investimento no setor produtor de meios de produção. Além disso, concluiu-se, por fim, que este desenvolvimento da economia soviética pode ser dividido em dois grandes períodos distintos: o período de crescimento acelerado (1928-1959) e o período de desaceleração econômica (1960-1991). Ao analisar tais períodos, concluiu-se que o último deles pode ser dividido em três subperíodos: desaceleração econômica inicial (1960-1974), crise estrutural (1975-1988) e estagnação econômica (1989-1991).

## “A manutenção da divisão internacional do trabalho durante os anos 1994 a 2010.”

Apoena Canuto Cosenza  
(Mestranda em História Econômica - FFLCH/USP)

Maria da Conceição Tavares afirmou em uma entrevista dada ao jornal Folha de São Paulo, publicada no dia 12/09/2010, que a divisão internacional do trabalho mudou na atual conjuntura. Afirmou que “não tem mais centro e periferia” na economia mundial. O desenvolvimento nacional não depende da indústria interna, mas sim da exportação de produtos de forma competitiva, segundo a economista. Seguindo tal raciocínio, Tavares negou a tese de substituição de importação e abraçou a tese de exportação competitiva. Para sustentar seu argumento, Conceição utiliza o desempenho da balança de exportação do Brasil e a inexistência de uma crise da dívida externa do país. O raciocínio de Conceição Tavares expressa uma linha teórica que compreende que o desempenho econômico de um país pode ser medido pelo seu desempenho nas exportações e pelo crescimento do PIB. A escolha de tais índices como chave para analisar o desenvolvimento econômico acaba por mascarar a perda de capitais que um país sofre devido às remessas de dinheiro enviadas por empresas estrangeiras residentes no país. Mascara assim a principal característica da diferença entre centro econômico e periferias econômicas: quem recebe capital e quem perde capital. Diferentemente do Produto Interno Bruto (PIB), o Produto Nacional Bruto (PNB)

leva em consideração apenas o capital que realmente fica na economia nacional. A diferença entre o PIB e o PNB permite verificar o quanto de capital uma economia ganha ou perde devido à atuação de empresas estrangeiras ou multinacionais, ou devido à venda dos recursos nacionais para nações estrangeiras. A análise do desempenho da relação PIB e PNB de diversos países entre 1994 e 2010 permite verificar se houve ou não uma mudança na divisão internacional do trabalho no período que foi marcado por diversas crises econômicas. O que os dados apontam é que efetivamente, no período em questão, existiu um centro econômico chamado Estados Unidos da América.

### **Expansão da Fronteira Agropecuária do Oeste Paulista para a Amazônia: A Trajetória dos Negócios da Família Ometto e seus desdobramentos no Mato Grosso**

**Armando Wilson Tafner Junior**

(Doutorando em Desenvolvimento Socioambiental pelo NAEA/UFPJ)

**Fábio Carlos da Silva**

(Professor Associado do NAEA/UFPJ)

A expansão da fronteira agropecuária brasileira para a Amazônia, na segunda metade do século XX, ocorreu de forma direcionada, privilegiando os interesses do grande capital e deixando à margem uma população, de diferentes etnias, que já se encontrava instalada na Região. A política de incentivos fiscais implementada pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, a partir de 1966, favoreceu a expansão dos negócios de famílias de fazendeiros e empresários rurais do Centro-Sul do Brasil, principalmente de São Paulo, que adquiriram milhares de hectares de terras devolutas estaduais, a preços irrisórios, principalmente nos estados cortados pelas rodovias Belém-Brasília e Cuiabá-PortoVelho. Dentre os projetos pioneiros aprovados pela SUDAM, o de maior magnitude fundiária foi o da Agropecuária Suiá-Missu S/A, até então o maior latifúndio da América Latina pertencente à família Ometto, residente no Estado de São Paulo. A família Ometto, de origem italiana, era grande produtora de açúcar, sendo proprietária de grandes fazendas de plantações de cana-de-açúcar e café no Oeste paulista, e com os incentivos prestados pelo governo militar, decidiu expandir seus negócios para a Amazônia. As culturas agrícolas planejadas no pro-

jeto não deram certo e a solução foi a criação de gado bovino. Neste trabalho analisaremos a trajetória dos negócios da família Ometto do interior de São Paulo para o estado do Mato Grosso, e os principais efeitos e impactos sociais e econômicos dos negócios da família no Mato Grosso.

### **Os contratos coloniais e seus negociantes: arrematação do contrato de escravos (1720-1735)**

**Beatriz Libano Bastos Azevedo**

(Mestranda História Econômica FFLCH - USP)

Os contratos eram um dos meios pelos quais esses negociantes exerciam suas atividades. Estes faziam parte de uma rede comercial que extrapolava as fronteiras da colônia brasileira, em direção ao outro lado do Atlântico e associavam seus capitais ao rentável comércio ultramarino. Era mediante o contrato, que a Coroa estabelecia a concessão a particulares para a exploração de uma atividade econômica. Tal processo jurídico econômico foi amplamente praticado, especialmente no que se refere ao trato de mercadorias dos domínios ultramarinos e adquiriram na sociedade colonial uma imensa importância econômica e política. Nesse sentido, nos propomos a analisar as redes comerciais que envolviam o contrato de saída de escravos, bem como sua arrematação, no período marcado pelo aumento da exigência de braços na atividade mineradora. Nossa análise discute com as visões do Brasil colonial, bem como com as laços mercantis entre metrópole e colônia e a relação da Coroa com esses particulares, os contratadores.

### **A diplomacia econômica brasileira na UNCTAD I**

**Bernardo Kocher**

(Professor de História Contemporânea do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense)

A comunicação pretende analisar uma das partes constitutivas de nossa pesquisa ora em andamento, intitulada "O Brasil no Terceiro Mundo. Uma abordagem sobre a Diplomacia Econômica Brasileira

e o Desenvolvimento Econômico no Regime Militar." Pretende-se compreender a atuação da diplomacia econômica brasileira no âmbito da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (UNCTAD) e do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) durante o período que vai de 1964 e 1984. A comunicação versará, assim, sobre uma face da diplomacia econômica brasileira, em função da perspectiva de modificações nas regras de funcionamento do comércio mundial. No período de análise desenvolveu-se uma articulação muito própria da política externa brasileira - muito influenciada pela sua diplomacia econômica - no interior de um projeto político internacional, denominado de Terceiro Mundo. No seu interior o Brasil possuiu uma participação política pouco intensa mas apresentou, no entanto, no campo das negociações comerciais, uma firme e pró-ativa inserção. A contínua negociação de questões atinentes à modificações nas regras do comércio internacional por parte do Itamaraty com os países latino-americanos, com o mundo afro-asiático, com os países desenvolvidos industrializados e com as economias centralmente planejadas é digna de nota. A diplomacia econômica brasileira articulou em torno da temática do comércio internacional, ainda antes do início do regime militar, uma grande massa de ações políticas e formulou inúmeros conceitos diplomáticos e econômicos para dar vazão às necessidades da economia brasileira, em fase de intensa industrialização. Acresce-se a isto a premência da manutenção do Balanço de Pagamentos em condições de dar continuidade à industrialização que se encontrava em crise no início dos anos sessenta. Pautado no conceito de Deterioração dos Termos de Troca, desenvolvido pelo economista Raul Prebisch (figura de proa tanto intelectual quanto politicamente na Unctad no momento da sua fundação), a diplomacia econômica brasileira atuou com muita intensidade na articulação do encontro, durante a sua realização e, também, nos desdobramentos posteriores da Unctad I. A documentação por ela produzida demonstra que o Itamaraty buscou ser parte da solução para os problemas econômicos nacionais, agindo com afinco para dar continuidade ao processo de desenvolvimento econômico.

## Governar a Real Fazenda: composição e dinâmica da administração fiscal na capitania de São Paulo, 1765-1808

**Bruno Aidar Costa**

(Doutorando em História Econômica - FFLCH/USP)

Durante o governo pombalino, foram criadas novas instituições fazendárias para todo o império - as Juntas da Fazenda - que compartilhavam dos princípios de organização corporativa próprios ao Antigo Regime. As juntas incorporavam parte da elite colonial, como tesoureiros-gerais ou arrematantes dos contratos; aumentavam o poder dos governadores sobre a fiscalidade colonial e projetavam um elemento burocrático em seu desenho institucional com o ofício de contador-geral. As juntas não possuíam um regulamento rígido, homogêneo e completo, uma vez que foram criadas e recriadas nas décadas de 1760 e 1770. Assim, seu real funcionamento só poder ser observado pela análise das atas de reunião e a correspondência entre as juntas e o Erário Régio. O presente texto busca analisar a composição e dinâmica interna da Junta da Fazenda de São Paulo na segunda metade do século XVIII, avaliando seus diversos elementos em funcionamento concreto.

## Imigração Alemã e Mercado de Trabalho na Cafeicultura Paulista - Um Estudo Quantitativo dos Contratos de Parceria

**Bruno Gabriel Witzel de Souza**

(Graduando FEA/USP)

O presente trabalho pretende discutir o controverso tema das potencialidades do sistema de parceria, empregado na Província de São Paulo como forma de obtenção de trabalhadores livres nas fases iniciais da imigração de trabalhadores - no caso específico, referente aos alemães e suíços, engajados por Vergueiro & Cia., para o trabalho nas lavouras cafeeiras paulistas nas décadas de 1840-1870. Na primeira seção do artigo, o fluxo imigratório de alemães e suíços para o interior de São Paulo é separado em quatro fases, que servem de base para o posterior estudo das alterações dos contratos utilizados no engajamento desses imigrantes - tema da segunda seção. Finalmente, utilizando os dados disponíveis para os pioneiros alemães de 1847, que iniciaram o sistema de parceria na Colônia Senador Vergueiro,

são realizados modelos econométricos que visam testar algumas hipóteses subjacentes ao estudo do sistema de parceria; além disso, são calculados os saldos dos imigrantes em cenários diferenciados: baseando-se tanto nas percepções que os colonos tinham de seus contratos, quanto do ponto de vista dos fazendeiros. Quanto às discussões historiográficas, o tema das potencialidades do sistema de parceria opõe essencialmente duas visões: (i) de um lado, Emilia Viotti da Costa discute que a parceria possuía falhas sistêmicas e estava fadada ao fracasso desde seu início; (ii) de outro, Warren Dean aponta que não foi o sistema em si que falhou, mas a maneira como foi aplicado, carecendo uma sociedade essencialmente escravista da habilidade em lidar com os requerimentos e as contestações de trabalhadores livres. O presente trabalho busca lançar luz nessa discussão por meio da apresentação de uma análise quantitativa envolvendo métodos econométricos, além de desenvolver cenários que tratam a parceria tanto do ponto de vista do colono, quanto do fazendeiro.

### **Necessidade e contingência em O Capital: contribuição à apreensão científica de um objeto histórico**

**Bruno Hofig**

(Economista pela FEA/USP, mestrando em História Econômica pela FFLCH/USP e bolsista Fapesp.)

A incapacidade de lidar com a relação entre necessidade e contingência tem impedido o pensamento científico tanto de satisfazer seu ideal (formar um sistema de ideias gerais que seja necessário, lógico, coerente, e em função do qual todos os elementos de nossa experiência possam ser interpretado) quanto de dar conta de uma concepção significativa de tempo. A partir das dialéticas do ser-posto e das categorias modais, tentaremos mostrar como Hegel buscou resolver esse problema. Isso nos permitirá iniciar uma discussão sobre o papel das categorias da necessidade e da contingência no pensamento marxiano e sobre o modo como a dialética materialista pretende dar conta de um objeto que existe no tempo – e é, portanto, histórico: o capital. Palavras-chave: Metodologia, dialética, Hegel, Marx.

### **A incorporação produtiva do café mineiro: entre o vale do Parahybuna e a zona da mata (1855 – 1870)**

**Bruno Novelino Vittoretto**

(Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF)

O tema central dessa pesquisa versa sobre o processo de incorporação produtiva do café mineiro ao mercado mundial da commodity durante o século XIX, mais especificamente entre os anos de 1830 e 1870. Trata-se da ascensão da cultura cafeeira na região geográfica do Vale do Parahybuna, que com a introdução da rubiácea lança os elementos para a conformação da região historicamente constituída da Zona da Mata mineira. Ainda, tem como objetivo discutir os descompassos que caracterizaram a agricultura do café local, diferenciando-a das demais regiões cafeeiras do país, tanto em relação ciclo cronológico de sua produção, quanto em relação a capacidade de diversificação econômica que o produto básico proporcionou no período da transição capitalista. A base documental para esse estudo foi os inventários post-mortem, localizados no Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora (AHUFJF), além dos Relatórios de Presidentes da Província de Minas Gerais, e os fontes demográficas – compostas pela Listas Nominativas de 1831 e o Recenseamento Geral de 1872.

### **Crise e superação: o movimento dialético de emergência do capital**

**Bruno Theodosio**

(Graduando FEA/USP)

O objetivo deste artigo é analisar o processo de transição do feudalismo ao capitalismo. O embate entre M. Dobb e P. Sweezy acerca dos determinantes que causaram a dissolução do modo de produção feudal e inauguraram o modo de produção capitalista serão analisados criticamente a partir do instrumental teórico-analítico marxista. Proporemos uma leitura particular do Materialismo Histórico alicerçada na dialética marxista, sendo, portanto, uma discussão metodológica acerca do conceito de modo de produção e de como se dá a transição entre esses modos determinados de vida. Assim, discutire-

mos o embate Dobb-Sweezy propondo, além do tratamento dialético do Materialismo Histórico, uma teoria da transição embasada em textos de Karl Marx. A transição, partindo de nossa análise particular será completada apenas no momento da Revolução Industrial, no qual se opera um processo de superação dialética que culmina na rearticulação da sociedade entre classes novas e com uma lógica distinta, suplantando, de vez, a antiga lógica feudal e inaugurando o modo de produção capitalista. A ideia central será, portanto, refutar as leituras economicistas de Marx e aplicar uma leitura que entendemos ser coerente para analisar a emergência do modo de produção capitalista.

### Capitalismo monopolista: de Baran e Sweezy ao debate brasileiro

**Caio Rennó José**

(Graduando Unifal/MG)

O objetivo deste trabalho é analisar o conceito de capitalismo monopolista apresentado por Baran e Sweezy (1974) e sua influência sobre o pensamento econômico brasileiro. Inicialmente, captamos as concepções de autores de linhagem neomarxista e heterodoxo-burguesa, e os elementos que as caracterizam. Num segundo momento, analisamos a influência dessa obra sobre autores selecionados que constituem o pensamento econômico brasileiro. Verificamos que a teoria de Baran e Sweezy sobre o capitalismo monopolista foi importante para o desenvolvimento da teoria econômica contemporânea, pois trouxe, de modo pioneiro, contribuições que deram maior peso à crítica da teoria econômica convencional por meio da exposição de elementos concretos e dados reais que auxiliaram na construção de um modelo de análise mais condizente com realidade. No entanto, para o caso brasileiro, a utilização do conceito de capitalismo monopolista teve alcance limitado em sua época.

### Trabalho comparativo: a produção rural sul mineira na zona de fronteira com o Rio de Janeiro e na zona de fronteira com São Paulo – primeira metade do séc. XIX.

**Carlos Eduardo Rovaron**

(Doutorando FFLCH/USP)

Apresentaremos os resultados parciais de uma pesquisa que levantou dados referentes à primeira metade do séc. XIX sobre as características da produção rural de duas zonas de fronteira de Minas Gerais para fins comparativos: 1 - áreas próximas a Barbacena e Juiz de Fora na divisa com o Rio de Janeiro e 2 - a região de Caldas na divisa com São Paulo. A escolha da região de divisa com o Rio de Janeiro foi feita por ser uma área de produção de abastecimento próspera graças a sua proximidade com os mercados consumidores do Rio de Janeiro. Por esse motivo acreditamos que ela seja uma boa base de comparação para tentar dimensionar as características econômicas e o peso da região de Caldas-MG, situada na divisa com São Paulo. Apesar de estas duas regiões serem o foco das atenções também inserimos dados sobre algumas outras. As principais fontes utilizadas foram os Relatórios de Presidentes de Província de Minas Gerais. Os resultados da pesquisa indicam que a região de Caldas foi economicamente periférica durante a primeira metade do séc. XIX, mas apesar disso não pode ser considerada como uma economia insignificante. Este levantamento de dados faz parte de uma pesquisa maior que visa analisar a evolução do mercado de crédito concedido com terra como garantia em uma região economicamente periférica dentro de Minas Gerais: Caldas na divisa com São Paulo.

### O Debate entre Roberto Simonsen e Eugênio Gudin na Controvérsia Sobre o Planejamento Econômico

**Carlos Henrique Lopes Rodrigues**

(Mestre em História Econômica pela UNICAMP; graduado em Ciências Econômicas pela UNESP e Professor do Curso de Ciências Econômicas da UFVJM)

Este artigo tem como objetivo resgatar o debate ocorrido entre Roberto Simonsen e Eugênio Gudin no que ficou conhecido como A Controvérsia Sobre o Planejamento Econômico. Sua importância



decorre do fato de marcar uma tentativa do governo Getúlio Vargas de se fortalecer perante as classes produtoras; para tanto aceita a instauração do Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial, que fica responsável por elaborar um trabalho sobre nossos problemas econômicos e a melhor forma de solucioná-los. Este trabalho é elaborado por Roberto Simonsen e para sua apreciação o próprio presidente cria a Comissão de Planejamento Econômico, cujo objetivo é analisar as propostas do Conselheiro Simonsen. Essa análise fica a cargo de Eugênio Gudin, o qual questionará as propostas do Conselheiro e iniciará um intenso debate entre os dois, havendo inclusive réplica e tréplica. A Controvérsia exporá a visão de cada autor sobre os problemas brasileiros e, de acordo com suas vertentes teóricas assumidas, a melhor maneira de se resolver esses problemas e nos desenvolvermos.

## A economia clássica entre o *laissez-faire* e o socialismo

**Carlos Leonardo Kulnig Cinelli**

(Mestrando em Economia pela Universidade de Brasília)

**Rogério Arthmar**

(Professor Associado do Departamento de Economia e do Mestrado em Economia da Universidade Federal do Espírito Santo)

O artigo examina as posições dos principais autores clássicos a respeito dos méritos e das limitações da concorrência e do socialismo. Na primeira seção, realiza-se breve resgate do percurso das ideias ligadas ao socialismo até a primeira metade do século dezenove na Inglaterra, com destaque para as teses de Owen, em que prevalece a visão: (i) da posse comum das coisas como condição natural do homem, (ii) de constituir-se o trabalho no único título legítimo de propriedade e (iii) de ser a Natureza regida por leis racionais. Daí conclui-se que a propriedade privada resultaria antinatural, devendo ser eliminada (Beer, 1923; Bleaney, 1976; Cannan, 1953; Engels, 1947; Lowenthal, 1911; Nisbet, 1980; Owen, 1824, 1827, 1917, 1949; Sowell, 1963; Webb, 1961). A seguir, as observações de Smith, Bentham, James Mill e Ricardo sobre a igualdade de rendas, a condição dos trabalhadores e a propriedade privada são apresentadas. Pode-se dizer que os economistas clássicos opunham-se às ideias socialistas por dois motivos principais: (i) primeiro, pelo fato

de os reformadores sociais investirem contra preceitos caros ao corpo doutrinário da escola clássica no qual Smith, Bentham, James Mill e Ricardo depositavam inteira confiança, a saber, as noções de interesse próprio, de livre concorrência e de propriedade; e (ii) segundo, na circunstância de que os problemas a serem resolvidos pela supressão da ordem econômica vigente, ou seja, a pobreza, as crises comerciais e a desigualdade de renda, não parecerem a tais autores frutos da ação do capitalismo. Ao contrário, insistiam eles que os trabalhadores teriam suas privações atenuadas apenas quando o capital estivesse em processo de franco crescimento (Bain, 1882; Baumol, 1977; Blaug, 1958; Crimmins, 1994; Grampp 1965; Hollander, 1979; O'Brien, 1989; Robbins, 1961; Schumpeter, 1963; Smith, 1976; Stimson, Milgate, 1993; WJB, 1962; WJB, 1838; WCDR, 2004). Na terceira seção, recupera-se a formação intelectual e a posição do jovem Stuart Mill sobre o sistema cooperativo em seus debates com Thompson na sociedade owenita de Londres, fase em que o filósofo ainda se apoia nos fundamentos que lhes foram transmitidos pelos luminares do pensamento clássico. Por fim, mostram-se as outras influências sobre o pensamento social de Stuart Mill em sua fase adulta, bem como suas reflexões mais moderadas no tocante aos pontos de conflito e de convergência entre o socialismo e a liberdade individual. Stuart Mill passou a admitir a historicidade dos laços e das motivações humanas, que poderiam se combinar de maneira inteiramente diversa daquela observada nas sociedades mercantis e, como reformador social, apontou a obrigação de o Estado assumir diversas responsabilidades além daquelas comumente aceitas pela aplicação rigorosa do princípio do *laissez-faire*. Este reconhecimento, se abria espaço à admissão de reformas sociais mais amplas, o fazia, contudo, no interior dos limites ditados pelo regime de propriedade privada e pela concorrência, restando descartada a possibilidade de abolição definitiva de tais instituições (CWJSM, 1967, 1977, 1981, 1988; Ellis, 1906; Hains, 1946; Lewisohn, 1972; Mattos, 1998; Mill, 1996; Packe, 1954; Robson, 1968; Thompson, 1824).

## ECONOMIA INSTITUCIONAL: As Três Dimensões das Instituições

**Carolina Miranda Cavalcante**

(Professora Adjunta UERJ)

Esse artigo tem por objetivo discutir os diferentes sentidos conferidos ao termo "instituição". Apesar das definições de instituição terem encontrado certo consenso em torno da idéia de regras de comportamento, muito amiúde não é claro o objeto ao qual se referem os autores quando falam em instituições. Nesse sentido, destaco três dimensões institucionais, ou sentidos conferidos ao termo instituição, que são encontrados na literatura especializada, são elas: (i) instituições como regras do jogo; (ii) instituições como modelos mentais; (iii) instituições como organizações. Deste modo, uma distinção entre a velha e a nova economia institucional está cada vez mais difícil de ser realizada, justamente por conta da confusão dessas dimensões institucionais num único termo. Por fim, veremos que institucionalistas contemporâneos como Hodgson e Chang transitam de modo bastante fluido entre essas dimensões institucionais.

### O projeto do Governo Goulart e o II PND: um cotejo

**Cássio Silva Moreira**

(Professor do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS))

Doutor em Economia do Desenvolvimento pela UFRGS

**Pedro Cezar Dutra Fonseca**

(UFRGS)

O artigo procura trazer ao debate as semelhanças entre o projeto de desenvolvimento do governo João Goulart, consubstanciado no Plano Trienal e nas Mensagens ao Congresso Nacional de 1963 e 1964, e o Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) do governo Ernesto Geisel. Apesar do contexto histórico diferente entre os dois governos, podem-se detectar inúmeros pontos em comum entre os dois planos de governo, o que não deixa de prevalecer pela diferença marcante de ambos governos do ponto de vista político. O artigo sugere e provoca a discussão de que o governo João Goulart antecedeu, por meio de propostas coerentes e interligadas, em dez anos, muitas das ações realizadas pelo II PND. Para isso, serão analisados os objetivos

e os princípios propostos do governo Goulart, tendo como principal fonte empírica a Mensagem Presidencial ao Congresso Nacional de 1964.

### Dinâmica recente da indústria brasileira: do ajuste defensivo nos anos 1990 à redefinição da política industrial nos anos 2000

**Christiane Luci Bezerra Alves**

(Doutoranda em Desenvolvimento e Meio Ambiente - DDMA (UFC))

Professora Adjunta do Departamento de Economia da Universidade Regional do Cariri - URCA

**Evânio Mascarenhas Paulo**

**Valéria Feitosa Pinheiro**

**Karen Nayara Pereira**

Com a reforma da política comercial dos anos 1990, a indústria brasileira iniciou um processo de transformação estrutural, no qual o setor produtivo teve de engendrar uma reação defensiva para se adaptar ao um ambiente de mudanças e acirrada competição. Na segunda da metade década, o controle da inflação, ancorado na sobrevalorização do câmbio e a manutenção dos juros elevados, visando atrair capitais estrangeiros, contribuíram, para alguns autores, com a "desindustrialização" da economia. Nos anos 2000, a manutenção de uma política econômica no Governo Lula que combina câmbio apreciado e juros altos, comprometendo os investimentos privados e os gastos públicos, limitaram os resultados da política industrial, já que a mesma não é consonante com a estrutura macroeconômica. Dado esse contexto, o trabalho pretende identificar o padrão de comportamento da indústria brasileira frente aos "dilemas" do crescimento econômico os anos 2000. O baixo dinamismo da economia persiste nos anos 2000, refletido em taxas incipientes de crescimento do PIB, o que também se manifesta na restrição do crescimento da indústria. Após um ajuste no início da década, a taxa de investimento recupera-se após 2004, porém, permanece ainda em patamares reduzidos, considerada a trajetória histórica nacional e o investimento de outros países igualmente emergentes.

## **A vulnerabilidade das empresas aéreas diante do novo cenário mundial: O caso brasileiro**

**Claudia Musa Fay**  
(PUC/RS)

**Geneci Guimarães de Oliveira**  
(PUC/RS)

Os últimos anos foram marcados pelo desaparecimento de empresas aéreas tradicionais, tais como, Transbrasil, Vasp e Varig e o surgimento de novas companhias no mercado nacional. O objetivo deste artigo é analisar os fatores que proporcionaram o desenvolvimento das novas entrantes e a consolidação do setor. Pretende-se discutir até que ponto as políticas econômicas praticadas pelos governos dos últimos dez anos e o modelo empresarial adotado pelos atuais gestores das companhias, favoreceram a utilização do avião pelo maior número de pessoas. Percebe-se que a forma como cada gestor estrutura e organiza sua empresa para fazer frente às demandas e turbulências do mercado podem resultar em sucesso ou fracasso da mesma. Os "ciclos de vida" de uma empresa estão relacionados com a flexibilidade de modificar-se, adaptando-se aos novos tempos e ao ambiente interno e externo. Neste processo, antecipar-se aos novos cenários, às alterações conjunturais e estruturais da sociedade.

## **Memórias e histórias da escravidão: violência, trabalho, magia e identidade - Rio Claro na segunda metade do século XIX.**

**Cleyton Rodrigues dos Santos**  
(Doutorando em História Econômica pela FFLCH/USP, Bolsista do CNPq)

Este artigo busca retratar, o processo de transformações na cidade de Rio Claro, para a segunda metade do século XIX, bem como a economia e o processo de alocação da força de trabalho escrava naquela localidade. Nesse período, buscar-se-á, também, através das narrativas do descendente de escravos Paulino da Mata, ilustrar a sua experiência in loco da escravidão. O objetivo principal é observar as dificuldades de se consolidar a sobrevivência de escravos e indivíduos egressos do cativeiro aos padrões impostos pela elite cafeeira

rio-clarense durante o período estudado. Através de documentos como as atas da câmara, livro de contratos de serviços, imprensa, os relatórios governamentais, entre outros, procurou-se mostrar como esses indivíduos recém egressos do cativeiro, ou ainda em cativeiro, criaram estratégias próprias de sobrevivência tendo como pilar as experiências trazidas do período em que viveram no regime escravista.

## **Memória respeitada em arquivo organizado: jovens trabalhadores sindicalizados (1951-1973) da fábrica de louças "Santo Eugênio", em São José dos Campos-SP**

**Cristiano José Pereira**  
(Doutorando em História Econômica - FFLCH-USP)

A Fábrica de Louças "Santo Eugênio", primeira fábrica considerada de "porte" em São José dos Campos-SP, funcionou de 1921 a 1973. O Sindicato que mediava as relações entre os trabalhadores e o capital, o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Cerâmica, da Louça de Pó de Pedra, da Porcelana e da Louça de Barro de São José dos Campos, mantinha fichas com os nomes dos trabalhadores sindicalizados. Com o fim das últimas fábricas de cerâmica de "porte" em São José dos Campos e também em outras cidades do Vale do Paraíba, o Sindicato definiu, mas ainda sobrevive. As fichas de funcionários sindicalizados da Fábrica de Louças "Santo Eugênio" foram retiradas das dependências do Sindicato joseense através de uma doação, receberam tratamento arquivístico adequado e hoje servem de fontes para verificarmos várias condições inerentes aos jovens trabalhadores de 12 a 17 anos entre os anos de 1951 e 1973 que eram funcionários da Fábrica e possuíam registros em fichas no Sindicato.

**Palavras Chave:** fábrica, arquivo, juventude, trabalhadores.

## O papel da estrutura produtiva e instituições no desenvolvimento econômico liderado por recursos naturais: uma revisão teórica e crítica da literatura

**Cristina Fróes de Borja Reis**  
(Doutoranda em Economia IE-UFRJ)

Durante a década de noventa, o processo de internacionalização produtiva e financeira engendrou novos arranjos econômicos e políticos no sistema capitalista internacional. Muitos países em desenvolvimento, devido ao crescimento da demanda por matérias-primas e alimentos e ao aumento dos preços relativos, passam por reestruturação produtiva e de inserção internacional, direcionando-as para setores primários. Este movimento se faz sentir também na economia brasileira – o que tende a se expandir com a produção de petróleo do Pré-Sal. Diante deste contexto, houve o retorno do debate sobre as relações entre desenvolvimento econômico e recursos naturais (RN). Atualmente, as diferentes escolas do pensamento econômico se distinguem em dois grupos principais. De um lado, as abordagens que focalizam o papel das instituições e da economia política no processo, e de outro, as que relacionam as dotações iniciais de RN com a estrutura produtiva da economia e seu padrão de especialização. Neste artigo, realiza-se uma revisão crítica do pensamento econômico sobre o tema em três seções. Na primeira, apresentam-se resumidamente as diferentes escolas do pensamento econômico sobre especialização em RN anteriores a II Guerra Mundial: teoria clássica, teoria "protecionista", teoria do imperialismo e staple theory. Na segunda seção, examina-se a literatura sobre instituições e economia política, contrastando a visão individualista da Nova Economia Institucional com a abordagem que analisa as instituições como uma construção social. Finalmente, a terceira seção apresenta a teoria do desenvolvimento, a teoria "matério-espacial" e as abordagens heterodoxas mais recentes sobre as relações entre estrutura produtiva e desenvolvimento econômico liderado por recursos naturais. Demonstra-se que o binômio maldição/bênção é um foco impróprio para a discussão sobre o papel dos recursos naturais para o desenvolvimento econômico, pois não há uma regra geral. A partir da crítica às diferentes escolas de pensamento, defende-se um método histórico para, a partir da perspectiva de poder e riqueza, propor que as diferentes rotas de desenvolvimento são processos em que as instituições e a estrutura produtiva se inter-relacionam continuamente, de modo que a direção da causalidade não é unívoca.

## Família escrava em Palmas Província do Paraná

**Daniele Weigert**  
(Mestre em História-UFRJ)

O presente estudo tem como objetivo analisar as possibilidades de formação e manutenção das famílias escravas e as estratégias de negociação de cativos em Palmas, na Província do Paraná, no período de 1843 a 1888. Os Campos de Palmas se localizavam em fronteiras internacionais e provinciais que foram colonizadas em fins da década de 1830, quando chegaram a essa região estancieiros vindos principalmente de Guarapuava e Palmeira; ali estabeleceram fazendas voltadas a atividades ligadas à pecuária utilizando escravos como mão de obra. Tendo em vista esse contexto de formação e a decadência do regime escravista, por meio do cruzamento de Inventários de bens dos senhores, registros paroquiais e registros cartoriais de compra e venda de cativos, em um primeiro momento, investigamos as possibilidades de formação de famílias no interior das fazendas com base no perfil sexo-etário, nos matrimônios realizados e no índice de legitimidade dos filhos de cativos que estavam sendo batizados em Palmas. Com esses dados constatamos que as possibilidades de uniões legítimas foram limitadas para o local e apresentaram índices elevados de filhos de pais incógnitos entre os escravos. Esse quadro aponta para as dificuldades da população cativa em contrair matrimônio e deve sua configuração ao perfil das escravarias, em sua totalidade de pequeno porte, dificultando uniões internas nos plantéis do local e se contrapondo a população livre da localidade, que tinham maiores índices de legitimidade. Em um segundo momento, observamos as estratégias de compra e venda de escravos no período de 1862-1888 destacando os casos de escravos com familiares sendo negociados. Constatamos que as famílias obtiveram um valor mais elevado em relação a outros indivíduos negociados, levando em conta a média de preço por escravo; a partir de 1871 (Lei do Ventre Livre) observamos que as mulheres com filhos ingênuos, mesmo que estes fossem considerados livres, recebiam um valor maior que de outras escravas negociadas, portanto continuavam fazendo parte das negociações.

## O elemento pós-moderno do discurso keynesiano: novas interpretações sobre a incerteza

Danielle Cristina Guizzo

(Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - PPPP/UFRP)

O objetivo deste trabalho é fornecer uma análise crítica do discurso proposto por Keynes com relação à incerteza, elemento-chave de obras como Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda e Treatise on Probability. Busca-se investigar o teor pós-moderno das proposições keynesianas a partir da discussão metodológica fornecida por Jack Amariglio, David Ruccio, Sheila Dow e Arjo Klamer, que sugerem uma antecipação da épistémè pós-moderna ao Keynes se posicionar como anti-modernista, rejeitando o classicismo econômico. Para isso, o texto transita pelos argumentos filosóficos de autores como Jean-François Lyotard e Michel Foucault, que sugerem o pós-modernismo como épistémè, junto à teoria keynesiana e pós-keynesiana na tentativa de compreender quais elementos presentes na incerteza de Keynes podem ser assumidos como verdadeiramente pós-modernos.

## A Hegemonia como Processo: Elite burocrática, idéias econômicas e a conformação de grupos de interesse no debate sobre o Tratado de Comércio Brasil – EUA (1935)

Danilo Barolo Martins de Lima

(Mestrando em História-USP)

O presente trabalho objetiva analisar a conformação de grupos de interesse que se posicionaram no debate acerca da ratificação do Tratado de Comércio entre Brasil e EUA, em 1935. Observamos, na historiografia acerca do episódio, os grupos em disputa foram designados como os "representantes da indústria" (contrários ao tratado) versus os da "agro-exportação" (favoráveis ao tratado). Contudo, não há uma definição mais precisa para o segundo grupo mencionado. Foi possível verificar, a partir da documentação, que quase nenhuma das manifestações em defesa do tratado foi encaminhada por representantes diretos das frações de classe ligadas às atividades agroexportadoras. Assim, buscamos averiguar a conformação concreta de tais grupos. Além disso, buscamos avaliar a pertinência da tese da

intencionalidade da promoção da industrialização pelo Estado para a compreensão do caso em questão. Propusemos, assim, a hipótese de que os defensores do tratado fariam parte de uma elite formada e educada em um período de hegemonia do pensamento liberal, segundo o qual o caráter da economia brasileira seria essencialmente agrário e a indústria ocuparia papel secundário. Finalmente, concluímos que a defesa do tratado foi feita por membros da burocracia estatal e da elite política, em nome de uma ideologia particular, afinada em vários aspectos com os interesses das elites agrárias, mas não diretamente motivada pela defesa destes. Uma lógica própria, ligada aos interesses de auto reprodução da burocracia estatal, teria sido a matriz ideológica que norteou sua ação política, no caso particular estudado, e não o objetivo de promoção ativa da indústria nacional pelo Estado.

## O Comércio transatlântico de escravos: condução da mão-de-obra negra para Pernambuco entre os séculos XIV e XIX

Débora de Souza Leão Albuquerque

(Assistente de pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada- Ipea)

Dados apurados na última década mostram que Recife foi o quinto maior centro mundial de tráfico escravista. No entanto, o tráfico para Recife é ainda pouco pesquisado. Em 2007, a divulgação dos novos dados sobre o tráfico atlântico ampliou muito as informações sobre o tráfico escravista brasileiro, especialmente no Norte e Nordeste, o que permitiu um mapeamento do tráfico pernambucano muito mais pormenorizado do que antes possível. Houve, por exemplo, um incremento de 1.282% no número de desembarcados em Pernambuco o que possibilitou uma melhor investigação de questões como os portos de embarque de escravos, na África; a duração média das viagens; o tamanho médio das embarcações utilizadas; a mortalidade média durante as viagens, etc. A relação desses pontos com as atividades econômicas desenvolvidas na capitania é evidente no trabalho.

## A economia portuguesa e o tráfico equatorial de escravos.

**Diego de Cambraia Martins**

(Mestrando do Programa de História Econômica - USP)

O presente artigo tem por objetivo estabelecer uma discussão teórica e historiográfica dos aspectos políticos e econômicos de Portugal, de Bissau e do Estado do Grão-Pará e Maranhão. Dessa forma, entendem-se quais as especificidades que favoreceram o estabelecimento de uma rota comercial negreira, entre o continente africano e as porções setentrionais da colônia portuguesa na América, desde os anos finais do século XVII.

## A Influência da Religião no Desenvolvimento dos Países

**Ednaldo Michellon**

(Prof. Associado da Universidade Estadual de Maringá,  
Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas)

**Reinaldo Guedes dos Santos**

(Acadêmico do Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas,  
da Universidade Estadual de Maringá)

**William Oura Suzuki**

(Acadêmico do Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas,  
da Universidade Estadual de Maringá)

O presente estudo tem como principal objetivo verificar a influência da religião no processo de desenvolvimento de determinados países, conforme a tese formulada por Max Weber em sua celebre obra *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Para cumprir tal objetivo foi feito, além de uma revisão histórica acerca de diversos grupos religiosos, uma análise econométrica com base em dados do relatório do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do ano de 2010, divulgado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). A partir desses dados foram elaboradas classificações entre grupos de nações de acordo com a influência religiosa sofrida por elas ao longo de sua história. Através dos resultados obtidos nas análises histórica e econométrica, a percepção é a de que países ou regiões que passaram pela Reforma Protestante, ou foram influenciados pelo protestantismo no passado, possuem maiores índices de desenvolvi-

mento humano no presente, em comparação com as nações de origens predominantemente católicas, por exemplo. No entanto, apesar de o protestantismo ter aparentemente sido um dos responsáveis pelo maior nível de desenvolvimento desses países, não se pode afirmar que a religião foi o fator determinante para justificar a situação de desenvolvimento atual de todas as nações analisadas. Como exemplo contraditório, pode-se citar o budismo, religião que influenciou países como Japão e Mianmar no passado enquanto que, atualmente, o primeiro é altamente desenvolvido e o segundo subdesenvolvido. Outro caso especial é o da religião ortodoxa, em que não se pode afirmar se ela foi ou não de fato um dos fatores que justificam o nível de desenvolvimento atual das nações por ela influenciada, devido ao baixo número de observações de países de religião ortodoxa com relação à amostra total de nações utilizada para a análise.

## Economia local em uma sociedade agrária da província de Minas Gerais (Rio Pardo, século XIX)

**Edneila Rodrigues Chaves**

(UFF)

O artigo versa sobre a estrutura econômica de Rio Pardo, sociedade agrária da região Norte da província de Minas Gerais no período de 1833-1872. Sua conformação se inseriu no processo de expansão da fronteira da agricultura doméstica, ao lado da expansão da agricultura especulativa e exportadora, que caracterizaram o duplo processo de expansão da fronteira agrícola no Brasil. A abordagem se ancora em uma série documental de 401 processos de inventário post mortem. Baseia-se nas unidades domésticas de proprietários que tiveram seu patrimônio inventariado, observando setores econômicos e composição da riqueza. Identificam-se três setores econômicos: agrário, de ofícios artesanais e mercantil. Os dois primeiros são identificados com base na presença de meios de produção das unidades: terras, animais, instrumentos agrícolas e instrumentos de atividade artesanal. O setor mercantil, com base no estoque de produtos de fins comerciais e na presença de animais de transporte de carga. A composição da riqueza é analisada com a caracterização dos bens de maior expressão: escravos, animais, bens de raiz (terras e produção agrícola; casas) e dívidas ativas. A representatividade dos setores eco-

nômicos e as principais referenciais de riqueza apontam que a economia em Rio Pardo era de base agrária, caracterizada por relações de produção não capitalistas, com regime trabalho que incluía mão de obra escrava. As atividades artesanais e de comércio associavam-se às atividades agropecuárias. O setor mercantil era menos representativo, caracterizado pelo comércio e pelo fornecimento de crédito em formas antigas de relações econômicas, constitutivas de sociedades não capitalistas. São observadas conjunturas locais, regionais e em âmbito do Império do Brasil que promoveram alterações econômicas na sociedade sem, contudo, sinalizarem mudanças estruturais no seu perfil de economia para o período.

### Financiamento Educacional no Estado de São Paulo: despesas das unidades orçamentárias da Secretaria da Educação 1986-1994.

**Eduardo Januário**

(Mestrando em História Econômica - USP)

O objetivo desta comunicação visa apresentar os dados quantitativos referente às despesas das unidades orçamentárias da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo por categoria de programação. Ao demonstrar os dados, pretende-se realizar um análise comparativa entre as categorias orçamentárias na eminência de conhecer às prioridades de cada governo, dos respectivos período, em relação ao investimento em educação. A perspectiva de análise será sobre a ótica da teoria do capital humano.

### A Economia do Município de Lavras - MG nas Décadas Finais do Regime Escravista (1870-1888)

**Eduardo José Vieira**

(Mestrando em História Econômica - USP)

O Trabalho apresenta os resultados preliminares da pesquisa realizada no programa de pós graduação em História Econômica da Universidade de São Paulo. Trata do perfil econômico do Município

de Lavras-MG nas décadas finais do sistema escravista brasileiro. As fontes pesquisadas são processos de inventário do referido município. A pesquisa busca identificar em que atividades estava ocupada a mão de obra escrava da localidade, verificando assim como se estruturava a riqueza da população no período. O município apresenta grande importância no contexto sul mineiro e os primeiros levantamentos apontam para uma produção diversificada e a maior população escrava dentre os municípios da região durante o período estudado. A partir do estudo da riqueza da população, o trabalho permitirá verificar de que forma Lavras se insere no cenário econômico Mineiro e sul mineiro.

### A ontologia neomaterialista de Deleuze e Guattari como fundamento para a nova economia evolucionária

**Emmanuel de Oliveira Boff**

(Universidade Federal Fluminense - UFF)

O artigo tem como objetivo principal verificar se a abordagem da economia evolucionária tal como proposta por Eric Beinhocker, no livro "The Origin of Wealth" (2006) pode ser fundamentada na ontologia neomaterialista de Deleuze e Guattari. Mais precisamente, o artigo focará na ontologia social de Deleuze e Guattari tal como apresentada no projeto "Capitalismo e Esquizofrenia", que abarca duas partes: "O Anti-Édipo" (1972) e "Mil Platôs" (1980). Delimita-se ainda o objeto deste artigo ao livro supracitado de Beinhocker, pois ele faz um apanhado abrangente e recente de diferentes autores que trabalham com economia evolucionária. A hipótese de que há compatibilidade da ontologia de Deleuze e Guattari com a abordagem da economia evolucionária se baseia na ênfase de ambos em: 1. A heterogeneidade dos entes existentes no mundo (inclusive os entes econômicos); 2. A importância da história para entender a transformação destes entes; e 3. O compromisso central com a existência material e concreta destes entes. O artigo conclui que há dois pontos de compatibilidade entre a visão de Beinhocker e a de Deleuze e Guattari: 1. a noção deleuzo-guattariana de plano de imanência vis-à-vis a "Biblioteca de Borges" proposta por Beinhocker; e 2. a visão da economia como sistema que se autotransforma. Por outro lado, há três pontos de divergência entre suas visões: 1. Seus modos

de analisar a subjetividade do agente; 2. a noção evolucionária de informação vis-à-vis a noção de sentido de Deleuze e Guattari; e 3. a ênfase nas leis gerais evolucionárias vis-à-vis o rastreamento de padrões imanentes de transformação dos entes concretos proposto por Deleuze e Guattari.

### **Territórios da produção industrial: considerações sobre política de desenvolvimento e dinâmica setorial no Ceará**

**Evânio Mascarenhas Paulo**

(Professor do Departamento de Economia da Universidade Regional do Cariri - URCA)

**Christiane Luci Bezerra Alves**

(Aluna do Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente – DDMA/ Universidade Federal do Ceará - UFC; Professora Adjunta do Departamento de Economia da Universidade Regional do Cariri - URCA)

Após uma mudança no modo de regulação do executivo e implantação de uma política de isenção fiscal para atrair investimentos industriais, o Ceará vive um novo padrão industrial, ao apresentar proeminentes taxas de crescimento econômico com base nesse setor. Nesse contexto, a pesquisa analisou as condições em que estão inseridas a atividade industrial no Ceará, procurando identificar padrões de localização/especialização. Para tal, se fez uso de um marco metodológico que consiste no cálculo dos índices de Gini Locacional – para identificar classes de indústrias com elevado grau de concentração geográfica da produção – e o Quociente Locacional – para a identificação de sistemas locais de produção. Observa-se que a indústria cearense encontra-se bastante concentrada espacialmente, além disso, as regiões do Cariri e Fortaleza se destacam por apresentarem uma estrutura regional diversificada com um QL elevado para várias classes de indústrias.

### **Uma reflexão normativa do processo de desenvolvimento. Uma aproximação entre as concepções de Amartya Sen e de Celso Furtado**

**Fabian Scholze Domingues**

(Doutorando em economia PPG/UFGRS)

**Pedro Cezar Dutra Fonseca**

(UFRGS)

Amartya Sen (2000) afirma a importância de uma análise normativa explícita para avaliar o processo de desenvolvimento. Sua proposta enfatiza esse processo como um fenômeno multidimensional, que tem outras métricas além da renda. Saúde, educação, democracia são algumas dimensões alternativas que devem ser levadas em conta na análise do processo de desenvolvimento das nações. No entanto, a abordagem das capacitações não é uma teoria sobre o processo de desenvolvimento histórico. Cada região e país tem um caminho peculiar e original do subdesenvolvimento / desenvolvimento. Celso Furtado foi um economista e cientista social brasileiro, que propôs uma análise histórica original do processo de desenvolvimento / subdesenvolvimento. De maneira semelhante, como a abordagem de Sen, Furtado propôs uma metodologia de avaliação deste processo baseado em variáveis econômicas e em variáveis não-econômicas, chamando as variáveis não-econômicas de “parâmetros estruturais”. Furtado identifica neles as causas estruturais do processo histórico do subdesenvolvimento e da concentração de renda em alguns países periféricos. Em particular, a má distribuição de terras e a cópia dos padrões de consumo dos países do centro por parte das elites locais distorceu os parâmetros estruturais, causando um funcionamento peculiar da tecnologia e do mercado de trabalho ao longo do tempo. Assim, a aproximação entre o desenvolvimento humano de Sen e a teoria estruturalista de Furtado pode contribuir para enriquecer a análise do processo histórico do subdesenvolvimento, em uma perspectiva multidimensional. Palavras-chave: desenvolvimento; abordagem das capacitações; estruturalismo latino-americano, metodologia da economia.



## Economia sul-mineira: estudo das transformações regionais no início do século XX.

**Fábio Francisco de Almeida Castilho**  
(Doutorando em História - UNESP/Franca)

Na presente comunicação buscamos assinalar algumas características da economia sul-mineira, região que se destacou como produtora de café na passagem para o século XX. Ao abordarmos o Sul de Minas no final do século XIX nos deparamos com uma demografia dinâmica e em transformação, marcada pela grande concentração de mão-de-obra cativa. Ao voltarmos nossos olhos para esta última característica nos questionamos o que proporcionou tal condição demográfica, ou melhor, qual o elemento de produção que atraía e fixava esta abundante massa trabalhadora? A resposta desta questão está alicerçada na tradicional produção de alimentos e criação de animais que existiu na região e era responsável pelo abastecimento do mercado intra e interprovincial desde meados do século XVIII e exigia uma volumosa mão-de-obra. No entanto, mudanças significativas ocorreram no país ao longo da segunda metade do século XIX, principalmente devido à expansão cafeeira que se espalhava pelo sudeste, chegando ao Sul de Minas na virada do século e provocando profundas modificações na economia regional. O Sul de Minas incrementou sua produção cafeeira decorrente da expansão da rubiácea no Oeste de São Paulo e investiu no melhoramento de seu transporte ferroviário. Assim, a cafeicultura foi decisiva na dinamização da vida econômica da região e acelerou mudanças que vinham se operando no território mineiro nas últimas décadas do século. O Sul de Minas era uma área de fronteira, rica em terras férteis e baratas e passou a ser procurado como terreno adequado para abrirem fazendas de café em seu território. Nosso intuito é desvelar a chegada e propagação do café pelo Sul de Minas. Na data baliza de nossa pesquisa, 1870, a produção de café ainda não era a principal da região, mas ao longo do período em evidência, 1870 a 1930, o café ganhou forças e o Sul de Minas se tornou uma das principais regiões produtoras do estado. Palavras-chave: Sul de Minas; Café; Economia.

## Os Bancos de Custeio Rural e o crédito agrícola em São Paulo (1906-1914)

**Fábio Rogério Cassimiro Correa**  
(Mestrando em História Econômica - USP)

O objetivo desta apresentação é divulgar o estado de nossa pesquisa de Mestrado, cujo foco é a reconstituir a criação, atuação e o desaparecimento dos Bancos de Custeio Rural, uma rede de cooperativas de crédito que atuou no interior de São Paulo entre 1906 e 1914. Eles surgiram como fruto de um debate ocorrido ao longo da década de 1890 onde se discutia os mecanismos de concessão de crédito e a intervenção do governo no financiamento da cafeicultura após a introdução do trabalho livre e que refletia a insatisfação dos fazendeiros com o sistema de crédito. Segundo Flávio Saes, nesta época o sistema de crédito compreendia, grosso modo, os empréstimos e adiantamentos fornecidos por comissários, exportadores de café e prestamistas individuais, enquanto, de outro lado, desenvolvera-se uma rede bancária que estava muito mais voltada ao desconto de títulos mercantis e que não se interessava pelo financiamento agrícola (Cf. SAES, 1986). Com os Bancos de Custeio Rural os fazendeiros buscavam se livrar da dependência em relação ao crédito pessoal e comercial formando uma rede de cooperativas. Apesar de regidos pela lei das sociedades anônimas, o seu funcionamento baseava-se no das cooperativas do tipo Reiffeisen e Schulze-Delitzsch que tiveram grande repercussão na Europa na segunda metade do século XIX. Esses bancos receberiam um auxílio inicial da Secretaria de Fazenda para emprestar somente aos fazendeiros associados o valor que fosse estritamente necessário à manutenção anual da fazenda. Os empréstimos deveriam ter como garantia o penhor da safra e contariam com recursos capitados através dos depósitos de colonos e de empréstimos tomados junto à rede bancária, mediante garantia do penhor dos fazendeiros. Em 1914 havia quarenta e oito bancos, mas eles desapareceram após a falência da entidade que os congregava, a Sociedade Incorporadora. A falência desta entidade revelou, no entanto, uma subversão de seus próprios princípios ao demonstrar que a federação atuava vivamente no desconto de títulos comerciais - o que a princípio lhes era proibido - e que a própria falência ocorrera em virtude de uma dessas operações com um comissário de café que se tornou insolvente em Dezembro de 1913.

## Mercado de capitais e desenvolvimento econômico Juiz de Fora (1889-1930)

Felipe Marinho Duarte

(Universidade Federal de Juiz de Fora)

Desde as décadas de 1980 e 1990 tem havido um crescente interesse pela história do crédito e das finanças de uma forma geral. Registros de operações de crédito demonstram a importância destas operações em períodos relativamente remotos e bem anteriores à época moderna, reorientando completamente a percepção que identificava o crédito com o capitalismo e o papel das finanças e seu lugar na evolução econômica das sociedades pré-industriais, nas quais o crédito pessoal e não apenas institucional adquire uma posição chave. A par destas evidências pudemos demonstrar na economia regional e local da Zona da Mata e de Juiz de Fora, no período estudado, a presença das relações de crédito e financiamento foi muito mais importante do que vinham destacando algumas interpretações anteriores. Em outras palavras, como em inúmeras outras realidades históricas, também aqui a delimitação local e regional da economia permitiu que poupanças acumuladas localmente fossem aplicadas no espaço da própria economia regional, delineando o que esta nova historiografia das finanças denomina de "circuitos" ou "mercados" financeiros locais e regionais. Os recursos acumulados pelas poupanças e capitais locais possibilitaram a diversificação de investimentos na região, destacando-se aqueles que representam a transferência de recursos financeiros entre os setores "tradicionais" (agrícolas) e aqueles "modernos" (urbano-industriais), cuja dinâmica decorre do próprio processo de consolidação do capitalismo. Neste sentido, as aplicações realizadas no mercado financeiro local foram responsáveis (de forma indireta) pelo financiamento de importantes obras de infraestrutura da cidade e região.

## Conflitos agrários e produção econômica na área Central da Mata mineira (1767-1800)

Fernando Gaudereto Lamas

(Doutorando em História Social pela Universidade Federal Fluminense - UFF)

A intenção desse trabalho é discutir os conflitos agrários que envolveram colonizadores e indígenas na área Central da Zona da Mata

de Minas Gerais na segunda metade do século XVIII. A criação do aldeamento de São Manoel às margens do rio Pomba em 1767 desencadeou um processo migratório oriundo da região mineradora para a área Central da Mata, produzindo, desta feita, conflitos com os antigos donos e habitantes daquela terra, os indígenas coroados, coropós e puris. A análise das fontes revelou-nos que os conflitos envolveram desde questões relativas à posse da terra até questões que englobavam a utilização de trabalho escravo indígena pelos colonizadores. Em ambos os casos a terra, enquanto meio de produção, ocupa lugar de destaque para o entendimento da história da região.

## Buenos Aires e o ciclo de greves ao fim da Primeira Guerra Mundial, 1917-1922

Fernando Sarti Ferreira

(Mestrando em História Econômica pelo Departamento de História FFLCH-USP)

A cessão do fluxo de capitais destinados à Argentina em 1913 já havia iniciado uma recessão que, com o início da Primeira Guerra Mundial, adveio em depressão. As incertezas decorrentes da crise nos Balcãs já haviam colocado um freio na expansão que o país experimentou desde a recuperação da crise de 1890 e, por fim, a interrupção do comércio internacional decorrente do conflito mundial terminou por aprofundar tal cenário. Com a redução abrupta das importações de mercadorias e capitais, extremamente necessários para o financiamento da produção agropecuária e para o equilíbrio da balança de pagamentos do país, as consequências da crise começaram a se espalhar por toda a economia argentina. O ponto máximo desta crise foi o ano de 1917, cuja intensidade Guido Di Tella e Manuel Zymelman comparam com a crise de 1929. Apesar da recuperação dos preços dos produtos agrícolas, em decorrência das péssimas colheitas de 1916-1917 e do desaparecimento do fornecimento de trigo – principal produto de exportação argentino – do além Danúbio, os altos fretes decorrentes da guerra submarina acabaram por colocar o principal produto argentino de exportação em extrema desvantagem com relação aos EUA e Canadá. Porém, ao fim de 1917, os índices econômicos do país apontavam para uma reversão e, com o fim do conflito em 1918, começou um período de recuperação em decorrência do restabelecimento do comércio internacional e do fluxo de

capitais, acompanhados do crescimento dos preços agrícolas, fruto da desorganização econômica da Europa. O período de recuperação foi também o de crescentes conflitos sociais, principalmente entre operários e industriais, cujo ápice ocorreu na primeira semana de janeiro de 1919 na cidade de Buenos Aires. Este artigo pretende trabalhar as relações entre a onda de greves que atingiu a capital argentina e os desequilíbrios econômicos promovidos pelo conflito mundial naquele país, utilizando-se do material relativo às greves coletado pelo Departamento Nacional del Trabajo – órgão governamental criado em 1907 para monitorar e sugerir soluções para os chamados conflitos entre “o capital e o trabalho”, apoiando-se nas contribuições sobre a matéria de Charles Tilly, Friedhelm Boll e Roberto Franzosi.

### Venezuela/Brasil: algumas considerações sobre os governos progressistas e a globalização

**Flávio Benedito**

(Doutorando do PPGHE-USP. Pesquisador-bolsista do CNPq)

O discurso político oficial dos chamados “governos progressistas”, que ascenderam ao poder na América do Sul na última década, recorre à ênfase em duas questões fundamentais: 1) o imperativo de reverter o processo de “globalização neoliberal” em curso no continente e 2) a necessidade da integração regional latino-americana. Ambos os temas aparecem, destacadamente, na retórica dos governos de Lula/Dilma Rousseff e de Hugo Chávez. Esta apresentação pretende discutir, a partir de um cotejo das políticas externa e interna postas em execução nos últimos anos, no Brasil e na Venezuela, em que medida esses elementos retóricos correspondem à realidade histórica em ambos os países. No caso brasileiro, como o rechaço ao neoliberalismo pelo PT, em 2002, mudou-se, nos anos de governo, numa política de consolidação de uma economia aberta, de mercado, nitidamente sujeita aos ditames neoliberais; e como a “integração regional generosa” do discurso petista, nas relações internacionais, assumiu a forma concreta de um revigorado subimperialismo no âmbito sul-americano, marcado pela internacionalização de empresas brasileiras e pela exploração dos recursos humanos e naturais dos

países vizinhos. No caso venezuelano, como o “antiimperialismo” de Chávez e sua defesa da “soberania nacional” enfrentam o obstáculo interno da continuidade do modelo rentista petrolífero, mas que, por outro lado, abrem-se para a América Latina como uma alternativa de efetiva integração regional, através da ampliação da ação do Estado na condução dos rumos da economia; e como a concretização da “democracia participativa” constitui uma situação nova e auspiciosa para os movimentos populares, após a falência do modelo bipartidário de PuntoFijo e da cooptação do movimento sindical. Internamente, cumpre ainda discutir como os “princípios socialistas” de ambos os governos se traduziram, cada um a seu modo, em programas sociais nacionais que têm recebido, justificadamente ou não, a exprobração de “meras políticas sociais compensatórias ou assistencialistas”, sob a forma de um “populismo renovado”.

### Cristãos novos negociantes em Minas Gerais na primeira metade dos setecentos.

**Franciany Cordeiro Gomes**

(Mestranda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF)

Com o objetivo de apreender um pouco mais sobre a atuação dos negociantes que viveram em Minas Gerais, nas primeiras décadas do século XVIII, a pesquisa aqui apresentada identifica algumas das principais características comuns encontradas em um grupo específico que compunha a rede de negociantes mineiros, os cristãos novos. Valendo das informações constantes nos inventários de quatro indivíduos identificados em seu estatuto social como cristãos novos, a pesquisa faz um esforço em contribuir com algumas reflexões sobre o seu comportamento, dentro dos limites que essa fonte nos restringe. A pesquisa partiu da análise dos processos inquisitoriais de quatro indivíduos denominados cristãos novos, que foram presos e processados entre 1728 e 1730. Diante das informações contidas nesses processos, a pesquisa se voltou para os dados dos inventários. A escolha destes quatro sujeitos partiu de três pré-requisitos observados: a ligação do indivíduo com as atividades negociantes, estarem inseridos no recorte temporal e espacial aqui proposto, e apresentarem um inventário mais completo.

## Desenvolvimento Regional no Brasil: as contribuições de Rômulo de Almeida e Celso Furtado

Francisco Monticeli Valias Neto

(Graduando Unifal/MG)

Colocada já na década de 1930, a questão regional no Brasil sob perspectiva política e social ganharia importância a partir dos anos 1950. Os rumos das políticas de desenvolvimento regional no Brasil passariam inexoravelmente pela visão de dois intelectuais célebres que se tornaram referência obrigatória neste assunto: Rômulo de Almeida e Celso Furtado. A incansável luta pela inserção do Nordeste na dinâmica econômica nacional, nas perspectivas teórica e política, foi o grande marco na carreira desses dois brasileiros. Tanto Rômulo de Almeida como Celso Furtado ocuparam importantes cargos em órgãos públicos que determinariam as diretrizes de políticas regionais para o Nordeste. Deste modo, o caminho trilhado por estes órgãos representavam, em boa medida, as diferentes proposições de políticas que cada autor diagnosticava correta. O trabalho e as ideias de Almeida nem sempre mereceram atenção proporcional ao tamanho papel ocupado por ele como idealizador de projetos e políticas públicas nacionais e regionais entre as décadas de 1950 e 1970. O presente trabalho consiste em uma análise das ideias de Rômulo Almeida acerca do desenvolvimento regional, bem como uma tentativa de paralelo e comparação entre a sua visão e a de Celso Furtado.

## Os processos de substituição de importação do Brasil e da Turquia (1923-1945): a efetividade da intervenção estatal

Francisco Roberto Fuentes Tavares de Lira

(Mestrando em ciências econômicas pela  
Universidade Federal do Paraná - UFPR)

Este artigo consiste em comparar a formação da indústria brasileira com a de uma nação oriental que também trilhou a estratégia de substituição de importações, a Turquia. As razões para estabelecer tal paralelo remanescem no fato da Turquia, durante os anos 1930 e 1940, ter usado o instrumento do planejamento estatal (a exemplo dos soviéticos) para industrializar-se, enquanto que o Brasil, na

mesma época construía seu parque industrial sem contar com tal instrumento. Logo, questiona-se se o processo de industrialização turca logrou melhores resultados que o Brasil, por ter contado inicialmente com a pesada intervenção estatal. Então, a hipótese que permeia este estudo é a possibilidade da transformação estrutural (a passagem de uma economia agrária para uma industrial) ser mais efetiva quanto maior for o grau de intervenção estatal na economia. A metodologia é basicamente bibliográfica ao fazer a comparação das trajetórias político-econômicas dos dois países durante o período de 1923 a 1945, além de usar dados referentes às contas nacionais para analisar e interpretar a mudança estrutural turca e brasileira. E conclui-se que o alto grau de intervenção estatal não foi tão efetivo no processo de industrialização turca devido à prematura formação de seu mercado interno, que dependia de tempo e fatores endógenos cruciais.

## Apreciações acerca do tráfico interno de escravos no oeste da Província de São Paulo (Rio Claro, 1861-1869).

Gabriel Almeida Antunes Rossini

(Doutorando IE-UNICAMP)

Este artigo aborda aspectos da dinâmica do comércio interno de escravos ao longo dos anos que perpassam o intervalo 1861-1869. Empreendemos esta investigação a partir da análise de 320 Escrituras que registraram a compra-venda de 575 cativos em Rio Claro, município pertencente ao oeste da província de São Paulo que, naquele período, vivenciou os momentos iniciais da expansão 'leste-oeste' dos cafeeiros na chamada zona paulista. Com base no referido núcleo documental, realizamos apreciações econômicas e demográficas dos indivíduos que sofreram o fado das diferentes modalidades deste comércio. Além da introdução e das considerações finais, o texto é formado por outras quatro partes, quais sejam: no segundo e terceiro itens discutimos, respectivamente, o recorte espacial e temporal; em seguida, abordamos as fontes primárias que tivemos acesso nos arquivos cartoriais da cidade em apreço; por fim, tratamos, mais detidamente, das diferentes informações constantes nestas Escrituras. Em última instância, como diria Machado de Assis,

aqui cometemos uma iniquidade crassa, pois "o maior pecado, depois do pecado, é a publicação do pecado".

### Os Trens sem Trilhos: A construção da Estrada de Ferro Norte de São Paulo – 1874 - 1930.

**Guilherme Carra Makowsky**

(Mestrando em História Econômica - FFLCH/USP)

Pesquisa inédita proposta para o programa de mestrado em história econômica pela USP com o objetivo de comprovar por fontes escritas, orais, iconográficas e materiais - notadamente arqueológico-industriais, a consecução das obras, não finalizadas, de uma ferrovia ligando os municípios paulistas de Taubaté e Ubatuba na última década do século XIX.

### O Desenvolvimento do setor siderúrgico brasileiro entre 1900 e 1940: Criação de empresas e evolução da capacidade produtiva

**Gustavo Barros**

(Doutor em Economia - FEA/USP)

Apesar da existência de diversas tentativas de produzir ferro localmente tanto no período colonial quanto durante o Império, por motivos vários tais iniciativas, cada uma a seu tempo, malograram e a siderurgia brasileira ingressou no século XX com muito pouca expressão prática. Contudo, quando a Companhia Siderúrgica Nacional foi criada, em 1941, como uma resposta ao problema siderúrgico nacional, o setor siderúrgico doméstico já tinha uma expressão bem mais significativa. Em 1939, ele já contava com 26 empresas e, no ano seguinte, em 1940, já atendeu 99,7% do consumo aparente interno de ferro-gusa (em quantidade), 88,0% do de aço e 34,5% do de laminados. Assim, entre 1900 e 1940, e sobretudo nas décadas de 1920 e 1930, o setor siderúrgico brasileiro foi capaz de conduzir um importante processo de desenvolvimento. A reconstrução desse processo de evolução setorial, centrado na criação de empresas e na expansão da capacidade produtiva do setor, é o objeto deste artigo.

### Entre a escravidão e a liberdade: as alforrias em Mariana no século XIX (1840-1888)

**Heloisa Maria Teixeira**

(Pós-doutoranda FEA/USP)

Nosso trabalho consiste em analisar a prática das alforrias na localidade mineira de Mariana, economicamente voltada para a subsistência. Através das cartas de liberdade, investigamos os padrões da alforria e do alforriado durante o período 1840-1888, buscando apreender as transformações na concessão da manumissão no contexto das leis abolicionistas. O marco inicial justifica-se por ser a década que antecede a proibição efetiva do tráfico internacional de escravos. A análise das alforrias na década de 1840 permitiu estabelecer uma comparação com as décadas subsequentes e, dessa forma, podemos dimensionar o impacto causado pelas leis abolicionistas na política de alforrias. Entre outras considerações, constatamos que, enquanto a maioria da população escrava era de homens em idade produtiva, as alforrias eram, na maioria dos casos, concedidas às mulheres (algumas vezes, em retribuição às crias produzidas). Também foi significativo o número de crianças e famílias alforriadas. Diferentemente do que revelam os estudos acerca da alforria para regiões voltadas para a economia externa, observamos uma diminuição do número de alforrias ao longo da segunda metade do século XIX, provavelmente resultado da decréscimo da população escrava ocasionada pelo tráfico interno. A maioria das alforrias foi condicional e onerosa. Dividindo as alforrias segundo o tipo ao longo das décadas, vemos que as que impunham alguma condição diminuíram em número, enquanto que as incondicionais aumentaram proporcionalmente.

### A riqueza na Riqueza das Nações: uma introdução ao estudo dos limites da sociedade capitalista

**Henrique Pereira Braga**

(Doutorando em Economia IE/UNICAMP)

A fim de lançar bases para a compreensão da riqueza na sociedade capitalista, em especial os limites ao gênero humano que emergem dela, o presente artigo retoma os escritos de Adam Smith sobre riqueza. Em particular, o artigo propõe um exame do livro Riqueza

das Nações por ser a obra na qual o autor dedica-se, dentre outras temáticas, à defesa do que é riqueza na sociedade de seu tempo, esmiuçando o princípio geral que define esta riqueza e as causas fundamentais para a expansão dela. Através da recuperação deste princípio geral e das causas fundamentais para a geração e a expansão da riqueza, mostrar-se a maneira pela qual Smith apreende e conceitua a riqueza em sua época. Efetuada essa demonstração, objetiva-se expor a concepção de progresso, expressa na defesa de determinado comportamento humano, que emerge do modo como o autor apreendeu e conceitua a riqueza. Da demonstração da relação entre riqueza e progresso, discute-se o fundamento desta relação em Smith a fim de pensar, a partir deste fundamento, tanto a maneira de apreender e conceituar a riqueza na sociedade capitalista quanto os limites ao progresso que podem emergir do modo como se compreende esta riqueza.

### **Negócios e negociantes numa inflexão conjuntural: a dízima da Alfândega na Bahia e no Rio de Janeiro, 1699-1731**

**Hyllo Nader de Araújo Salles**

(Mestrando em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora)

A descoberta e a conseqüente produção crescente de ouro no Brasil a partir dos fins do século XVII provocou uma forte inflexão da economia não apenas na colônia, mas em todo o império português. A começar pelo dreno populacional experimentado pela metrópole, bem como os fluxos migratórios no próprio Brasil. Do ponto de vista fiscal, foi notável o crescimento exponencial da movimentação alfandegária e por aquilo que podemos chamar do deslocamento do eixo de gravidade da praça de Salvador para o Atlântico Sul, isto é, a preferência dos homens de negócio pela Alfândega carioca em detrimento da Alfândega de Salvador. À luz das novas fontes e da recente produção historiográfica, torna-se necessário um aprofundamento dos estudos que levem a melhor compreensão de tal deslocamento. A presente pesquisa tem por objetivo estudar esse processo de deslocamento do eixo de gravidade econômica da praça de Salvador para a do Rio de Janeiro entre o ano de 1699 – data do início da cobrança da dízima da Alfândega no Rio de Janeiro – e 1731, tomado como o ano em que este processo já se achava plenamente consolidado. Para

tal as fontes utilizadas nesta pesquisa são: os documentos pertencentes à Segunda Série da documentação avulsa da capitania da Bahia do Arquivo Histórico Ultramarino; a documentação avulsa da capitania do Rio de Janeiro também do Arquivo Histórico Ultramarino e os documentos pertencentes à coleção Documentos Históricos da Biblioteca Nacional. Tendo em vista a natureza e a diversidade das fontes que alicerçam a presente pesquisa, a metodologia adotada deverá ser aquela baseada nos procedimentos usuais de coleta, sistematização e análise crítica dos dados levantados.

### **Relatórios de companhias ferroviárias: uma riqueza de fontes.**

**Ivanil Nunes**

(Grupo de Estudos de Formação Econômicas Regionais e Integração de Mercados)

Até 1897 os dados estatísticos das estradas de ferro brasileiras eram publicados nos relatórios do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Porém, a partir de 1898 tornou-se obrigatória para todas as empresas férreas, de propriedade ou concessão federal, a apresentação de dados em padrão uniforme. E, a partir de dezembro de 1921, a obrigatoriedade de as empresas apresentarem este formato único de estatísticas completas foi estendida para todas as estradas de ferro nacionais. Logo, existe uma ampla e sistemática gama de informações que normalmente são pouco exploradas pelos historiadores que estudam ferrovias no Brasil, no século XX. O objetivo neste trabalho é apresentar os relatórios das companhias férreas brasileiras como importantes fontes para a realização de trabalhos nas áreas das Ciências Sociais; particularmente para os trabalhos do campo da História Econômica. Pressupõe-se, portanto, que os relatórios das estradas de ferro podem servir como instrumentos bastante qualificados para se entender a dinâmica econômica tanto das ferrovias quanto das regiões atendidas pelas linhas férreas [daquelas empresas que formaram a RFFSA], desde o início do século passado até meados da década de 1950; e até meados da década de 1960, para o caso daquelas companhias que vieram a formar a FEPASA, em 1971 [Araraquara, Mogiana, Paulista, São Paulo-Minas e Sorocabana]. A partir dos relatórios da Companhia Estrada de Ferro do Dourado, que serão utilizados neste trabalho como base de

análise, são apontados os diversos elementos que, a meu ver, podem ser objetos de construções de séries históricas bastante úteis para se refletir sobre o papel desempenhado pelas ferrovias brasileiras em suas respectivas áreas de influência. Diversas das informações tratadas nestes relatórios dão conta de detalhes sobre quantidade e peso de produtos transportados em cada uma das localidades atendidas e suas respectivas receitas; descrevem as quantidades de passageiros transportados, em primeira e segunda classe; informam sobre quantidade de telegramas emitidos, ano a ano, quantidades de encomendas ou de animais transportados, relação de nomes de acionistas, fornecem detalhes sobre o histórico financeiro destas companhias, dentre outras pistas de enorme valia para quem milita na história econômica.

### **A importância econômica das máquinas de costura no Rio de Janeiro imperial: comércio, consumo e publicidade**

**Joana Monteleone**

(Doutoranda em História Econômica pelo Departamento de História da FFLCH/USP)

Nesta comunicação, a história das máquinas de costura no Rio de Janeiro é recuperada por meio da análise da guerra comercial de patentes nos Estados Unidos em meados do século XIX. Quando a briga entre os fabricantes americanos termina, o mercado de máquinas de costura no Brasil se estabelece rapidamente. As máquinas de costura no século XIX são fundamentais para fomentar vários setores ligados ao vestuário e à confecção de roupas. Logo, todo um setor de produção de roupas se estabelece no Rio de Janeiro. Abrem-se ateliês e lojas de máquinas de costura. Ambos também se valem de uma maneira moderna de anunciar seus produtos: a propaganda em jornais, revistas ou almanaques. No caso da máquina de costura, essa propaganda estava voltada especificamente à mulher, que podia comprar a máquina para costurar em casa ou abrir um negócio de costura.

### **A evolução do capital imobiliário nacional no setor de shopping centers a partir dos anos de 1980**

**José Roberto Barsotti Baldin**

(Doutorando FFLCH/USP)

A fase monopolista de desenvolvimento do capital, historicamente, foi permeada por uma série de alterações na organização da produção, com extensões em diversos aspectos da vida em sociedade. As mudanças na inter-relação entre a estrutura produtiva e o setor financeiro caracterizaram esse processo, que envolveu também uma intensificação do grau de concentração e centralização do capital. Esta proposta objetiva avaliar, sob prisma diferenciado, o circuito secundário de movimentação de capital: o setor imobiliário – os shopping centers, considerados uma demonstração típica das forças capitalistas atuais. Pretendo identificar como o “capital circulante” se movimenta nos bastidores dos shoppings, através de seus “agentes” – o empreendedor, a administradora, o lojista e o cliente, e contribui nessa nova modalidade de acumulação e financeirização.

### **Ciclos de investimento, crises monetárias e crises sociais na gestão do Padrão-ouro em Portugal e Brasil no século XIX: uma perspectiva comparada**

**José Tadeu de Almeida**

(Doutorando em História Econômica - FFLCH/USP)

A profunda dimensão da recente crise financeira global sinaliza para uma reorganização da economia em âmbito mundial: O apelo ao uso de instrumentos mais eficazes de política macroeconômica, notoriamente no plano monetário, bem como a valorização de preços de ativos reais, como o ouro, evidenciam a importância do referido metal e da gestão monetária como redutores de incertezas em períodos de crise. Contudo, estas trajetórias de ascensão e descensão no sistema financeiro não são, de modo algum, próprias do tempo recente: Com efeito, ocorrem em maior intensidade no século XIX, período que registra as primeiras crises em âmbito internacional, afetando mercados distintos, incluindo-se aí as economias portuguesa e brasileira. Neste contexto, esta pesquisa tem por objetivo estudar,

em uma perspectiva comparada, o padrão de desenvolvimento econômico das economias portuguesa e brasileira na segunda metade do século XIX, observando os rumos da política econômica no mesmo período, a partir do sistema monetário conhecido como o padrão-ouro, sistema ao qual Brasil e Portugal aderiram, respectivamente, em 1846 e 1854. Pretende-se, portanto, estabelecer um parâmetro comparativo em torno das economias destas duas nações no período citado, considerando as dimensões macroeconômicas de maior relevância (expressas nas medidas de políticas fiscal, monetária e cambial), bem como estudar a própria ação do Estado enquanto agente indutor de investimentos, nos marcos de um projeto claro de política de desenvolvimento econômico no século XIX. Palavras-chave: Padrão ouro-libra; crises financeiras; Caixas Econômicas.

### Os “Livros de Registro de Entrada de Gado” da Feira de Capoame (1784-1811)

**Juliana da Silva Henrique**

(Mestranda pelo Programa de História Econômica do Departamento de História da Universidade de São Paulo)

O objetivo desta comunicação é apresentar alguns aspectos da dinâmica de funcionamento da Feira de Capoame partindo da análise dos “Livros de Registro de Entrada de Gado”, localizados no Arquivo Municipal de Salvador (AMS). Pretende-se, portanto, pensar em Capoame como espaço articulador de uma rede mercantil que envolvia desde agentes dedicados à pecuária estabelecida nas mais distintas partes dos sertões baianos até os marchantes responsáveis diretos pelo abastecimento da principal região consumidora de carne verde da capitania: a cidade da Bahia de Todos os Santos e seu Recôncavo. Por fim, faz-se necessário problematizar alguns aspectos da pecuária desenvolvida nos sertões baianos da América Portuguesa e sua importância para a reprodução econômica e social da colônia.

### Renúncia fiscal e a política de apoio a indústria em Santa Catarina: um estudo do Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense [PRODEC]

**Juliano Giassi Goularti**

(Mestrando em Desenvolvimento Regional-FURB)

De meados dos anos 1960 até o início da década de 1980, o Ministério da Fazenda exerceu um rígido controle das finanças regionais. Neste período, a Fazenda controlou a política tributária, não permitindo que os Estados renunciassem parte de suas receitas com o intuito de atrair novas plantas industriais. Com a Constituição de 1988, os territórios foram ganhando força política para questionar sua liberdade fiscal, bem como recuperar prerrogativas perdidas ao longo do regime militar envolvendo questões fiscais e financeiras. A redemocratização colocou em pauta a discussão de um novo quadro tributário estabelecendo um novo pacto federativo, que garantiu alterações e rupturas na centralidade da União em comandar a política fiscal, concedendo aos estados o poder para fixar, por leis próprias, as alíquotas do ICMS. A partir daí, os territórios passaram a utilizar a tributação como um instrumento político para estimular suas economias, abrindo precedente para o que hoje chamamos de guerra fiscal. Com a Constituição promulgada, no mesmo ano o governo catarinense criou o Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense/Prodec, com a finalidade de promover o desenvolvimento econômico através da renúncia fiscal a empreendimentos industriais que expandirem suas atividades e para aqueles que vierem a se instalar em território catarinense. O objetivo do artigo será dividido em três etapas. A primeira leva o título “Da centralização a descentralização fiscal” está subdividida em dois subtítulos: ‘O Ministério da Fazenda e a centralização da política fiscal’ e ‘A redemocratização e a descentralização da política fiscal’. A segunda etapa mostra que fruto da fragilização do Estado-Nação, somado ao novo quadro tributário estabelecido pela Constituição de 1988, que culminou na descentralização fiscal, foi criado Prodec. Para melhor análise, o título foi dividido em dois subtítulos: i) ‘O Prodec e suas reestruturações: uma estratégia para implantação de novas empresas e a expansão das já estabelecidas em Santa Catarina’; e, ii) ‘As liberações do Prodec, 1988 a 2010: crescimento ou desaceleração industrial’. Por fim, considerando que desde a criação do Programa já foram renunciados, em ICMS, R\$ 12,19 bilhões, a análise será pautada nas repercussões



financeiras que o Prodec gera nas contas públicas. **Palavras Chaves:** Prodec, Desenvolvimento Industrial, Finanças Públicas.

### **A consolidação do mercado de locações no Brasil: a franquia casa do construtor e sua importância no desenvolvimento do setor de construção civil (1995-2011)**

**Kleber Eduardo Men**

(PPH-UEM)

Este artigo tem como objetivo apresentar um projeto que visa registrar a história, a formação e a consolidação da empresa de locação de equipamentos para construção civil Casa do Construtor e sua importância no desenvolvimento desse setor da economia brasileira. Fundada em 1995, na cidade de Rio Claro (SP) pelos engenheiros civis Expedito Arena e Altino Cristofolletti Júnior, esta empresa se tornou uma franquia em serviços de locação de equipamentos para construção civil chegando a ser eleita a melhor empresa do Brasil deste ramo, em 2010, pela revista Pequenas Empresas & Grandes Negócios. Trabalhar a história de uma empresa significa ter o entendimento da trajetória desta instituição em face dos contextos e conjunturas histórico-econômicas, passando pelo papel sócio-político dos empreendedores que a iniciaram e tornaram possível a sua consolidação, bem como sua contribuição para a economia brasileira. Baseando-se nos pressupostos metodológicos da História Econômica e Empresarial, nossa proposta por meio desse projeto tem em vista analisar sua formação e consolidação no mercado da construção civil, observando sua história por meio de entrevistas e documentos que venham colaborar na construção da trajetória desta empresa.

### **A Sociedade dos Amigos dos Negros: o antiescravismo na Revolução francesa**

**Laurent Azevedo Marques de Saes**

(Doutorando FFLCH/USP)

Pretendemos, em nossa apresentação, traçar o perfil daquele que foi o primeiro movimento antiescravista francês. Surgida às vésperas da Revolução, a Sociedade dos Amigos dos Negros reuniu um gru-

po restrito, porém seletivo, de homens de letras, nobres esclarecidos e financistas, que dedicaram-se, por meio de panfletos, petições e discursos aos representantes da Nação, a levar o problema da escravidão para o espaço público. Conduzida por grandes nomes do período, como Brissot, Mirabeau, La Fayette e Condorcet, a Sociedade tornou-se, aos olhos dos colonos e armadores dos portos franceses, um símbolo da ameaça que pesava sobre todo o sistema do comércio colonial naquele tempo de mudanças abruptas. Deve-se observar, contudo, que o discurso dos Amigos dos Negros não estava voltado para a desagregação do sistema colonial e nem mesmo para a emancipação imediata dos escravos: o seu antiescravismo era de caráter moderado, voltado essencialmente para a proibição do tráfico e para modelos de abolição apenas gradual da escravidão. Assim mesmo, essa Sociedade encontrou enormes resistências para fazer avançar a sua causa no seio das assembleias revolucionárias. Numa época em que as colônias francesas – e, em especial, São Domingos – haviam atingido o seu auge, tanto os representantes dos colonos quanto os do comércio marítimo haviam se constituído em fortes grupos de pressão e, apesar de seus desacordos quanto ao Exclusivo, faziam frente única quando o assunto era defender o tráfico e a escravidão. Nossa apresentação procurará, nesse sentido, compreender, com base no programa e na composição da Sociedade dos Amigos dos Negros, a natureza do antiescravismo francês do final do século XVIII, assim como os limites desse movimento, que refletia as contradições da própria Revolução, incapaz de estender os princípios de liberdade e igualdade jurídica proclamados na metrópole às centenas de milhares de negros que trabalhavam nas suas colônias.

### **Uma análise comparativa do PAEG e do PED**

**Leandro Vizin Villarino**

(Mestrando em História Econômica - FFLCH/USP)

A exposição apresentará os resultados parciais de nossa pesquisa de mestrado sobre planejamento econômico no Brasil da década de 1960, considerando, em especial, as relações entre o programa inicial da ditadura militar, o Programa de ação econômica do governo (MPCE, 1964; doravante referido como PAEG) e o plano correspondente à primeira grande ruptura no interior do regime, o Programa estratégico de desenvolvimento (MPCG, 1967; doravante, PED).

Para tanto, a apresentação se dividirá em quatro partes. Na primeira, proporemos uma abordagem em perspectiva foucaultiana, em especial os cursos de maturidade do filósofo. Nesses cursos, voltados para a passagem do século XVIII para o XIX, são abordados diversos documentos de natureza técnica ou governamental, tentando-se extrair deles os elementos gerais que marcariam uma guinada fundamental nas práticas do poder estatal. Apontaremos também alguns limites desse “método”, bem como sugestões para superá-los, partindo de algumas concepções sobre a objetividade do texto calcadas na linguística e na teoria literária. Na segunda parte, traremos as principais questões historiográficas sobre o período, que marca transformações importantes da ditadura. Trata-se, basicamente, de perguntar se, na relação entre os planos, transparece uma continuidade geral de objetivos, a despeito de diferenças conjunturais e de execução de políticas, como sugerem Ianni (2009) e Campos (1976), ou se ocorre uma ruptura fundamental também no âmbito da administração econômica do país, tanto técnica (Fishlow, 1974) quanto ideológica (Macarini, 2005). A terceira e quarta partes são a análise e as considerações finais. Mostraremos que os planos tendem a apontar para a “perspectiva da ruptura”: as novidades do PED não se resumem ao sentido técnico e ideológico, mas encerram uma dimensão “humanista” e “constitutivista” da política econômica que não está presente no tecnicismo “ortodoxo” do PAEG. Esse “humanismo”, por vezes beirando a propaganda e o cinismo, deve-se certamente à nova estratégia de legitimação retórica do regime; porém, atentando para sua constituição no texto e para a experiência acadêmica de seus formuladores (por exemplo, Delfim Netto, 1966), podemos especular se ele também não encerra um regime diferente de concepção da economia.

### **O mercado das carnes secas e a produção das oficinas do Siará Grande: quebra de monopólio, circuitos mercantis e abastecimento no Estado do Brasil (século XVIII)**

**Leonardo Cândido Rolim**

(PPGH/Universidade Federal da Paraíba)

Esta comunicação tem o objetivo de sistematizar a formação dos circuitos mercantis que ligaram a vila de Santa Cruz do Aracati, capitania do Siará Grande, com outras vilas e povoações das capitanias

do norte do Estado do Brasil, fossem no sertão ou litoral, sendo tais relações nosso principal objeto de análise, principalmente a ligação com o porto do Recife. Consequência destes circuitos mercantis foi a constituição de conexões mercantis com outras partes do Império Português na América, começando pelas capitanias da Bahia e do Rio de Janeiro. A projeção das carnes secas produzidas em vilas e povoados nos sertões da capitania geral de Pernambuco, dentre elas a vila do Aracati, fez com que o gênero se tornasse importante no abastecimento das Minas Gerais e no trato de escravos do outro lado do Atlântico. A análise empreendida baseia-se principalmente no “Livro de Registro de Entrada dos Barcos no Porto da vila de Santa Cruz do Aracati”, onde podemos observar informações acerca das cargas levadas e trazidas, origem e destino, entre outros. As redes de comércio tecidas entre os portos tiveram suas consequências no comércio do interior do continente. Pudemos observar a importância da vila do Aracati nesse contexto, principalmente como um porto de entrada de produtos e gêneros vindos do reino e de outras importantes praças para as vilas e feiras dos sertões.

### **O Seringal Amazônico e o Cafezal do Oeste Paulista: um estudo comparativo das dinâmicas econômicas (1890 – 1930)**

**Leonardo Milanez de Lima Leandro**

(Doutorando do NAEA/UFGA)

**Fábio Carlos da Silva**

(Professor do NAEA/UFGA)

A Amazônia e o Oeste Paulista, no início do regime republicano, experimentaram a expansão de importantes atividades econômicas no país: a extração da borracha nativa e a produção de café. Nesse período, tais fronteiras se constituem em espaços de reprodução e expansão do capital em detrimento de passivos ambientais e sociais. Nelas são investidos recursos e esforços para promover o desenvolvimento daquelas atividades. Às populações de trabalhadores imigrantes assentadas não se assegurava a propriedade da terra ocupada, objetivada apenas após o pagamento devido, pois desde 1850, com a Lei de Terras, a emissão de títulos de propriedade ficou condicionada ao expediente da aquisição, e aos descapitalizados imigrantes, estrangeiros ou nacionais, além dos núcleos de resistência ao trabalho

compulsório, tornou-se ainda mais difícil a apropriação da terra, o que representou a continuidade da política de constituição de latifúndios no Brasil. Nesse ínterim, a exploração da borracha coloca a Amazônia como o segundo centro dinâmico da economia nacional, com parte da elite regional composta pelos seringalistas, da mesma forma que ocorre com a produção cafeeira paulista, onde parte da elite regional era composta pelos grandes fazendeiros do café. Até a década de 1910, essas duas regiões apresentam trajetórias mais ou menos semelhantes. Contudo, um declínio que já se anunciava provoca a derrocada da economia gomífera, enquanto se observa a expansão da economia cafeeira, transformando São Paulo num polo dinâmico do capitalismo brasileiro, enquanto a Amazônia tornou-se área periférica desse polo. Serão observadas as economias dinamizadas pela extração da borracha e pela produção do café, bem como seus processos de transformação, e analisadas, de modo comparativo, as contradições características das condições estruturais que tornaram objetivas as trajetórias dessas duas fronteiras.

### Recife mascate. A aventura empreendedora lusa na primeira metade do século XX

**Luis Eduardo Carneiro de Mendonça**

(Professor adjunto III, Pesquisador associado do Grupo de Pesquisa Estudos Transdisciplinares em História Social do Departamento de História da Universidade Católica de Pernambuco)

Análise do empreendedorismo do imigrante português na cidade do Recife, Estado de Pernambuco, Nordeste do Brasil, durante a primeira metade do século XX. O foco seria: o imigrante português foi empreendedor no cenário de mudança econômica e cultural dos primeiros cinquenta anos do século XX, seja como grupo étnico, seja como pessoa de comportamento empreendedor? A pesquisa original está estruturada em 08 (oito) capítulos e contém imagens do Recife e da presença lusa. É um ensaio interdisciplinar que se ampara nas áreas de história, estudos migratórios, econômicos e organizacionais. Resgata a trajetória desse imigrante no país e no Recife e discute sua inserção na economia e sociedade locais. Adota o olhar de ourives a procurar nos textos, livros, discursos visitados e entrevistas, eventos que conduzam à interpretação do comportamento desse ator, o imi-

grante português, na condição de empreendedor. Muitos foram os percalços encontrados vez que no Brasil em geral e, em Pernambuco em particular, existe uma quase total ignorância a respeito do tema do empreendedorismo e empreendedores na literatura de história, de economia, de administração e de estudos migratórios visitados pelo autor. A propósito, o historiador de Pernambuco, Pereira da Costa, omite na sua bibliografia referência a empresários e/ou empreendedores. Recentemente, livro de autoria do pesquisador Marcovitch denuncia que o empreendedor é tão desconhecido como o índio, no país. Registre-se, ainda, a pesquisa ganhou o Prêmio Literário Cidade do Recife categoria Ensaio, da Fundação de Cultura da cidade do Recife, ano 2009, conferido em abril de 2010. Foi, também, baseada em tese do autor defendida e aprovada na Universidade de Aveiro, Portugal, no mês de junho de 2010, e encontra-se publicada pela Editora Garamond (Rio de Janeiro, Brasil), desde novembro de 2011.

### Estratégia Corporativa e Formação de Portfólio: Históricos e Estratégia do Grupo Queiroz Galvão

**Luiz Alberto Esteves**

(Professor do Departamento de Economia da UFPR e Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPR.)

O objetivo do artigo é identificar a estratégia corporativa do Grupo Queiroz Galvão. Neste sentido caberá identificar quais os elementos que possibilitam que um novo negócio incorporado ao portfólio do grupo possa gerar valor extraordinário aos acionistas, ou seja, gerar um valor superior àquele que seria obtido caso o negócio não fosse conduzido dentro da corporação. A criação de valor extraordinário dentro de uma corporação pode ser, por exemplo, decorrente da presença de economias de escala e escopo, da economia de custos de transação, da capacitação tecnológica (inovação) e da existência de ativos complementares. O artigo é composto por duas seções-chaves, denominadas 'Estratégia Corporativa e Formação de Portfólio: Histórico' e 'Estratégias Tecnológicas'. A primeira fornece uma análise histórica de quando e em quais condições cada um dos segmentos de negócios foi introduzido ao portfólio do grupo. São analisados os principais fatores de mudança no ambiente do negócio que alteraram os incentivos em favor da incorporação do segmento no portfólio do

grupo. A segunda seção tem como objetivo mostrar que o processo de inovação dentro do que aqui denominamos atividade nuclear do grupo, a indústria da construção, apresenta especificidades tecnológicas que a torna peculiar. Neste segmento as inovações são desenvolvidas de forma bem difusa e fragmentadas dentro da cadeia produtiva. A liderança tecnológica no setor está muito mais relacionada à capacidade de articular este conhecimento difuso e fragmentado dentro de projetos de engenharia bem estruturados. Neste sentido, a liderança depende de seu estoque de ativos complementares, que a possibilita introduzirem de forma rentável uma gama de inovações difusas em um único vetor tecnológico denominado projeto. Como os custos de busca e articulação de inovações difusas e fragmentadas podem ser muitas vezes impeditivos, a redução destes custos de transação pode ser viabilizada através aquisições, fusões e constituição de parcerias estratégicas. Verificaremos como o Grupo Queiroz Galvão procedeu para reduzir estes custos de transação através de seus parceiros tecnológicos.

### Um ofício central: o Escrivão da Câmara Municipal de Vila Rica, 1711-1724

**Luiz Alberto Ornellas Rezende**

(Mestrando em História Social pela Universidade de São Paulo)

Os estudos mais recentes, principalmente teses e dissertações que adotaram como objeto de estudo os poderes locais em Minas Gerais no século XVIII, se concentraram no estudo não da totalidade dos oficiais camarários, quando foi o caso, mas de uma parcela que julgam a mais importante, a dos oficiais da cúpula camarária, ou seja, Juizes de Fora ou Ordinários, Vereadores e Procuradores da Câmara Municipal. Todavia, autores como Teresa Fonseca defendem, para o universo metropolitano, que, do ponto de vista político-administrativo, existiam outros postos de grande relevância, tão fundamentais como os próprios ofícios da cúpula camarária. Alguns deles seriam os de Almotacé, Escrivão e Tesoureiro da Câmara Municipal. Portanto, a intenção deste estudo, que se baseia nas fontes administrativas da Câmara Municipal de Vila Rica, é a de resgatar a função destes ofícios, que aparentemente, também para Minas, estão longe de serem secundários. Nos fixaremos no ofício de Escrivão da Câmara, divi-

dindo a análise em três níveis. Primeiramente, um histórico do ofício ao longo dos séculos por todo o Império Português. Posteriormente, uma breve comparação com suas especificidades na região das Minas. Por fim, o que este ofício guardava de comum e incomum em Vila Rica. Neste último item, o mais específico, vamos analisar a relação dos oito Escrivães que serviram na Câmara Municipal da referida vila, desde sua fundação, 1711, até 1724. Em teoria, o Escrivão da Câmara de Vila Rica era nomeado diretamente pelo Rei, ao contrário, por exemplo, da Câmara Municipal de Mariana, cujo ofício era vitalício. Mas, na prática, durante a maior parte do tempo, indicados do governador ocuparam o posto em Vila Rica. O ofício era central, e sua oscilação guarda relação direta com as oscilações de poder dentro da instituição neste período de institucionalização das elites locais em Minas.

### Antecedentes do Pensamento Desenvolvimentista na formação intelectual de Raúl Prebisch

**Luiz Eduardo Simões de Souza**

(Professor Adjunto da Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

Doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo - USP)

O pensamento desenvolvimentista latino-americano, até a presente data, tem fixado suas raízes mais distantes na formação da primeira geração da CEPAL, entre 1940 e 1950. Dela participaram vários expoentes das ideias econômicas latino-americanas, dentre os quais o principal nome foi o economista argentino Raúl Prebisch (1905 – 1986). Por sua vez, as origens do pensamento desenvolvimentista podem ser identificadas em espaços reconhecidamente estabelecidos na história do pensamento econômico. Assim, o objetivo destas não é outro senão o de apresentar uma explanação sucinta das influências intelectuais locais que, por diversas razões, interferiram nas concepções desenvolvimentistas de Raúl Prebisch, postando-se a um passo – este de análise mais direta e profunda das especificidades de suas linhas de pensamento – de constituir antecedentes intelectuais do desenvolvimentismo latino-americano.

## Roberto Simonsen, Wladimir Woytinsky e o período entreguerras: elementos de questionamento à ortodoxia

Luiz Felipe Bruzzi Curi

(Mestrando em História Econômica - FFLCH/USP)

O artigo dá continuidade a pesquisa em andamento sobre o pensamento econômico de Roberto Simonsen e as influências que informaram suas elaborações. O enfoque do texto é a chamada "segunda fase" da produção simonseniana, que vai do final da década de 1920 até a publicação de História econômica do Brasil, em 1937. Partindo-se de uma perspectiva de história das ideias econômicas, argumenta-se que Simonsen está inserido no quadro de discussões internacionais sobre planejamento, industrialização e protecionismo que se travam nesse período crítico da "era da catástrofe", nas palavras de Hobsbawm. O estudo de textos de Vladimir Woytinsky justifica-se pelo fato de Simonsen recorrer a este autor, citando-o textualmente, para fornecer dados econômicos em um de seus textos e pelas afinidades entre as elaborações e atuações político-intelectuais dos dois autores, no que se refere à defesa da indústria e do nacionalismo econômico. Com isso, pretende-se contribuir para uma melhor compreensão do pensamento econômico de Simonsen e do processo de difusão das ideias econômicas no Brasil, neste período importante de consolidação do capitalismo e de concomitante gestação de um pensamento econômico brasileiro de matriz desenvolvimentista.

## Casamento de escravos: estratégias e consolidação das famílias de cativos em Guarapuava

Luzia Dematé Salvalaio

(Acadêmica do 4º ano de História/Noite da Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO Bolsista de Iniciação Científica)

A partir do levantamento bibliográfico e fontes de pesquisa sobre os registros de casamentos dos cativos em Guarapuava, pretende-se observar no tempo o comportamento e estratégias dos cativos quanto as possibilidades de formação de famílias, visto que, e, por muito tempo, as possibilidades de constituição de laços familiares foram desconsideradas por inúmeros historiadores. No entanto, essas

possibilidades foram concretas na localidade, haja vista, e apesar dos plantéis serem reduzidos, as estratégias dos proprietários e dos cativos pode ser considerada complementar quanto a promover arranjos matrimoniais. Tais arranjos, muitas vezes não eram sancionadas pela Igreja, entretanto, utilizavam-se delas a fim de fortalecer os laços de afinidade e/ou de estratégias parentais.

## A Economia-Mundo Capitalista: Conceitos e Considerações Histórico-Espaciais

Magda Holan Yu Chang

(Programa de Pós-Graduação, Mestrado, em "Culturas e Identidades Brasileiras" do Instituto de Estudos Brasileiros-USP)

Os despojos da maior crise econômico-financeira de proporções mundiais desde a Grande Depressão, cujo ápice deu-se em 2008, evidenciaram a perspectiva de uma lenta recuperação para a maior parte do mundo desenvolvido, frente a um surpreendente e relativamente bom desempenho de alguns países em desenvolvimento, entre eles o Brasil. Ao que tudo indica, está ocorrendo o deslocamento do centro de dinamismo econômico mundial dos países desenvolvidos para os em desenvolvimento, ou ao menos, uma significativa redistribuição de pesos. Para além das implicações concretas desses movimentos de reestruturação sistêmica expressas por dados estatísticos de atividade, comércio e finanças internacionais, também as bases ideológicas da orientação político-econômica dominante foram profundamente abaladas. Destarte, frente à importância desse processo de questionamento da ordem econômica capitalista e de ruptura de paradigmas, este artigo cumpre buscar entender as origens e forças históricas que estruturam a dinâmica do capitalismo como sistema mundial. Com estes fins, recorre-se a conceitos e ideias de importantes pensadores sobre o tema, como a "economia-mundo capitalista" de Braudel e Wallerstein, os "ciclos sistêmicos de acumulação de capital" de Arrighi, e os "ajustes espaciais" de Harvey. De certo modo, todos esses pensadores fazem suas próprias releituras dos universos marxista e smithiano. Apesar do estudo desses autores denotar posturas ora discordantes, ora complementares, seu conjunto de ideias revela uma grande riqueza elucidadora, indicando que o termo capitalismo é fortemente carregado de diferentes interpretações

políticas, econômicas e sociais, a depender das hipóteses, períodos históricos e contextos ideológicos vividos por aqueles que buscaram entender sua dinâmica e funcionamento.

### **De gado a café: as estradas de ferro no Sul de Minas Gerais (1874-1910)**

**Marcel Pereira da Silva**

(Mestrando em História Econômica FFLCH/USP)

O presente trabalho tem como objetivo estudar três companhias férreas sul mineiras: E.F. Minas e Rio, Cia. Viação Férrea Sapucahy e Cia. E.F. Muzambinho, para entender, em termos de atividades econômicas, o que existia no sul de Minas no advento de suas ferrovias, e o que mudou com a chegada e formação delas. Essas empresas serviram a maior parte do chamado Sul de Minas, uma região que possuía um quadro produtivo bastante diversificado em nosso recorte cronológico. Os fluxos demonstravam uma forte tendência dos produtos sul mineiros ao comércio interprovincial/interestadual. As atividades relacionadas a agricultura e pecuária voltadas para o abastecimento interno predominavam quando os trilhos são inaugurados, e a produção cafeeira ainda era bem incipiente, mas se expandia com consistência. Contudo, com o passar dos anos e o prolongamento dos trilhos, o perfil produtivo sul mineiro começa a se alterar. Não obstante o forte aumento da exportação de gado, o café caminha para se tornar o principal produto agrícola sul mineiro. Porém, os tradicionais produtos exportados pela região ainda continuam com forte presença até 1910, que é justamente o ano em que as três companhias são aglutinadas e forma-se a Companhia de Estradas Férreas Federais Brasileiras – Rede Sul Mineira. Muito importante foi também o transporte de passageiros, notadamente com fins turísticos para cidades que eram estâncias hidrominerais, hoje conhecidas como o Circuito das Águas Mineiras. As principais fontes utilizadas são os relatórios das companhias, relatórios dos presidentes de província e alguns almanaques e publicações estatísticas sobre a produção e o comércio mineiros e sul mineiros.

### **A institucionalização da pesquisa científica brasileira: os primeiros anos de atuação do conselho nacional de pesquisas – CNPq**

**Marcelo Luiz Mendes Da Fonseca**

(Universidade Cândido Mendes – UCAM/RJ - Mestrado em Economia Empresarial)

Analista em Ciência, Tecnologia e Inovação MCTI/MAST)

O artigo tem como proposta investigar a atuação do CNPq no período 1951-1962, a partir da questão nuclear no contexto do pós-guerra. O trabalho abordará a ideia que a intensificação da industrialização baseada principalmente na importação de tecnologia externa causou uma diferenciação da divisão do trabalho, evidenciando a necessidade de formação de recursos humanos qualificados. Para tal, é realizada a análise da evolução do desempenho operacional dos primeiros anos de existência do órgão. O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico é o sucessor do antigo Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq), do qual conserva a sigla. O CNPq desenvolve desde os anos 50 ações para a formação de recursos humanos para o desenvolvimento das atividades de pesquisa no Brasil. O órgão promove Ciência, Tecnologia e Inovação e tem apoiado, ao longo dos anos, a formação de milhares de pesquisadores, cientistas e técnicos. A ciência e a tecnologia, sobretudo a área de conhecimento da física nuclear, afirmam sua importância política e econômica a partir da Segunda Guerra Mundial. A energia nuclear surgiu como uma das fontes alternativas mais promissoras no quadro de escassez energética, que afetava particularmente os países subdesenvolvidos, tais como o Brasil, que era detentor de recursos minerais estratégicos, mas não dispunham de tecnologia suficiente para sua utilização. Alguns fatores parecem ter cooperado para a implantação deste órgão. De um lado, desde o final da década de 1940, a participação do Estado na economia do Brasil vinha se tornando cada vez mais significativa e, desta forma, a criação do CNPq inclui-se em um quadro geral de atuação econômica estatal, de acordo com uma política pública predominantemente industrializante. Por outro lado, a ideia do prestígio internacional, que a criação de um Conselho de Pesquisas poderia trazer, influi de forma considerável na criação deste organismo.

## Íon: a dimensão política subliminar na tragédia de Eurípides

Márcia Cristina Lacerda Ribeiro

(Doutoranda em História Econômica/USP; bolsista CNPQ)

O teatro grego antigo contemplou uma quantidade significativa de obras e poetas trágicos. Não conhecemos todos os seus nomes nem as suas produções completas. Dispomos de não mais de trinta e dois textos integrais: sete de Ésquilo (525 a.C. - 426a.C.); sete de Sófocles (496a.C. - 406a.C.) e 18 de Eurípides (485a.C. - 406a.C.), somados a uma quantidade razoável de fragmentos. Íon, encenada, provavelmente, entre 413 e 411a.C., não figura entre as obras mais conhecidas de Eurípides na atualidade, ao tempo em que é objeto de agudas críticas por parte de alguns estudiosos, chegando a ser descrita como gênero trágico, o que, a nosso ver, é absolutamente infundado. Seu objeto gira em torno da identidade do herói que dá nome à peça – Íon. Violentada pelo deus Apolo, numa gruta da acrópole ateniense, a princesa – Creúsa – dá à luz e expõe, em seguida, o bebê. O deus, sem conhecimento da mãe, transporta o menino para Delfos e torna-o fiel guardião do seu templo. Anos mais tarde, a princesa, casada com um estrangeiro, Xuto, e estéril, resolve ir junto com ele ao Santuário de Delfos em busca de resposta para a falta de filhos. Após várias reviravoltas, surge a deusa Atena ex machina para esclarecer todo o drama: Íon é o legítimo descendente de Erictônio, antepassado autóctone da sua mãe, Creúsa, e do deus Apolo, tendo sido dado a Xuto como pai social. A tragédia é levada aos palcos num momento particularmente difícil da história dos atenienses, após a fragorosa derrota da sua expedição à Sicília, em 415 a.C., durante a Guerra do Peloponeso. Acreditamos que o poeta, nesse momento de dúvidas e incertezas para o seu povo, estivesse se interrogando sobre o significado de ser ateniense e, possivelmente, questionando a autoctonia – tema que perpassa toda a trama – como elemento válido para o futuro político de Atenas. Assim, a condução do seu argumento leva-nos a entrever uma mensagem de pan-helenismo, e não de um discurso pró autoctonia ou xenofobia defendido por alguns pesquisadores modernos. São estas questões que pretendemos discutir no âmbito desta Conferência.

## De imigrante pobre a pequeno industrial no interior paulista: a formação do empresariado industrial em Ribeirão Preto e Franca (1890-1960)

Marco Antonio Brandão

(Pós-Doutorando UNESP/FAPESP/LabDES)

Assim como a Revolução Industrial gerou muitos debates na literatura acadêmica europeia, o processo de industrialização ocorrido no Brasil, entre 1890 a 1930, forneceu algumas das obras-primas das ciências humanas brasileiras. Dessas análises, consolidou-se o consenso de que a industrialização brasileira possuiu uma relação estreita com a economia cafeeira. A formação do empresariado industrial contou, além dos fazendeiros, com a participação de imigrantes abastados suficientemente para investir capitais em médias e grandes indústrias na cidade de São Paulo. Esse modelo tornou-se um padrão para o estudo de outras realidades encontradas no interior do Estado de São Paulo. Assim, o nosso propósito não é contestação do modelo construído e sim, apontar brechas nas quais alguns fatores, determinantes para o processo de industrialização de cidades interioranas, não foram levados em conta. O processo de industrialização, ocorrido entre 1890 a 1930, na cidade de Ribeirão Preto surgiu dentro de um núcleo colonial, implantado em 1883, pelo governo paulista, para atrair mão de obra imigrante para a região. As condições encontradas por esses estrangeiros (especialmente, o acesso à propriedade) e a proximidade de suas terras com o mercado consumidor fez do imigrante, destituído de grandes recursos econômicos, mas possuidor de algum saber-fazer, o embrião do empresariado industrial ribeirão-pretano. Por sua vez, o surgimento do polo calçadista na cidade de Franca (1900-1960) possuiu também as suas particularidades. Nesta cidade, os imigrantes tiveram que concorrer com os migrantes, sobretudo, mineiros e não contaram com o acesso a terra. Com isso, o trâmite tradicional, como mão de obra nas fazendas e a vinda à cidade, foi uma regra para muitos. No entanto, averiguamos que na formação do empresariado calçadista, os indivíduos de origem estrangeira, em muitos períodos, representaram cerca de metade de tal empresariado. A explicação para isso está na predominância do trabalho artesanal (saber-fazer) e no pouco capital necessário para o empreendimento. Ambas as análises, tanto sobre a formação do empresariado industrial em Ribeirão Preto, quanto em Franca foram e estão sendo empreendidas com base em documentação fiscal (livros de impostos), cartorial (registros de casamentos) e judicial (inven-

tários post-mortem e testamentos). E ambas mostram um cenário empírico no qual a formação do empresariado industrial guarda profundas diferenças em relação ao seu congênere paulistano, tão bem analisado pela literatura acadêmica. Então, como já explicitamos, o nosso objetivo é analisar as brechas em que os imigrantes pobres tiveram condições de ascender socialmente.

### **O escravo enquanto mercadoria: compra & venda e outras atividades mercantis envolvendo cativos em São Mateus/ES na segunda metade do século XIX.**

**Maria do Carmo de Oliveira Russo**  
(Doutora em História Social/USP)

Nesta comunicação direcionaremos esforços no sentido de fornecer um panorama geral das transações comerciais com escravos em São Mateus, cidade portuária do extremo-norte da Província do Espírito Santo, na segunda metade do século XIX, a partir da análise de documentos cartoriais de compra e venda e outras atividades mercantis envolvendo cativos (hipotecas, permutas, doações, penhoras, aluguel, empréstimo, transferência de serviços, pagamento e confissão de dívidas, locação de serviços, dentre outros). Neste conjunto documental são destacadas as variáveis dos escravos comercializados entre 1863 e 1888, tais como sexo, idade, cor, origem, qualificação profissional, bem como a avaliação e utilização desses enquanto bem econômico. Serão consideradas também as variáveis externas que influenciavam o mercado de escravos no período estudado e relacionadas aos fatores políticos, sociais e econômicos. Nesta perspectiva, considerar-se-á o escravo numa condição sócio-econômica dupla, ou seja, enquanto mão-de-obra e mercadoria, reconhecendo neste uma importante força de trabalho e uma mercadoria altamente comercializável. Procurar-se-á observar os padrões de compra e venda dos escravos, o perfil dos compradores e dos vendedores, assim como a variação de preços, numa tentativa de apresentar uma caracterização geral deste mercado de cativos em São Mateus na segunda metade do século XIX, destacando neste um levantamento das firmas comercializadoras de escravos nesta praça. A partir do uso de métodos quantitativos e da análise qualitativa dos documentos, procuraremos mostrar as especificidades das relações escravocratas constatadas nos

processos de compra e venda e de outras atividades mercantis com escravos no âmbito regional.

### **Os italianos e a formação do espaço urbano de Juiz de Fora (1888-1930)**

**Mariana da Silva Corrêa**  
(Universidade Federal de Juiz de Fora)

O objetivo desta pesquisa é determinar de que forma se deu a contribuição dos imigrantes italianos na construção do espaço urbano da cidade, analisando sua participação no setor da construção civil. No período em questão, Juiz de Fora recebia grandes levas de imigrantes italianos que se fixavam na cidade, atraídos pelo reconhecido desenvolvimento econômico, urbano e industrial da Manchester Mineira. Também neste período, o espaço urbano da cidade passou por consideráveis alterações e os antigos casarões deram espaço para projetos arquitetônicos mais modernos. Assim, o setor de construção civil cresceu e se expandiu rapidamente. Os italianos, detentores das mais modernas técnicas trazidas da Europa, rapidamente se inseriram no setor. Lançando nossos olhares sobre estes italianos da construção civil, determinaremos em que nível se deu sua contribuição para a formação do espaço urbano de Juiz de Fora. Para alcançarmos os objetivos propostos por esta pesquisa lançamos mão, além da leitura de extensa bibliografia, da análise de fontes que consideramos fundamentais: o Livro de Indústrias e Profissões, em que constam os lançamentos de impostos pagos por indústrias e profissionais liberais à Prefeitura; e todas as plantas e requerimentos para construção de edificações do período em questão. Todos os documentos já foram devidamente digitalizados e processados, em um banco de dados que nos permitirá determinar o número de imigrantes que compunham o quadro de mão-de-obra da cidade e quantos deles estavam envolvidos no setor de construção civil. Algumas conclusões preliminares já podem ser feitas, embora ainda não sejam definitivas, uma vez que a pesquisa ainda está em andamento. Assim, já podemos afirmar que é impossível pensar o espaço urbano da cidade sem a participação dos italianos.



## Abordagem das Capacitações: um percurso histórico da felicidade nas Ciências Econômicas

**Marianna Percinio Moreira Bomfim**

(Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Economia Política da PUC de São Paulo)

O tratamento da felicidade na Economia esteve no tempo ligado a diversos conceitos, como o auto-interesse atribuído a Smith, a noção de utilidade, apresentada nas teorias econômicas de base utilitarista, dentre outras concepções como a de felicidade atrelada a direitos e liberdades, o que remete, por exemplo, aos trabalhos de Rawls e Sen. No entanto, as discussões sobre felicidade existentes na História do Pensamento Econômico são, via de regra, apresentadas de forma marginal. Dessa forma, o texto ora apresentado visa trilhar um caminho nessa temática, expondo o percurso que faz o professor Amartya Sen, laureado com o Nobel em 1998, para a construção de sua Abordagem das Capacitações. Tal abordagem contempla a idéia de felicidade, mas expande-se para uma noção mais completa de realização humana. Sua relevância para nós se deve ao fato de Sen ter discutido como poucos a relação entre Ciências Econômicas e Filosofia Moral, ampliando campo de pesquisa sobre assuntos como a felicidade, e ainda ao fato de ter participado da construção do primeiro indicador de bem-estar com envergadura para contestar as funções do PIB: o índice de desenvolvimento humano (IDH), criando assim espaço de discussão que garantiu nos últimos tempos o surgimento de uma dezena de outros importantes indicadores de bem-estar. Os alicerces de Sen que serão aqui mostrados partem dos trabalhos de Smith, passam pelo Utilitarismo, base das Economias do Bem-estar, e vão em direção a Teoria da Justiça de Rawls e a Teoria da Escolha Social de Arrow, como solo fecundo ao desenvolvimento de sua Abordagem das Capacitações.

## Uma demografia da escravidão mineira - Fazenda Santa Sofia, 1850-1882

**Marjorie Rocha Cohn**

(Mestranda em História Social - FFLCH - USP)

Nos anos 1820, o Brasil despontava como o maior produtor mundial de café. Quase toda a produção era proveniente da região do Vale

do Paraíba, que compreendia terras das províncias de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Esta região, relativamente desocupada por volta de 1800, já na década de 1850 adquiriu o caráter de típica região escravista de plantation. A cafeicultura, como não poderia deixar de ser, é assunto central para o estudo da história do Brasil e, sobretudo, para o estudo da dinâmica da escravidão. Foi neste contexto, que Camilo Maria Ferreira Armond, Conde de Prados (1815-1882) herdou e fez prosperar sua fazenda de café, a Santa Sofia, localizada no Vale do Paraíba mineiro. O artigo proposto se dedica a uma análise demográfica da escravaria da fazenda Santa Sofia, que chegou a ter sua força de trabalho composta por 246 escravos, em dois momentos da crise da escravidão no Brasil, nos anos 1870 e 1880. Para tanto, serão usados alguns documentos que compõem o acervo da fazenda: a relação de escravos da Santa Sofia (1872), a relação original de escravos e ingênuos (1882), a partilha de bens do Conde de Prados (1882), bem como cartas de alforria, certidões de nascimento e óbito, além de cartas pessoais do Conde.

## O intelectual orgânico enquanto agente político e econômico (1930-1933)

**Maurício Gonçalves Margalho**

(Doutorando em História Social PPGH/UFF)

O presente trabalho analisa a política de reorganização econômico-financeira do país executada pelo governo provisório. Ao assumir a Presidência, na conturbada conjuntura de crise econômica, o novo governo viu-se diante de um complexo quadro político e econômico o qual envolvia os interesses de conglomerados financeiros estrangeiros - credores do Brasil - e as necessidades do governo de renegociar os termos de pagamento de dívidas externas do governo federal, estadual e municipal. Com esse objetivo, o chefe do governo nomeou, em 1931, o empresário Valentim Bouças para coordenar a dívida externa do Brasil, com a função de fazer a mediação entre o país e os grupos financeiros internacionais. O referido empresário, representante comercial de grandes empresas estadunidenses, tornou-se assessor financeiro pessoal do Presidente Getúlio Vargas, participando ativamente dos órgãos técnicos por ele criados - como o Conselho Técnico de Economia e Finanças do Ministério da Fazenda e o Conselho Federal do Comércio Exterior. Logo no início

do Governo Provisório, Bouças assumiu o cargo de Secretário Geral e Representante Técnico dos Ministérios da Fazenda e da Justiça, junto à Comissão de Estudos Financeiros e Econômicos dos Estados e Municípios. Devido ao seu conhecimento sobre economia e, ao que tudo indica, também aos seus contatos com empresas estadunidenses, o referido empresário exerceu importante função como representante do Governo Vargas na negociação dos serviços de pagamento da dívida pública externa. Conforme ressaltou Rosa Luxemburg, além do seu papel na acumulação do capital, os empréstimos internacionais representam "para as velhas nações capitalistas o meio mais seguro de tutelar os novos Estados, de exercer controle sobre suas finanças e pressão sobre sua política externa, alfandegária e comercial. (...)" Assim sendo, o governo Vargas, muito dependente da exportação de gêneros agrícolas, estava bastante vulnerável às pressões políticas feitas pelo grande capital, que desejava o pagamento dos compromissos. Em vista disso, precisou renegociar os contratos e se organizar política e economicamente para buscar meios de suportar pressões externas.

### A evolução da indústria de máquinas e equipamentos: Dedini e Romi entre 1920 e 1960

**Michel Deliberati Marson**

(Professor UNIFAL-MG e doutor pela FEA-USP)

O objetivo do artigo é analisar a evolução do mercado da indústria de máquinas e equipamentos no Brasil e em São Paulo entre 1920 e 1960, tendo como objeto de estudo duas empresas importantes para a consolidação dessa indústria no país, a Dedini e a Romi. A escolha dessas empresas deve-se à existência de estudos específicos e acervos históricos com documentos econômico-financeiros. Destacaremos as semelhanças e diferenças no desempenho dessas duas empresas no contexto da evolução do mercado da indústria de máquinas e equipamentos. Elas surgiram como pequenas oficinas nas primeiras décadas do século XX. Essas empresas evoluíram com o mercado específico em que atuavam, com grandes mudanças nas décadas de 1920 e 1930 e se consolidaram no setor após a década de 1940. Na década de 1960 eram as principais empresas do setor em que atuavam.

### As experiências da urbanização e a ocupação da Barra Funda (1900 – 1920)

**Monique Félix Borin**

(Mestranda História Social/USP)

A São Paulo de final do século XIX vivia um processo conflituoso de reestruturação social e espacial. Uma das principais mudanças enfrentadas nesse período foi a explosão demográfica: múltiplos fluxos de pessoas, gerados, entre outros fatores, pelo fim da escravidão e pela política de incentivo à imigração européia, chegaram a cidade, atribuindo uma nova dinâmica ao mercado de terras e habitações urbanas. Como efeito desse processo, se deu o crescimento da ocupação de regiões antes consideradas fora do perímetro urbano, e a integração dessas áreas a cidade. O caso do bairro da Barra Funda, inserido nesse contexto, é exemplar por se tratar de um espaço de ocupação mista: além de ser ocupada por distintas classes sociais, serviu tanto como zona residencial quanto como área de distribuição de mercadorias e industrial. Nesta comunicação, discutiremos como as experiências da urbanização vivenciadas por moradores do bairro entenderam e participaram do processo de ocupação urbana deste território. Através da análise de autos-crimes do Arquivo do Tribunal de Justiça de São Paulo, encontraremos serralheiros, cozinheiras, oficiais de justiça, donas de botequim, carroceiros, negociantes, juizes de paz que habitavam o bairro nesse período. Por algum conflito, seja com vizinhos ou com a força pública, essas pessoas tornaram-se personagens nas páginas dos autos-crimes, revelando, muitas vezes, como viviam em um bairro em processo de consolidação urbana. Dessas experiências da urbanização, podemos refletir como, para além das políticas públicas, os habitantes da cidade se relacionaram de fato com o avanço da urbanização pela cidade.

### "Alguma coisa como Chicago e Manchester juntas": a exposição industrial de 1917 e o locus da produção de cerâmica em São Paulo no início do século XX

**Natália Maria Salla**

(Mestranda em História Econômica - FFLCH/USP)

O prefeito de São Paulo Washington Luis Pereira de Sousa pronunciou, na abertura da Exposição Municipal de 1917, que a cidade pre-

parava-se "(...) para ser um grande centro industrial, alguma coisa como Chicago e Manchester juntas". Não obstante a pretenciosa afirmação, o evento pretendia tornar pública a importância da produção industrial paulistana entre o final do século XIX e o início do XX. Divulgada nos veículos da imprensa e, posteriormente, na obra *O desenvolvimento industrial de S. Paulo através da Primeira Exposição Municipal* – redigida por Antonio Piccarolo e Lino Finocchi – sua realização no Palácio das Indústrias, está intimamente ligada às grandes reformas urbanas de importantes espaços públicos, sob os auspícios de Vitor da Silva Freire, diretor de obras da capital entre 1899 e 1926. O documento aborda não apenas a Exposição, mas configura-se como um relevante registro de fôlego do quadro geral da indústria e do comércio paulistanos. Dessa forma, é possível apreender os meios pelos quais a municipalidade agia no sentido de promover a capital, divulgar suas próprias ações – tanto do beneficiamento dos industriais quanto das grandes obras de melhoramentos nas áreas centrais. A produção industrial de materiais cerâmicos empregados em edificações foi representada na Exposição através de algumas das grandes indústrias fabricantes de telhas, tijolos, manilhas e tubos de abastecimento e saneamento atuantes na cidade na década de 1910. Tais indústrias foram poucas, pois apenas tiveram lugar no Palácio, em 1917, as mais significativas naquele período. Contudo, entendemos ter sido esse evento e sua posterior divulgação através da obra de Piccarolo e Finocchi, relevante ação no sentido de possibilitar o reconhecimento do papel da indústria nas transformações urbanas ocorridas na cidade. A indústria de cerâmica é apenas um desses ramos, composto não apenas pelas grandes fábricas – dentre as que estiveram e as que não estiveram na Exposição –, mas também pelas pequenas e médias olarias que permaneciam produzindo os materiais construtivos empregados nas edificações da cidade, tanto privadas quanto públicas. A partir desse documento – e sua complementação através de outros dados e bibliografia a serem expostos sobre a indústria de cerâmica em São Paulo no início do século XX – estenderemos nossa compreensão sobre quais fábricas e produtores estiveram presentes nesse processo, além do sentido e do papel que possuíam no desenvolvimento industrial da cidade.

## **Economia e política nas relações comerciais entre Portugal e Estados Unidos (1783-1807)**

**Natalia Tammone**

(Mestranda em História Econômica - FFLCH/USP)

O trabalho pretende abordar as relações comerciais entre Portugal e os Estados Unidos da América, de 1783, data do reconhecimento da independência americana por Portugal, à 1807, ano das invasões francesas, com a subsequente abertura dos portos, eventos que marcam a mudança do padrão de trocas do Império. O estudo baseia-se na análise da documentação diplomática emitida pelos representantes lusitanos na ex-colônia inglesa e pelas balanças de comércio do reino de Portugal, para então, pensar como foi estabelecida e desenvolvida tal relação, bem como, seu peso nos quadros da economia portuguesa europeia.

## **Elite agrária na cidade de Varginha (1881-1920)**

**Natânia Silva Ferreira**

(Graduanda Unifal/MG)

O Capitalismo consolidou-se tardiamente no Brasil, e de maneira desigual por seu território: não foi em Minas Gerais, mas em São Paulo, que o sistema se desenvolveu mais rapidamente. Assim, é preciso entender os caminhos das transformações econômicas de Minas Gerais. Estudos apontam a Zona da Mata como a região que mais contribuiu para o progresso de Minas na transição do século XIX para o XX. Este projeto, por outro lado, irá se aprofundar no estudo das contribuições que a região do Sul de Minas ofereceu para o Estado. Para tanto, estuda-se o desenvolvimento dessa região por meio da elite agrária de Varginha, município cujo crescimento foi identificado na transição do século XIX para o século XX, por meio da expansão cafeeira.

## Conjugando tradições: o pensamento econômico do bispo Azeredo Coutinho entre a herança ibérica e as ideias ilustradas setecentistas (1791-1816).

Nelson Mendes Cantarino

(Graduado e mestre em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF);  
doutor em História Social pela Universidade de São Paulo - USP).

Bispo de Olinda, membro do governo provisório da Capitania de Pernambuco, último inquisidor geral e deputado pelo Rio de Janeiro para as Cortes de Lisboa. A trajetória de José Joaquim da Cunha Azeredo Coutinho (1742-1821) é bem conhecida da historiografia brasileira. Intransigente defensor da ordem estabelecida, Azeredo Coutinho distinguiu-se, inicialmente, pela publicação de diversos textos econômicos impressos por ordem da Academia Real das Ciências de Lisboa. Mas qual seria a matriz teórica do pensamento econômico do bispo Azeredo Coutinho? Para responder a essa indagação, devemos identificar quais eram os propósitos que o prelado buscava alcançar com a publicação de seus ensaios, discursos e memórias. Como um vassalo fiel, o primeiro deles era aconselhar o monarca a criar um império fundado na justiça e na virtude. Em um contexto de crescente disputa internacional e crítica ao ordenamento social do Antigo Regime, um governo justo e virtuoso seria capaz de prosperar, trazendo harmonia entre os diversos corpos do Estado. O segundo objetivo de Azeredo era estabelecer a inserção internacional do Império Português em bases mais sólidas. Ao contrário de alguns de seus contemporâneos, em momento algum, ele contesta a ideia de colonização, suas vantagens ou o direito de colonizar. No fundo, seus objetivos ainda são os mesmos que guiaram os reformadores portugueses da primeira metade do século XVIII, ou seja, a consolidação do tripé estratégico: prosperidade econômica, força militar e liderança política. Nesta comunicação iremos destacar as influências e os autores utilizados por Azeredo Coutinho para alcançar essas metas.

## Uma história de pouco caso: a economia da borracha na produção histórica nacional

Orange Matos Feitosa

(Doutoranda em História Social - FFLCH/USP)

Esta proposta busca analisar como a produção histórica no Brasil interpretou o período de expansão e "decadência" da economia da borracha, assim como as contribuições para avanço da temática e a memória reservada à História nacional. As versões localizadas ora se detinham na opulência gerada pela produção e venda do látex e posteriormente seu contexto de crise econômica, ora, buscavam se distanciar dessa visão mencionando a produção econômica, mas abordando especificamente a violência sofrida pelos trabalhadores urbanos. Essas duas vertentes envolveram o tema em uma redoma impedindo o avanço das investigações posteriores. Por sua vez, a historiografia nacional, talvez porque sujeita a dificuldade de acesso aos arquivos regionais, Pará e Amazonas, ou por desinteresse ao considerar este uma tema menor, limitou-se a reproduzir o instituído, acentuando este ou aquele aspecto da dinâmica econômica do látex, mergulhando esse período da história regional em uma letargia sem fim, encerrando a discussão, sem estabelecer qualquer diálogo com a documentação existente. Buscando retomar essas posturas historiográficas orientadas por uma visão homogênea que justificou por outros modos o discurso oficial dos contemporâneos, sem análise documental e crítica. Nossa intenção é a partir do diálogo com a fontes documentais, entender o descaso dessas interpretações e sugerir outros caminhos diversos daqueles constantes em suas conclusões.

## História Econômica no Brasil (1951-1972): uma possibilidade de tratamento

Otávio Erbereli Júnior

(Mestrando em História e Sociedade (Unesp - Assis))

A História Econômica entrou em crise definitiva a partir dos anos 80 do século passado? Ainda há possibilidades de inovação em estudos de História Econômica? Estas são algumas questões que norteiam este artigo. Sabemos que a História Econômica obteve novas contribuições da Teoria Econômica, originando novas formas de

se fazer História Econômica, como a Cliometria e a Nova História Econômica. Contudo, nos parece que o diálogo com a História se encontra esquecido. O que propomos aqui é estabelecer novos diálogos para a História Econômica, principalmente com a Teoria da História e a História da Historiografia. Para tanto, analisamos três teses universitárias de História Econômica a partir das noções de operação historiográfica de Michel De Certeau e de regimes de historicidade de François Hartog, que podem contribuir não para novas formas de se fazer História Econômica, mas sim formas de desenvolver estudos sobre a História Econômica. O artigo possui ainda caráter propositivo, principalmente em relação às contribuições que a micro-história italiana tem a oferecer a estudos em História Econômica.

### **Brasil República: As Interpretações acerca da Questão e Reforma Agrária**

**Patrícia Andrade de Oliveira e Silva**

(Doutoranda em Desenvolvimento Econômico pela Unicamp,  
Área de Concentração: Economia Agrária)

**Pedro Ramos**

(IE/UNICAMP)

A Questão Agrária tem sido tema recorrente na história brasileira. A forma como a propriedade da terra foi distribuída e as relações de trabalho baseadas no escravismo associaram-se com uma estrutura fundiária extremamente desigual, a qual não sofreu alterações significativas durante o Império e mesmo com o advento da República. Os diversos estudiosos que trataram do tema podem ser agrupados da seguinte forma: os autores "clássicos" (Alberto Passos Guimarães, Celso Furtado, Caio Prado Júnior e Ignácio Rangel) que se destacaram no debate até a década de 1960 e os contemporâneos que escreveram após a década de 1970, com a intensificação da industrialização/urbanização da economia brasileira. As interpretações passaram a ser mais diversificadas e polarizadas, inclusive com alguns negando a existência de uma Questão Agrária no país e, portanto, não vendo a necessidade de uma Reforma Agrária. Assim, o texto propõe-se a chamar atenção para o estado atual do debate, esquematizando as posições dominantes. O texto é dividido em quatro seções: a primeira constitui-se como uma introdução ao tema, a segunda sintetiza

a visão dos autores "clássicos" que é seguida pela visão dos autores contemporâneos e, por fim, temos as considerações finais.

### **José Pires de Carvalho e Albuquerque, Secretário de Estado e Governo do Brasil: poder, elites e contestação na Bahia de 1798**

**Patrícia Valim**

(Doutoranda em História Econômica - FFLCH/USP)

A principal preocupação de um historiador que versa sobre uma revolta, um motim, uma sedição, uma inconfidência ou mesmo uma conjuração é saber quem participou do movimento político, especialmente quando o episódio ocorreu em situação colonial. O tema deste texto é a amplitude social da Conjuração Baiana de 1798, cuja tese é: um movimento de contestação política ocorrido em duas etapas, que contou com a participação de amplos setores da sociedade soteropolitana da época e, justamente por isso, continha distintos projetos políticos. A primeira etapa compreende o período de 1796-1798, período em que o evento foi elaborado, contando com a participação de homens de muita opulência e luzimento, proprietários dos escravos que eles entregaram à justiça durante as investigações para livrarem-se do crime de sedição. A segunda etapa compreende o período final de 1798-1800, quando ocorrem as investigações, a condenação dos réus e a negociação política entre o grupo de notáveis, o poder local e a metrópole portuguesa.

### **Uma resenha da nova sociologia econômica de Granovetter**

**Paulo Henrique Furtado de Araujo**

A nova sociologia econômica surge com força a partir da contribuição seminal de Mark Granovetter e se potencializa como reação ao imperialismo econômico que se dispõe a tratar de temas antes reservados a Sociologia, a Ciência Política e a Demografia. Sendo que o tal enfoque econômico é aquele propiciado pela teoria dominante no âmbito da Ciência Econômica, ou seja, a teoria das escolhas racionais. Cabe ressaltar que a nova sociologia econômica toma a nova economia institucional de Oliver Williamson como alvo de críticas, pois

ainda que essa última tente explicar a constituição das instituições partindo de uma visão neoclássica reformada permanece enquanto uma visão subsocializada da ação humana. Nossa idéia é identificar possíveis pontos de contato e potencialização da NSE a partir dos referidos autores, seguindo uma trilha já esboçada por autores como Steiner (2006), Swedberg (2004 e 2005) e Raud-Mattedi (2005). E encerramos com a exposição da postura crítica de Granovetter frente aos economistas modernos.

### A economia do Brasil nos tempos do Barão do Rio Branco

**Paulo Roberto de Almeida**

(Diplomata, professor)

Como se apresentava a economia brasileira na época do Barão do Rio Branco, ou seja, grosso modo, a partir da última década do século XIX e na primeira do século XX? O ensaio analisa a conformação estrutural da economia nacional, algumas de suas transformações na caótica transição republicana e suas relações econômicas internacionais, para se fazer uma ideia do Brasil econômico com o qual trabalhava o Barão do Rio Branco, em sua gestão prática à frente do Ministério das Relações Exteriores. Três aspectos podem ser retidos neste ensaio de síntese: a economia, em si, ou seja, a base produtiva, com suas características agroexportadoras; os grandes intercâmbios com o exterior, numa fase em que o coeficiente de abertura externa ainda era moderadamente elevado, comparativamente aos padrões observados ao longo do século XX; e, por fim, os fluxos relativos às finanças internacionais, elemento crucial da vida nacional e aspecto que sempre limitou as possibilidades de desenvolvimento econômico e social, pelo apelo constante que o Brasil necessitava fazer a capitais e know-how estrangeiros, em função da falta de recursos próprios e, sobretudo, de capital humano.

### As estradas de terra no tempo das ferrovias

**Paulo Roberto de Oliveira**

(Doutorando em História Econômica - FFLCH/USP)

A partir da segunda metade do século XIX, os projetos ferroviários passaram a ser vistos no Brasil como os potenciais redentores da parca produção em algumas áreas e como fator de integração política. Para a sua instalação contaram com apoio oficial, por meio da garantia de juros e de zona, além do auxílio de diferentes grupos econômicos. Não obstante, mesmo no período entendido como era ferroviária, os caminhos de ferro não conseguiram alcançar os diferentes recantos do Brasil, deixando espaço para a busca por soluções paliativas. É neste contexto que se encontravam as estradas de terra, também conhecidas como estradas de rodagem. Estados de magnitudes diferentes, durante a Primeira República, se dobraram a necessidade de manutenção e expansão da rede de estradas de rodagem. Em São Paulo, por exemplo, algumas dessas estradas serviam à busca de matérias primas para a economia paulista em estados vizinhos. Além disso, como afirmam os relatórios dos presidentes de estado na década de 1920, proporcionavam maior mobilidade, livrando as pessoas e mercadorias do leito fixo das estradas de ferro. Em Goiás, frente à expansão não satisfatória de sua única ferrovia, houve a colocação em prática de ousado plano de viação que visava ligar diferentes regiões do Estado à Estrada de Ferro Goiás por meio das estradas de rodagem. Esta apresentação tem como objetivo analisar o papel das estradas de terra em tempos de ferrovias – durante a Primeira República – utilizando dois exemplos: o do Estado de São Paulo e o do Estado de Goiás. Utilizaremos mensagens dos presidentes de estado, relatórios de secretarias e periódicos locais.

## **A ditadura dos empreiteiros: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro, 1964-1985.**

**Pedro Henrique Pedreira Campos**

(Professor Adjunto da Faculdade de Economia da UFF)

As empreiteiras nacionais têm hoje grande importância na economia brasileira, com forte projeção internacional e ramificação em suas atividades. A apresentação pretende analisar as raízes do poderio dessas empresas no período da ditadura civil-militar, quando elas se consolidaram como grandes grupos privados nacionais e iniciaram suas atividades fora do país. Organizados em entidades privadas como associações e sindicatos, os empreiteiros tiveram forte atividade nos vinte anos do regime autoritário e atuaram fortemente junto ao aparelho de Estado, pautando e determinando as políticas públicas, inclusive os grandes projetos de engenharia da ditadura. Pode-se dizer que os empresários nacionais da indústria de construção pesada estiveram fortemente ligados à ditadura civil-militar brasileira, tendo aderido ao regime e sendo responsáveis pelo mesmo, junto com outros empresários e grupos sociais.

## **Políticas para a Agricultura e Industrialização por “Substituição” de Importações na História Econômica do Brasil (1888-1974)**

**Pedro Vilela Caminha**

(Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE/UFRJ), mestre pelo Centro de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Desenvolvimento e Agricultura (CPDA/UFRuralRJ) e economista pelo Instituto de Economia - IE/UFRJ)

O trabalho tem como objetivo destacar uma relação possível de se estabelecer entre as políticas para a agricultura e o processo de industrialização por “substituição” de importações em parte relevante da História Econômica do Brasil República. Essa relação é pesquisada com a hipótese que, na segunda metade da década de 50, o Plano de Metas estruturava um modelo orgânico de política econômica que produziria consequência decisiva sobre as políticas para a agricultura nos anos 60 e 70. A metodologia de trabalho recorre à análise da bibliografia especializada. Para isso se enfatiza o vínculo intersetorial das políticas para a agricultura com padrão de desenvolvimento de

atividades da cadeia produtiva de indústria particular, em processo de “substituição” de importações que era anterior ao modelo de planificação econômica consolidado pelo Plano de Metas, e que a ele se referiria e aprofundaria nos anos subsequentes. A análise da bibliografia especializada procura testar a hipótese que apenas com o modelo de planejamento público do Plano de Metas consolidava-se parte principal do “carro-chefe” que ia ser tão-somente oficializado nos anos 60 e 70, em especial, nos anos do “milagre econômico”, quando o conjunto da literatura reconhece que tal modelo de planificação econômica comandaria de maneira direta um padrão específico de modernização agrícola. Com base na bibliografia consultada, o resultado obtido pelo trabalho procura tecer considerações sobre uma relação possível de se encontrar entre as políticas para a agricultura e os limites da atuação do planejamento público.

## **O comércio pela estrada proibida da Bahia, 1700-1716**

**Pollyanna Precioso Neves**

(Graduanda em História/ Universidade Federal de Juiz de Fora – MG)

O presente trabalho tem por objeto o comércio da estrada proibida da Bahia entre 1700 e 1716. Até 1716 vigorou a proibição de exportação de qualquer mercadoria para Minas pela Estrada Geral da Bahia, à exceção do gado. A partir do estudo de Autos de Denúnciação e Tomadia[1], procurarei abordar os agentes sociais envolvidos no processo de denúncia, arremate e suas motivações políticas e pessoais, juntamente com os réus e as suas cargas confiscadas. Essa fonte, que nos revela muito além da penalização ao descaminho, traz à luz o início de uma nova conjuntura econômica despertada pela descoberta do ouro, sua tessitura comercial e social muito bem articulada e as primeiras demandas de um mercado interno. Associado ao uso desses processos, a pesquisa segue permeada pela dinâmica mineradora urbana que alterou constantemente as fronteiras da Capitania de Minas, fator este que nos revela ser uma das causas do desuso desta determinação da Coroa Portuguesa.

## Adam Smith no Brasil: Avaliação preliminar das consequências das teses de Arrighi para o Desenvolvimento Global e para o Brasil no Século XXI

**Priscila Santos de Araujo**

(Doutoranda em Economia pela Universidade Federal de Uberlândia)

**Niemeyer Almeida Filho**

(Professor Titular da Universidade Federal de Uberlândia)

A Crise do Subprime em 2007/8 e os seus desdobramentos desde então para as economias nacionais e o mercado internacional vem permitindo a volta da discussão a respeito da estrutura do capitalismo global. O crescimento de países considerados em desenvolvimento, em especial a China, passou a ser visto como fundamental para locomoção do crescimento mundial. Arrighi (2008) em "Adam Smith em Pequim" faz um estudo do desenvolvimento seguido pela China no século XVIII e entende que esse desenvolvimento seguiu em uma via alternativa. Essa nova forma de desenvolvimento, baseada no mercado, formou as bases que explicam em parte o desenvolvimento extraordinário do país nos últimos anos. Nessa perspectiva, este artigo pretende trazer para a discussão a ideia de que as bases desse caminho podem indicar a necessidade de uma via alternativa de desenvolvimento seguida pelo ocidente e, em especial, pelo Brasil. Para isso serão apresentadas, as duas possibilidades de desenvolvimento no século XVII, as vias de desenvolvimento da China baseada no mercado interno e a via de desenvolvimento tipicamente capitalista seguida pela Europa. A partir desse estudo, buscaremos sustentar que o caminho do desenvolvimento essencialmente capitalista só pode ser compreendido com o entendimento dos seus limites e da tendência de crises de superacumulação, que provoca longos períodos de expansão financeira, fornecendo os meios necessários para empurrar o sistema econômico para caminhos novos. Por fim, buscaremos entender a dinâmica do Brasil a partir da visão de Adam Smith. A pretensão é indicar a necessidade de uma via de desenvolvimento alternativa que resgate a escala nacional através de ações planejadas que dinamizem o mercado interno, em função dos limites impostos ao desenvolvimento periférico capitalista.

## Espaço, estrutura agrária e expansão territorial: o mercado de propriedades rurais do termo de Mariana no século XVIII.

**Quelen Ingrid Lopes**

(Universidade Federal de Juiz de Fora)

Nesta apresentação pretendemos trazer à discussão alguns resultados da nossa pesquisa, que tem por objetivo investigar o processo de implantação e expansão da atividade agrícola em Minas Gerais no período de auge da economia mineradora e finais do mesmo através do mercado; sendo nosso foco de análise o termo de Mariana, Comarca de Vila Rica, entre os anos de 1711 a 1780. Buscamos determinar através do mercado local o padrão de investimento nas propriedades rurais negociadas e sua evolução até o período que marca o início do reordenamento da economia mineradora para a de agricultura mercantil de subsistência. Sendo a atividade agrária capaz de conformar um mercado de terras que segue no mesmo passo a expansão da exploração da mineração no território, é preciso verificar a fundo de que forma se constituiu tal mercado e quais os rumos tomados por ele com a proximidade da mudança da economia mineradora para a de agricultura mercantil de subsistência que lhe substituiu. Como reflexo da queda da mineração o mercado de terras poderá ter adquirido outra perspectiva: tornando-se ator do seu próprio movimento. Nosso principal objetivo, neste momento, é discutir o processo de ocupação deste território e a formação do espaço agrário através da análise das escrituras de compra e venda de propriedades rurais, traçando um perfil dos tipos de propriedades negociadas, sua vinculação à atividade mineradora, bem como um quadro analítico das tendências do movimento desse mercado nos diversos distritos e freguesias pertencentes ao termo de Mariana.

## Crédito e investimento no Vale do Paraíba Fluminense: efeitos de encadeamento e crédito pessoal no coração do Império do Brasil.

**Rabib Floriano Antonio**

(Mestrando da UFJF)

O objetivo do artigo proposto será levantar uma discussão sobre a importância do crédito e da institucionalização dos mercados enquanto elementos constituintes do desenvolvimento econômico da



## Adam Smith no Brasil: Avaliação preliminar das consequências das teses de Arrighi para o Desenvolvimento Global e para o Brasil no Século XXI

**Priscila Santos de Araujo**

(Doutoranda em Economia pela Universidade Federal de Uberlândia)

**Niemeyer Almeida Filho**

(Professor Titular da Universidade Federal de Uberlândia)

A Crise do Subprime em 2007/8 e os seus desdobramentos desde então para as economias nacionais e o mercado internacional vem permitindo a volta da discussão a respeito da estrutura do capitalismo global. O crescimento de países considerados em desenvolvimento, em especial a China, passou a ser visto como fundamental para locomoção do crescimento mundial. Arrighi (2008) em "Adam Smith em Pequim" faz um estudo do desenvolvimento seguido pela China no século XVIII e entende que esse desenvolvimento seguiu em uma via alternativa. Essa nova forma de desenvolvimento, baseada no mercado, formou as bases que explicam em parte o desenvolvimento extraordinário do país nos últimos anos. Nessa perspectiva, este artigo pretende trazer para a discussão a ideia de que as bases desse caminho podem indicar a necessidade de uma via alternativa de desenvolvimento seguida pelo ocidente e, em especial, pelo Brasil. Para isso serão apresentadas, as duas possibilidades de desenvolvimento no século XVII, as vias de desenvolvimento da China baseada no mercado interno e a via de desenvolvimento tipicamente capitalista seguida pela Europa. A partir desse estudo, buscaremos sustentar que o caminho do desenvolvimento essencialmente capitalista só pode ser compreendido com o entendimento dos seus limites e da tendência de crises de superacumulação, que provoca longos períodos de expansão financeira, fornecendo os meios necessários para empurrar o sistema econômico para caminhos novos. Por fim, buscaremos entender a dinâmica do Brasil a partir da visão de Adam Smith. A pretensão é indicar a necessidade de uma via de desenvolvimento alternativa que resgate a escala nacional através de ações planejadas que dinamizem o mercado interno, em função dos limites impostos ao desenvolvimento periférico capitalista.

## Espaço, estrutura agrária e expansão territorial: o mercado de propriedades rurais do termo de Mariana no século XVIII.

**Quelen Ingrid Lopes**

(Universidade Federal de Juiz de Fora)

Nesta apresentação pretendemos trazer à discussão alguns resultados da nossa pesquisa, que tem por objetivo investigar o processo de implantação e expansão da atividade agrícola em Minas Gerais no período de auge da economia mineradora e finais do mesmo através do mercado; sendo nosso foco de análise o termo de Mariana, Comarca de Vila Rica, entre os anos de 1711 a 1780. Buscamos determinar através do mercado local o padrão de investimento nas propriedades rurais negociadas e sua evolução até o período que marca o início do reordenamento da economia mineradora para a de agricultura mercantil de subsistência. Sendo a atividade agrária capaz de conformar um mercado de terras que segue no mesmo passo a expansão da exploração da mineração no território, é preciso verificar a fundo de que forma se constituiu tal mercado e quais os rumos tomados por ele com a proximidade da mudança da economia mineradora para a de agricultura mercantil de subsistência que lhe substituiu. Como reflexo da queda da mineração o mercado de terras poderá ter adquirido outra perspectiva: tornando-se ator do seu próprio movimento. Nosso principal objetivo, neste momento, é discutir o processo de ocupação deste território e a formação do espaço agrário através da análise das escrituras de compra e venda de propriedades rurais, traçando um perfil dos tipos de propriedades negociadas, sua vinculação à atividade mineradora, bem como um quadro analítico das tendências do movimento desse mercado nos diversos distritos e freguesias pertencentes ao termo de Mariana.

## Crédito e investimento no Vale do Paraíba Fluminense: efeitos de encadeamento e crédito pessoal no coração do Império do Brasil.

**Rabib Floriano Antonio**

(Mestrando da UFJF)

O objetivo do artigo proposto será levantar uma discussão sobre a importância do crédito e da institucionalização dos mercados enquanto elementos constituintes do desenvolvimento econômico da

economia cafeeira no Vale do Paraíba Fluminense no século XIX. Uma parte da reflexão foi baseada em trabalhos referentes ao estudo do Oeste Paulista como da Zona da Mata Mineira durante o século XIX, visto que há uma carência de estudos sobre o crédito e investimentos específicos para o Vale do Paraíba. A outra parte da reflexão foi baseada na análise de uma parte das fontes que constituem o acervo do centro de documentação da Universidade Severino Sombra, em Vassouras (RJ). Esta nos tem ajudado muito no processo de entendimento das estratégias dos homens de negócios para obter e oferecer crédito nas sociedades agrárias de exportação. Este artigo também busca discutir a importância da Teoria da Linkage (efeito de encadeamento), de Albert Hirschman, enquanto instrumento de entendimento da formação dos mercados de crédito na expansão da economia cafeeira de Vassouras – enquanto complexo exportador importante durante Império. Sabe-se que pela característica inelástica do produto, a inserção de crédito na dada economia é um fator importante para a manutenção deste complexo agroexportador. Durante o desenvolvimento do artigo proposto abordaremos as principais famílias credoras e suas estratégias de empréstimo, valor dos juros e situações de resgate, bem como procuraremos entender o impacto do Código Comercial Brasileiro para o desenvolvimento dos elementos que irão constituir a sociedade capitalista da segunda metade do século XIX em Vassouras. Em relação às fontes, o artigo se baseia em dados extraídos principalmente de inventários post mortem e cartas de distribuição, além de cartas pessoais e jornais da época.

### Revisitando Manuel Correia de Andrade e a formação econômica nordestina: A questão das atividades econômicas

**Rafael Aubert de Araujo Barros**

(Graduando em Economia pela Universidade Federal de Alagoas)

**Luiz Eduardo Simões de Souza**

(Professor Adjunto da Universidade Federal de Alagoas - UFAL)

O geógrafo, historiador e economista Manuel Correia de Andrade (1) é uma das principais, senão a principal, referência sobre a formação econômica do complexo nordestino. Dada essa condição, várias interpretações de sua obra acumularam-se ao longo do tempo, permitindo múltiplas e às vezes contraditórias formulações sobre seus

aspectos. Um exemplo disso é a questão da divisão territorial que Andrade faz da dispersão das atividades econômicas do complexo nordestino. Neste artigo, o qual compõe com outras atividades o projeto de pesquisa Revisitando as Hipóteses de Manuel Correia de Andrade, propõe-se, a partir da leitura e referência às obras de Andrade, uma interpretação desse aspecto qual seja a de que a territorialidade das principais atividades econômicas desenvolvidas no nordeste ter-se-iam caracterizado por estado de dependência, decorrente de formulações advindas das antigas formas de divisão do território implantadas ainda no Período Colonial (1500 – 1822), em que a delimitação dos territórios de influência das culturas adjacentes à atividade principal seriam condicionados ao dessa última.

### Uma lei que causou muita polêmica

**Rafael da Silva Coelho**

(Departamento de História Econômica – FFLCH/USP)

Há muitos documentos que indicam a existência de uma drenagem de moedas do Brasil para a metrópole a partir de meados do século XVII. Tal situação e seu agravamento deixaram colonos e autoridades coloniais no Brasil mais sensíveis às políticas monetárias do reino. Neste contexto, foi publicada a lei de 4 de agosto de 1688, que determinava o nivelamento do valor extrínseco das moedas em todo o Império, assim como o recunhagem de todo o meio circulante. A lei da cunhagem de 1688, além da desvalorização do real, determinava uma proporção entre o metal precioso e o dinheiro para todo o Império, buscando combater a moeda falsa e cerceada. No Brasil, a lei descortina dois problemas graves: primeiro, a proibição de elevar o valor extrínseco da moeda por autoridades coloniais intensificaria a drenagem de dinheiro metálico para a metrópole; segundo: devido à grande presença de moeda cerceada, haveria uma diminuição da quantidade de dinheiro no Brasil por conta da recunhagem, pois moedas cerceadas refundidas resultaria em menor número de moedas novas. Reluta-se em fazer cumprir a lei e avolumam-se as correspondências sobre o assunto entre as autoridades coloniais e Lisboa. Movimentos de resistência são encontrados na Bahia, no Rio de Janeiro e em Pernambuco para citar os principais centros da colônia. Em São Paulo o descontentamento levou aos motins da moeda com o aumento da pressão sobre a Câmara. No estudo da docu-

mentação político-administrativa, a abordagem a partir das questões monetárias abre a possibilidade de avançarmos no conhecimento do antigo sistema colonial português, na medida em que pudermos de-linear melhor a importância da moeda como elemento do comércio colonial e determinante nas relações entre Portugal e as partes do Brasil. A solução com a qual procuram revolver os conflitos causados pela falta de dinheiro metálico, agravada pela lei de 1688, foi a produção, no Brasil, de moeda provincial por meio de Casas da Moeda, que funcionariam apenas temporariamente com o objetivo aliviar a tão enunciada falta de moeda metálica. A Casa da Moeda atuou em Salvador entre 1694 e 1698, Rio de Janeiro, onde cunhou entre 1698 e 1700, e em Pernambuco entre 1701 e 1702.

### **Distribuição espacial das propriedades rurais a partir dos registros paroquiais de terras: A paróquia de Santo Antônio do Paraibuna (Juiz de Fora, MG), 1856.**

**Rafael Martins De Oliveira Laguardia**

(Doutorando em História pelo programa de pós-graduação em História na Universidade Federal de Juiz de Fora, bolsista CAPES)

**Angelo Alves Carrara**

(UFJF)

Este artigo faz uma análise dos Registros Paroquiais de Terras de Santo Antonio do Paraibuna, atual município de Juiz de Fora, e apresenta o desenvolvimento de um método de gerar mapas através de algumas de suas informações históricas e fazendo uso de softwares das Geociências, neste caso do Geoprocessamento. A Análise detalhada das fontes e de seu cruzamento possibilitam identificar esta distribuição espacial das propriedades e representá-las em um instante de tempo. Após a espacialização, ou seja, a distribuição espacial buscar-se-á realizar a 'Redistribuição Dimensionada', isto é, realizar novamente a distribuição espacial acrescentando informações referentes à dimensão das propriedades. Tal metodologia busca sistematizar na forma de um "quadro sinóptico" um tema: Propriedades Rurais. O desenvolvimento de uma metodologia nova implica em um alargamento das possibilidades de pesquisas historiográficas e, neste caso, um uso a mais para as informações históricas oriundas do Registro de Terras. Tudo isto reafirma, para a pesquisa histórica, a importância

de considerar e pensar a pesquisa dentro da relação tempo-espaço como um continuum em um campo de variáveis quaisquer, tal como são as propriedades rurais. Como em qualquer modelo, não se tem a pretensão de corresponder *Ipsis litteris* à realidade, principalmente esta que não existe mais, parte-se, portanto, de uma modelagem matemática para alcançar a ideia de proporcionalidade entre propriedades nesta estrutura fundiária. Resulta em um método capaz de criar ferramentas na forma de um mapa reutilizáveis para novas avaliações históricas, tal como uma nova fonte histórica acrescida de novas informações, como as geográficas, e a recomposição da informação da fonte histórica. Conclui-se que é oportuna a inserção do Georreferenciamento nos estudos historiográficos, pois são notórias suas potencialidades na pesquisa.

### **Escravidão em Machado de Assis: uma análise da obra "Memórias póstumas de Brás Cubas"**

**Rafaela Rodrigues da Silva Carvalho**

(Graduanda Unifal/MG)

O século XIX foi um período de grandes transformações para o Brasil. Entre sediar a capital do império português, proclamar-se livre e consolidar-se como nação, o debate sobre a abolição da escravatura esteve presente e atuante, contribuindo efetivamente para a construção da História nacional. Com efeito, a elite agrária se sustentava através da mão de obra escrava e, em consequência disso, toda a estrutura social gravitava em torno dessa estrutura produtiva, essencialmente servil. Nesse sentido, é passível de observação o fato de uma obra literária realista, escrita à época, apresentar-se como instrumento de análise da realidade social. Publicada em 1881, a obra magna de Joaquim Maria Machado de Assis, *Memórias póstumas de Brás Cubas*, uma vez que se configura sob os moldes realistas, se apresenta como explicação da realidade brasileira. Nessa sociedade, o autor apresenta a condição de classe do escravo, descrito na figura de Prudêncio, como mera mercadoria de composição dos modos produtivos. Comparados a máquinas, animais e objetos – ou seja, propriedade privada –, tal relação de dominação é sintomática, porque se por um lado os escravos são tratados como sub-humanos, como coisas, por outro são eles quem produz toda a riqueza de seus

senhores e, no limite, fazem a sociedade funcionar. Não obstante, a própria condição da classe pobre, dita livre, encontra-se indiretamente dependente da escravidão, já que a manutenção do escravismo do Brasil dificultou o desenvolvimento do capitalismo. Por isso, a classe dos agregados e dependentes, desprovidos dos meios de produção e sem poder vender sua força produtiva, também fica a mercê da elite dominante, como é o caso de Dona Plácida. Mostrando as incoerências da sociedade escravista, explicitadas nos contrastes entre a situação de escravos e dependentes e a justificação e defesa de seus dominadores, Machado de Assis, usando de uma ironia gritante, e uma complexa volubilidade da personagem central, Brás Cubas, faz ferrenhas críticas à realidade, ao mesmo tempo em que convida os leitores a refletirem sobre tal situação. Com efeito, e não sem mérito, Machado é considerado o mestre do realismo no Brasil.

### **Métodos de produção e produtividade: notas historiográficas sobre a agricultura no sudeste brasileiro**

**Renata Cipolli D'Arbo**

(Instituto Municipal de Ensino Superior de Bebedouro - IMESB)

O interesse dos historiadores econômicos pelo tema do progresso técnico está diretamente relacionado com o seu impacto na produtividade. Contudo, a historiografia que trata da tecnologia e da produtividade no Brasil é relativamente escassa, havendo questões importantes que ainda precisam ser investigadas de forma mais detalhada. Um bom exemplo de questões, diz respeito à tecnologia e a produtividade na agricultura do sudeste brasileiro, no século XIX e início do século XX. A literatura tem enfatizado a natureza extensiva da lavoura em geral, e da cafeeira em particular, tanto no Vale do Paraíba fluminense quanto em São Paulo. Não obstante, no livro *Grandeza e decadência do café no Vale do Paraíba: com referência especial ao município de Vassouras* (1961), Stanley J. Stein argumentou que houve uma significativa introdução de inovações no período considerado de decadência da cafeicultura em Vassouras. Por sua vez, no artigo "Productivity in the Paraíba Valley: assessing agricultural efficiency in 19th-century Brazil" (2003), William R. Summerhill apresentou evidências de aumento expressivo da produtividade agrícola (aferida pela Produtividade Total dos Fatores)

entre 1835 e 1885, ou seja, mesmo antes da decadência no Vale do Paraíba fluminense. O objetivo do artigo é fazer uma breve revisão da literatura histórica sobre o tema, a fim de identificar o que se disse e o que se diz a respeito da tecnologia, eficiência e produtividade agrícola na região sudeste do Brasil, especialmente em São Paulo, no final do século XIX e início do século XX. O exame dessa literatura concentra-se nos trabalhos e temas que possam ser diretamente úteis ao segundo objetivo do artigo, que é apresentar os resultados parciais da pesquisa que está em andamento, para o município de Ribeirão Preto, nesse mesmo período. Trata-se de um período privilegiado para acompanhar a evolução da tecnologia e da produtividade no contexto da instalação, da consolidação e da diversificação da cafeicultura e de outras culturas em Ribeirão Preto, que foi o principal produtor de café no chamado "Oeste novo paulista", região que apresentou uma excepcional expansão econômica, a partir do final do século XIX. A referida pesquisa intitula-se "Desenvolvimento Tecnológico e Produtividade na Agricultura de São Paulo: Ribeirão Preto, 1875-1920". Além da introdução, o artigo é composto de duas seções seguidas da conclusão. Na primeira seção é feita a mencionada revisão da literatura histórica, sem a pretensão de ser exaustiva, procurando apenas identificar em linhas gerais, como têm sido abordadas as questões relacionadas com tecnologia e produtividade na agricultura, em especial na produção de café no sudeste do Brasil. Na segunda seção, através da combinação de fontes qualitativas e quantitativas procura-se reunir os dados e as informações trabalhadas até o momento, sobre o uso de ferramentas, instrumentos, equipamentos e máquinas agrícolas, que ajudem a caracterizar os métodos de produção e a evolução da mecanização agrícola em Ribeirão Preto.

## Da Criação do Conselho Nacional do Petróleo ao Prominp: a trajetória histórica das políticas para a indústria do petróleo no Brasil

**Ricardo José dos Santos**

(Mestre em Economia, professor e pesquisador do Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia)

**Ana Paula Macedo de Avellar**

(Doutora em Economia, professora e pesquisadora do Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia)

A atividade petrolífera no Brasil não é recente, datando de mais de cento e dez anos, desde a perfuração do primeiro poço em Bofete no estado de São Paulo, no final do século XIX. No entanto, somente a partir do primeiro governo Vargas, esta atividade alcança o patamar de setor estratégico para a economia e a política nacional. Assim, este trabalho busca reconstruir a trajetória histórica da indústria petrolífera no país, partir da criação do Conselho Nacional do Petróleo em 1937. Para isto, adotamos a hipótese de que o crescimento e desenvolvimento desta indústria no Brasil estão fortemente ancorados na presença ativa do Estado, seja pela conformação e consolidação do monopólio estatal do petróleo, capitaneado pela Petrobras, seja por meio da Agência Nacional do Petróleo e políticas setoriais de fomento, como o Prominp, após a abertura ao investimento privado na década de 1990. Deste modo, a proposta metodológica do trabalho baseia-se no mapeamento das políticas de desenvolvimento da cadeia produtiva do petróleo entre a década de 1930 e início dos anos 2000. Portanto, entendemos que as transformações da indústria petrolífera brasileira, devem ser discutidas a partir da análise das ações do Estado na promoção deste setor.

## “O mal dos banguês”: A concorrência pelo mercado interno na Primeira República

**Roberta Barros Meira**

(Doutoranda em História Econômica - FFLCH/USP)

Durante a Primeira República percebe-se que a preocupação em modernizar a indústria açucareira brasileira somara-se à crítica contundente da permanência no cenário nacional do banguê. Repeliam particularmente a sua quantidade, a má qualidade do seu açúcar,

o seu baixo rendimento industrial, ou seja, o incluíram no rol dos grandes males da indústria sacarina do Brasil. Esse artigo propõe-se a discutir a relação que se forjou neste momento entre as grandes usinas e estes pequenos engenhos, partindo do argumento de que os diversos reclamos encontrados na documentação ainda estariam relacionados à necessidade de dispor de fornecedores de cana para a usina e diminuir a concorrência no mercado interno. Com tal propósito, analisaremos a formação do pensamento de técnicos e usineiros que buscavam justificar o seu posicionamento em prol da modernização como forma de recuperação da indústria açucareira. Nesse sentido, parte-se da dificuldade de obter uma quantidade muito maior de matéria prima, - herdada do novo maquinismo introduzido no período dos engenhos centrais-, e a formulação de uma solução pautada na matéria-prima abundante que poderia ser tirada daqueles engenhos banguês vistos como intransformáveis. Ademais, busca-se recuperar nesse contexto a disputa por um mercado ainda pendente para os açúcares brutos.

## Duas respostas à Controvérsia dos Métodos: Alfred Marshall e Max Weber.

**Roberto Pereira Silva**

(Professor Assistente do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Alfenas, doutorando em História Econômica no Departamento de História da FFLCH-USP)

O texto procura explicar as relações entre a teoria econômica e a história econômica a partir de algumas respostas dadas ao debate alemão conhecido como Controvérsia dos Métodos, que envolveu a Escola Histórica alemã e a Escola Austríaca. A primeira unificada pela importância da indução e a busca em captar a especificidade histórica das sociedades, a segunda agrupada em torno do método dedutivo como uma instância fundante da teoria econômica. Embora o texto não contemple a Controvérsia, cujas proposições foram polarizadas por Gustav Schmoller e Carl Menger, iremos nos concentrar em algumas respostas que foram dadas às questões levantadas por esse debate, nos concentrando nas obras de Alfred Marshall e Max Weber. O primeiro procurou um método que conciliasse dedução e indução, entendendo a teoria econômica enquanto um mecanismo para a formulação de conceitos que, em última instância, deveria ser verificado empiricamente. Já o sociólogo alemão centrou suas

reflexões na imputação de significado ao fenômeno socioeconômico como forma de ordenar o empírico, ressaltando a construção intelectual como forma de se apropriar da realidade e compreendê-la. Nossa interpretação é que em ambas as proposições é possível captar um balanço reflexivo da Controvérsia dos Métodos, retomando as principais proposições da Escola Histórica e, ao mesmo tempo, incorporando a principal, mas não a única, das críticas da Escola austríaca. Finalmente, procuramos retomar essas questões e relacioná-las com o surgimento da história econômica, disciplina que tem em núcleo a relação entre teoria econômica e dados empíricos.

### **Apoikia e Colonia: apontamentos sobre a leitura de Smith das colônias modernas**

**Roberto Resende Simiqueli**

(Doutorando em Desenvolvimento Econômico - IE/Unicamp)

Este trabalho trata de um momento peculiar da redação d'A Riqueza das Nações - a incorporação do capítulo VII ("Of Colonies", na versão original) ao conjunto do Livro IV da obra magna de Adam Smith, em sua terceira edição (de 1783). Em suas poucas páginas, o filósofo escocês dedica-se à construção de um curioso jogo de analogias entre as colônias modernas e suas contrapartes na Antiguidade Clássica, expressivo não só de sua leitura dos rumos a serem tomados pelo Império como de sua arguta leitura das relações econômicas e políticas internacionais no fim da Idade Moderna. Dada a especificidade dos argumentos apresentados pelo autor nessa passagem, sua discussão foi preterida nos quase dois séculos e meio de leituras da Riqueza. Aqui procuramos discutir as possíveis motivações de Smith para modificar a primeira versão de seu trabalho, e algumas das razões para seu aparente esquecimento.

### **O crédito de vizinhança: capitais e reciprocidade na economia cafeeira paulista (1889-1914).**

**Rodrigo Fontanari**

(Doutorando em História Econômica - FFLCH/USP)

O presente trabalho procura abordar uma faceta pouco revelada do sistema de crédito da economia cafeeira paulista: o personalismo. Mesmo sendo o mundo do café pautado em relações capitalistas, racionalizadas e com fins ao lucro, pesamos ser subjacente a essa sociedade, em vias de modernização e urbanização, elementos de uma sociabilidade pretérita, mantenedores de uma lógica personalista e típica de comunidades rurais, onde os laços de amizade e vizinhança estão presentes, constituindo um elo essencial para a coesão do tecido social e das relações econômicas.

### **O lugar da participação parlamentar nas negociações referentes à alca. Uma amostra do déficit democrático existente no processo decisório da política externa brasileira**

**Rodrigo Regazonni de Oliveira**

(Mestre em História Social pela Universidade de Brasília-UnB)

Ao chamar a atenção para a escassez de mecanismos de participação democrática no âmbito da produção da política externa nacional, e também reportar a questão ao contexto da representatividade parlamentar, este artigo tem como objetivo analisar como o Congresso Nacional se posicionou não somente quanto às negociações para a formação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), mas também quanto ao exercício de seu papel institucional na esfera da política exterior. A temática em pauta foi analisada recentemente e de modo aprofundado na Dissertação de Mestrado O Congresso Nacional e a Política Externa Brasileira. Posicionamento dos senadores frente às negociações para a formação da ALCA (1994-2005), onde a abordagem do tema pautou-se na discussão da tese, disseminada pelo senso comum, concernente à falta de interesse dos parlamentares brasileiros por questões ou assuntos externos. As discussões em nível interamericano relacionadas à instalação da ALCA, ocorridas entre 1994 e 2005, particularmente, conformaram-se por

mais de uma década em um dos principais pontos da agenda de comércio exterior da região, vindo a evocar a atenção não somente das instâncias governamentais responsáveis por seu tratamento, mas também dos vários segmentos socioeconômicos das nações do continente. O distanciamento entre tais segmentos e o núcleo decisório, bem como a ausência de representantes políticos nos foros negociadores do projeto intensificavam ainda mais a percepção de impotência ou incapacidade do cidadão comum de exercer alguma influência sobre os rumos de um acordo de notória complexidade e magnitude. Face à significativa polêmica suscitada pelo tema, questiona-se se a ausência de mecanismos formais de participação parlamentar junto ao processo negociador da ALCA teria refletido um suposto desinteresse dos congressistas pela questão, ou, pelo contrário, tê-los-ia impulsionado a buscar influenciar o processo negociador por outras vias de atuação.

### **A centralidade do conhecimento ontológico em marx como caminho para a superação 'do ponto de vista da economia política'**

**Ronaldo Ribeiro Ferreira**

(Mestrando do Curso de Mestrado em Economia da Universidade Federal da Bahia)

O objetivo do presente trabalho é mostrar como a análise ontológica da realidade permitiu a Marx romper com o chamado "ponto de vista da economia política". Para isso apresenta, através de um breve exame histórico, as origens e a relevância da abordagem ontológica desde os pré-socráticos até Marx. Sustenta que, ao longo da história do pensamento ocidental, o critério ontológico esteve continuamente entrelaçado com o critério gnosiológico, mas que, a partir da revolução científica moderna, ambos passam a ser conscientemente separados, de modo a desqualificar a ontologia e a assegurar a supremacia da verdade subjetiva e, subsequentemente irracionalista, visando à construção de um padrão científico coerente com os interesses da classe burguesa. Deste modo, argumenta-se que somente um retorno consistente e fiel à ontologia – conforme em Marx – pode representar, teórica e praticamente, a superação dos estreitos limites da cientificidade sob os imperativos do sistema do capital.

### **Investimento direto estrangeiro e atuação de empresas e instituições brasileiras no continente africano**

**Rosana de Melo Louro**

(UFPR)

Motivado pelo aumento cada vez mais significativo da importância do debate sobre a internacionalização das empresas brasileiras, este trabalho tem como objetivo realizar uma análise sobre o crescimento da atuação brasileira no exterior sob a ótica da atuação de instituições nacionais do setor público e de firmas nacionais no continente africano, especificamente. Ao primeiro ponto tange o intuito de contribuir na atualização deste debate e da experiência das firmas nacionais na África, sendo que, para tanto, serão consideradas primordialmente duas questões: 1) a atuação da Agência Brasileira de Cooperação de acordo com as diversas vertentes de cooperação deste organismo, em alinhamento com a orientação da política externa do Ministério das Relações Exteriores, notadamente, a cooperação Sul-Sul; 2) a relação entre comércio exterior e investimentos diretos no exterior à luz daqueles conferidos pelo BNDES em países africanos, relativos às trocas de conhecimento tecnológico. A discussão a cerca do segundo ponto teve como motivação o movimento de internacionalização das empresas brasileiras que realizou seu primeiro impulso com as grandes construtoras como a Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa, Norberto Odebrecht e Queiroz Galvão no início dos anos 1980 consolidando-se com um novo grupo de empresas no início dos anos 2000, com destaque para Friboi, Marfrig, Petrobras, Vale, Gerdau, entre outras. Com base nestas considerações e nos dados que se pretende coletar junto aos informativos e a Revista do BNDES, bem como, das publicações da própria Agência Brasileira de Cooperação, buscar-se-á avaliar como políticas públicas de cooperação que historicamente incentivaram e ainda incentivam no desenvolvimento de empresas multinacionais brasileiras.

**A agricultura para o Capital****Roselaine Navarro Barrinha da Silva**(Doutora em História Social pela Universidade Federal Fluminense  
(UFF e Prof.<sup>a</sup> do curso de Ciências Econômicas da UNIOESTE)**Virgínia Fontes**

(UFF)

Não é nova a real significância da agricultura para o capital. No entanto, é a partir de uma ótica romântica que a teoria do agribusiness (JOHNSTON, B; KILBY, 1977), justifica as transformações ocorridas no espaço agrícola. Em linhas gerais ela sustenta que refletem as exigências do consumidor/mercado. A sua inovação com relação à teoria neoclássica está em abarcar a integração da agricultura aos demais setores, construindo o conceito de cadeia ou complexo agroalimentar. Outrossim, apenas reafirma a razão de ser da agricultura para o capital, evidenciada desde Adam Smith (1983), qual seja, de ser espaço de valorização para o capital. A mencionada perspectiva deixa de lado os aspectos políticos-econômicos que condicionam a mudança no espaço agrícola. Em outros termos, ao justificá-la como algo natural, fruto da evolução igualmente natural do mercado, retira-se dela sua historicidade e responsabiliza o consumidor pelos efeitos desta mudança na sociedade, como por exemplo, pelo crescimento da problemática ambiental oriunda das mudanças impetradas à agricultura, a partir da segunda metade do século XX. É temeroso aceitarmos tal justificativa, quando a cada dia nos deparamos com o incômodo encontro com aqueles que deixam de ser o que na ciência econômica se classifica como demandante efetivo. Em face do exposto, fica claro que o principal ator na sociedade capitalista não é o consumidor e sim o capital. O consumidor toma parte neste palco, na medida em que necessariamente é o elo final no circuito de valorização do capital. Sendo assim, o que se pode afirmar é que o movimento do capital acontece com vistas a angariar para si a maior parcela possível do valor social gerado. Essa necessidade, historicamente evidenciada, só pode ser atingida mediante a transformação constante da forma de ser da produção e da circulação. É ela que origina a mudança constante nas relações de trabalho e nos mecanismos de ampliação do consumo. Por outro lado, para que a mudança aconteça, a atuação do Estado deve viabilizar a acumulação. Neste sentido, a articulação entre a política do Estado e os anseios capitalistas deve ser facilitada, por meio de um instrumental teórico capaz

de mostrar o porquê da mudança e de que forma ela deve ocorrer. É esse o papel que a teoria econômica representativa do capital deve cumprir em cada momento.

**As relações comerciais do Pará no início do século XIX.****Siméia de Nazaré Lopes**

(Doutorado PPGHIS/UFRJ)

Nesse estudo, busca-se analisar a constituição de redes comerciais entre os negociantes estabelecidos na cidade de Belém e a capitania do Maranhão, no início do século XIX. Dessa maneira, são analisadas as conexões da praça comercial de Belém com os outros pontos da América portuguesa para a dinamização do comércio. Bem como atentar para a relação existente entre os negociantes de Belém com os de São Luis, às vésperas da invasão francesa em Portugal. Na documentação analisada é possível perceber as incertezas dos negociantes em enviar as suas mercadorias para os portos da Europa, diante desse contexto político. Para essa pesquisa, privilegiou-se a documentação do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) e outras fontes documentais como os passaportes de negociantes que faziam comércio entre essas localidades e a documentação notarial.

**A atuação da SUDESUL nas políticas de desenvolvimento econômico no Litoral Sul de Santa Catarina (1970-1990)****Talita Alves de Messias**

(UNESC/Bolsista PIBIC/CNPq)

**Alcides Goularti Filho**

(UNESC/Pesquisador Produtividade CNPq)

A partir de 1970, a microrregião litoral sul de Santa Catarina obteve maior destaque, tanto no cenário estadual como nacionalmente. Sendo a única região do país fornecedora de carvão coqueificável, e com base na pirita, a única fonte significativa de enxofre, desempenhou papel estratégico nas políticas nacionais de industrialização daquela década. Sendo assim, esta microrregião foi alvo de um pro-



jecto vertebrador, que unia a SUDESUL, e os Governos Municipais, Estadual e Federal: o Projeto Litoral Sul de Santa Catarina, sendo este um dos que recebia maior volume de verbas da superintendência. Dentro deste projeto, foram desenvolvidas ações para o desenvolvimento do complexo carboquímico catarinense, agropecuária (sobretudo na Bacia do Rio Mampituba), turismo, entre outros subprojetos. O objetivo do artigo é estudar a atuação da SUDESUL nesta microrregião, principalmente através do Projeto Litoral Sul. Para tanto, foram utilizadas fontes primárias, coletadas em bibliotecas e arquivos públicos das cidades de Porto Alegre, Florianópolis, Curitiba, Rio de Janeiro e Brasília. O trabalho inclui uma introdução para discutir o planejamento estatal no país, e no segundo tópico é analisada a trajetória da autarquia no contexto das políticas nacionais de desenvolvimento regional. Em seguida, a microrregião dentro do planejamento estadual. No quarto tópico, as ações específicas da SUDESUL para o litoral sul catarinense, e por fim, as considerações finais deste estudo.

### Território e Crises Econômicas sob a visão de Sistemas-Mundo

**Tallyta Rosane Bezerra de Gusmão**

(Graduanda da Universidade Federal de Alagoas)

A proposta destas notas é a de apresentar, comparativamente, as teorias de crise e território na história econômica e do pensamento econômico, realizando sua correlação com a teoria de Sistemas-Mundo de Giovanni Arrighi, conforme exposta em *O Longo Século XX*. O estudo realizado seguiu a metodologia de análise comparativa da literatura presente nas obras de Arrighi, Fernand Braudel (*A Dinâmica do Capitalismo*), e outros autores correlatos. Como resultado parcial, observaram-se algumas semelhanças e diferenças no pensamento consolidado na literatura científica sobre o tema.

### Pontes e estradas numa região agroexportadora: um estudo da infraestrutura viária na região da Mata mineira (1850-1875)

**Telio Anisio Cravo**

(Mestrando em História Social – FFLCH/USP)

O artigo tem por objetivo analisar a especificidade da infraestrutura viária no terceiro quartel do século XIX na região da Mata mineira. A partir das evidências coligidas no banco de dados dos processos de pontes e estradas da província de Minas Gerais, que alcança um volume de 22.000 documentos, investiga-se a construção de pontes e estradas numa área de plantation. Verifica-se que a região da Mata mineira (i) presenciou a intensa circulação de engenheiros provinciais e consequentemente a junção de problemas técnicos e econômicos na edificação da infraestrutura viária; (ii) comportou tentativa de modernização através da construção e difusão de uma ponte pênsil, cuja patente havia sido registrada, em 1858, no Brasil; (iii) conjugou diferentes níveis de articulação entre a expansão ferroviária e a construção de pontes e estradas na década de 1870. Os resultados contrariam a idéia, comumente expressa na literatura da História dos Transportes, de que os engenheiros apenas atuaram na construção ferroviária do Brasil. Por outro lado, reforça-se a necessidade de análise do setor construtivo de estradas e pontes como chave fundamental para mensurar e avaliar o impacto da introdução ferroviária numa região interiorana do Brasil e de identificar os efeitos diretos e indiretos da circulação interprovincial na construção de pontes e estradas.

### O governo das anexas: Administração e economia nas Capitanias do Norte do Estado do Brasil

**Thiago Alves Dias**

(Doutorando em História Econômica-USP)

Devido à relevância econômica da Capitania de Pernambuco e ao processo de incorporação da porção norte do Estado do Brasil ao espaço colonial no decorrer dos séculos XVI e XVII, Pernambuco passou a desempenhar uma preponderância no norte do Estado do Brasil, sobretudo, quando da retomada lusitana aos holandeses da

capitania na segunda metade do século XVII, momento este que a capitania deixou de ser hereditária e foi incorporada à Coroa, como Capitania Real. Dada essa realidade, Pernambuco desempenhou durante todo o século XVIII uma centralidade administrativa, política e, sobretudo, econômica sobre as demais capitanias do norte do Estado do Brasil - Paraíba, Rio Grande do Norte e Siará - compondo o Governo Geral de Pernambuco e suas Anexas. Sendo assim, esse trabalho tem por objetivo apresentar as primeiras incursões da nossa pesquisa, demonstrando os processos de instituição do Governo Geral de Pernambuco e as anexações das capitanias do norte do Estado do Brasil, alguns mecanismos de subjugação das capitanias anexas, como por exemplo, no campo político em que havia a interferência na escolha dos capitães-mores e na composição da Câmara, na área fiscal pela ausência de alfândegas próprias nas capitanias anexas, no campo jurídico pela ausência de comarcas em quase todas as capitanias anexas. Entretanto, partimos do pressuposto que essa centralidade esteve ligada, em grande medida, ao controle das redes mercantis a partir da praça comercial de Recife e seus agentes mercantis, o que culminou com a criação em 1759 da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba. Não obstante, podemos elencar o fomento econômico (plantio, criação, pesca e extração) das capitanias do norte do Estado do Brasil exigido por Pernambuco, aliado aos objetivos que a Coroa possuía para esses espaços: economicamente aproveitados para a criação de animais, produção de alimentos e extração de produtos necessários ao cotidiano.

### Administração e economia nas Capitanias do Norte do Estado do Brasil

Thiago Fontelas Rosado Gambi  
(Unifal-MG)

No dia 10 de setembro de 1864, a casa bancária A.J.A. Souto e Cia., uma das mais importantes do império brasileiro suspendeu seus pagamentos iniciando uma crise bancária na praça do Rio de Janeiro, capital e centro financeiro do país, e comprometendo definitivamente a política econômica idealizada pelo partido conservador que vinha sendo colocada em prática desde o início das operações do Banco do Brasil em 1854. O presente artigo analisa a atuação desse banco na crise bancária de 1864 e, a partir desse caso, discute sua inserção

no projeto político do partido conservador que influenciou, de modo decisivo, a política econômica imperial nesse período. Inicialmente, discute a criação do banco, em 1853, no contexto do projeto político acima referido. Apresenta, então, a lógica de atuação do banco em períodos de 'normalidade' da economia mercantil escravista imperial e a influência do pensamento econômico metalista na formulação da política econômica imperial. Finalmente, discute a efetiva atuação do Banco do Brasil na crise bancária de 1864, procurando mostrar que havia uma lógica na atuação do banco que foi interrompida na crise, quando as reais condições da economia nacional acabaram predominando sobre o ideal da política econômica inserida no projeto político conservador.

### Os limites do absolutismo: tributação e Representatividade no Ancien Régime

Tiago Nasser Appel  
(Mestre UFPR)

Entre 1500 e 1788, a assembleia geral da França do Antigo Regime (Os Estados Gerais) só foi convocada quatro vezes (em 1560-61, 1576, 1588 e 1614-15). Neste artigo, argumentamos que a ausência de uma instituição representativa permanente – que facilitasse a barganha política entre coroa e elite – impediu que os sucessivos monarcas franceses mobilizassem na forma de impostos e dívida parcela do produto nacional correspondente com as suas ambições de política externa (guerras). Partindo do pressuposto de que no mundo pré-moderno os governos não podiam tributar sem o consentimento das elites sociais, iremos demonstrar que o tipo de negociação (informal) “escolhida” pelo rei francês provou-se menos eficiente que a barganha (formal) intermediada por representantes do “reino” (tanto em matéria de tributação propriamente dita como de crédito público). Além disso, demonstraremos como o rei francês, ao “dispensar” mecanismos “legítimos” de tributação, isto é, os subsídios “parlamentares”, teve que recorrer a instrumentos “extraordinários” de financiamento que, conquanto aparentemente pudessem gerar quantias relativamente grandes de dinheiro no curto-prazo, sacrificavam tanto a soberania da coroa como as suas receitas futuras (sendo o exemplo mais clássico a venalidade de cargos).

## Diferenças regionais e educação: a instrução primária em São Paulo, Pernambuco e Rio Grande do Sul, 1850-1930

Vinicius De Bragança Müller e Oliveira

(Doutorando em História Econômica - FFLCH/USP)

O comportamento fiscal das sub-regiões brasileiras (províncias imperiais e estados republicanos), não obstante depender das oscilações relacionadas à centralização e descentralização do poder nacional, indica como cada uma delas tratou questões essenciais ao desenvolvimento de longo prazo. A instrução pública, com destaque a educação primária, esteve desde a constituição de 1824 sob responsabilidade local e não nacional. Portanto, a instrução pública e como cada província e/ou estado a financiou pode representar a diferença entre eles no que diz respeito aos gastos públicos e, principalmente, ao desenvolvimento econômico. O trabalho propõe uma análise dos gastos públicos em educação primária das regiões de São Paulo, Rio Grande do Sul e Pernambuco entre 1850 e 1930.

## Estrutura produtiva, inserção internacional e desenvolvimento: análise da economia real brasileira

Virginia Laura Fernández

(Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico (PPGDE) da UFPR)

As grandes transformações a nível mundial desde a década de 70, provenientes da globalização e da evolução acelerada da técnica, impactaram significativamente nas economias latino-americanas. A abertura indiscriminada das economias, a desregulação dos mercados e a expansão da economia financeira em detrimento da real, tudo isso forçou os países a desenvolverem estratégias defensivas e de curto prazo para que pudessem adaptar-se. Entretanto, a contundência e relevância da mudança nos padrões de consumo e produção, a nível mundial, demandam estudos e pesquisas pormenorizados, assim como uma análise estrutural, a fim de possibilitar debater o padrão de inserção internacional que cada país terá. Existem diversas formas para interpretar essas mudanças na estrutura produtiva brasileira, a qual, ao que parece, voltou a definir sua inserção no comércio mun-

dial pela exportação de recursos naturais. Alguns autores analisam as mudanças focando-se na desindustrialização da economia; outros, em termos de reprimarização da economia, destacando os problemas que foram vislumbrados pelos economistas cepalinos; e, finalmente, outros que se preocupam com a existência ou não da "doença holandesa", focando-se na falha de mercado gerada pela exportação de commodities por encarecer, relativamente, a produção nacional de produtos que demandam altos capitais e tecnologia de ponta. Essa doença tenderia a manter valorizada a taxa de câmbio, o que também seria um fator de retardo da economia, ampliando também a dependência das economias domésticas ao capital externo (Palma, 2005; Bresser-Pereira e Gala 2010). O objetivo geral deste trabalho é conhecer a evolução da estrutura produtiva industrial brasileira desde os anos 70 até a atualidade. Buscar-se-á, especificamente, estabelecer alguma causalidade entre as mudanças na estrutura produtiva dos últimos anos, a preponderância dos recursos naturais na economia e o crescimento econômico do país. Por fim, considerar-se-ão os impactos no emprego e em alguns indicadores de desenvolvimento do país. O artigo terá quatro seções. A primeira, introdutória. A segunda, em que se apresentam diversos enfoques teóricos que tratam da relevância da estrutura produtiva para que os países em desenvolvimento logrem o "catching up". Aqui terão destaque as análises estruturalistas sobre os problemas da estrutura produtiva desequilibrada e sua relação com o padrão de inserção internacional, dada a vigência dessas interpretações. A terceira seção analisará a evolução dos indicadores da estrutura produtiva industrial brasileira desde 1970 (participação setorial no valor adicionado, produtividade laboral setorial, salários, exportações e importações e margem de rentabilidade). Na quarta e última seção se apresentam algumas reflexões e conclusões do estudo.

## O passado não resolvido: golpe de 1964 e os antecedentes da questão agrária hoje

Vitor Bukvar Fernandes

(Mestrando em Desenvolvimento Econômico – Instituto de Economia – Unicamp)

Roberto Resende Simiqueli

(Doutorando em Desenvolvimento Econômico – Instituto de Economia – Unicamp)

Neste trabalho procuramos delinear o padrão histórico de ocupação territorial rural, acompanhando, paralelamente, as alterações legislativas e regulatórias que tangem à propriedade rural, assim como às formas assumidas por essa normatividade no âmbito do real. Dando seguimento à linha histórica de desenvolvimento deste arcabouço, tem-se que as décadas de 1950 e 1960 foram marcadas por uma profícua e diversa discussão sobre as questões relacionadas à terra, discussão que foi abortada até meados da redemocratização dos anos 1980 pelo golpe militar de 1964. Em seguida passamos a registrar a observação detalhada das alterações regulatórias e legislativas relacionadas à propriedade rural do governo militar até os dias de hoje para então analisar se o padrão histórico de ocupação da terra definido anteriormente transformou-se ou preservou sua essência.

Em adição a isso, acreditamos encontrar nas teses recentes de Bob Jessop referencial capaz de proporcionar a integração entre o legado das análises clássicas e os dilemas do campo brasileiro contemporâneo. Compreendendo o poder político a partir de uma perspectiva relacional-estratégica, Jessop observa duas dimensões claras no embate de diferentes frações de classe - a tentativa de afirmação de projetos hegemônicos rivais, pautados por uma orientação política específica, e sua concomitância a estratégias de acumulação centradas na prevalência desta ou daquela via de valorização do capital sobre os demais. Tanto a recente arrancada do agribusiness nas regiões Sul e Centro-Oeste, quanto seus fundamentos históricos e sua base de suporte político afirmam-se, para nós, como elementos constituintes do eixo dual jessopiano. Por fim, a análise empreendida pelo cientista político britânico apresenta especial interesse por representar, nos últimos anos, uma tentativa de conciliação com a reflexão neo-institucionalista. Diferentemente das correntes tradicionais do campo, no entanto, Jessop afirma o papel das instituições enquanto reafirmação do caráter espacial e temporal assumido por diferentes instâncias da luta de classes, e a cristalização de embates específicos entre frações

em disputa em um dado arranjo institucional, condizente com nossa peculiar trajetória de regulação da terra.

## Sapucai, Minas Gerais e São Paulo: um caso de disputa territorial no Império, 1843 e 1853

Vitor Marcos Gregório

(Doutorando FFLCH/USP)

Tema pouco abordado pela historiografia brasileira, o processo para criação das províncias do Paraná e do Amazonas levantam uma série de questões que podem auxiliar na tarefa de compreender melhor o processo de funcionamento do sistema político do Brasil Imperial enquanto vinculado a um sistema político de tipo representativo típico do século XIX. Neste sentido, esta comunicação tem por objetivo apresentar os resultados obtidos com minha pesquisa de doutorado, já em fase de conclusão, de modo a apresentar algumas destas questões e encaminhar alguns debates que podem ser úteis para a análise do processo de formação do Estado nacional brasileiro. Pretende, com isso, avançar algumas hipóteses levantadas ao longo deste trabalho, e promover a troca de experiências com os demais pesquisadores, tanto em termos teóricos quanto em termos metodológicos, com vistas a enriquecer este trabalho e as pesquisas que ainda serão realizadas nesta área. Alguns temas levantados durante o último encontro da ABPHE, realizado em Curitiba, serão retomados, agora sob a luz de nova documentação e de pertinente bibliografia, os quais ainda não haviam sido consultados naquela ocasião.

## As casas comerciais importadoras/exportadoras de Corumbá (1904-1915).

Zulmária Izabel de Melo Souza Targas

(Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História /PPGH da Faculdade de Ciências Humanas/FCH da Universidade Federal da Grande Dourados/UFGD)

O surgimento das casas comerciais importadoras/exportadoras de Corumbá está atrelado a livre navegação fluvial através da Bacia Platina (composta pelos rios Paraná, Paraguai e Uruguai e seus afluentes) que dá ligação ao Oceano Atlântico. Navegação esta que se consolidou após o final da Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai (1870). Com a livre navegação pelo estuário do Prata incrementou-se o comércio na Província/Estado de Mato Grosso, e as casas comerciais passaram a se destacar, principalmente as estabelecidas na cidade portuária de Corumbá; pois eram responsáveis por grande parte da importação e exportação realizadas pela Província e depois Estado de Mato Grosso. Contudo, foi com o despontar do século XX que o comércio corumbaense desenvolveu-se e, em consequência, ocorreu a abertura de novas casas comerciais de importação e exportação. Esse ramo empresarial era composto por estrangeiros, brasileiros vindos de outras praças, assim como, mato-grossenses. Este artigo tem por objetivo apresentar uma caracterização geral das casas comerciais importadoras/exportadoras de Corumbá no período de 1904 a 1915.

## ÍNDICE ONOMÁSTICO

Afonso de Alencastro Graça Filho .....	12/27
Ailton Laurentino Caris Fagundes .....	20/27
Alcides Goularti Filho .....	18/33/123
Alcione de Albuquerque Más .....	13/28
Alexandra Maria Pereira .....	12/28
Alexandre Flávio Silva Andrada .....	23/29
Ana Hutz .....	14/30
Ana Paula Macedo de Avellar .....	23/116
Ana Paula Menezes .....	14/31
André Roncaglia de Carvalho .....	12/32
André Schifnagel Achivir .....	18/32
André Scholl de Almeida .....	18/33
Angelita Matos Souza .....	19/35
Angelo Alves e Carrara .....	15/112
Antoniel Ferreira Avelino Filho .....	14/36
Antonio Carneiro de Almeida Júnior .....	15/36
Apoena Canuto Cosenza .....	21/37
Armando Wilson Tafner Junior .....	22/38
Beatriz Libano Bastos Azevedo .....	12/39
Bernardo Kocher .....	15/39
Bruno Aidar Costa .....	19/41
Bruno Gabriel Witzel de Souza .....	16/41
Bruno Hofig .....	23/42
Bruno Novelino Vittoretto .....	18/43
Bruno Theodosio .....	21/43
Caio Rennó José .....	21/44

Carlos Eduardo Rovaron .....	18/45
Carlos Henrique Lopes Rodrigues .....	16/45
Carlos Leonardo Kulnig Cinelli .....	17/46
Carolina Miranda Cavalcante .....	20/48
Cassio Silva Moreira .....	13/48
Christiane Luci Bezerra Alves .....	12/13/49
Cicera Samara Rodrigues .....	13/49
Claudia Musa Fay .....	23/50
Cleyton Rodrigues dos Santos .....	17/50
Cristiano José Pereira .....	16/51
Cristina Froes de Borja Reis .....	14/52
Daniele Weigert .....	17/53
Danielle Cristina Guizzo .....	23/54
Danilo Barolo Martins de Lima .....	16/54
Débora de Souza Leão Albuquerque .....	22/55
Diego de Cambraia Martins .....	22/56
Ednaido Michellon .....	14/56
Edneila Rodrigues Chaves .....	18/57
Eduardo Januário .....	12/58
Eduardo José Vieira .....	18/58
Emmanoel de Oliveira Boff .....	20/59
Evânio Mascarenhas Paulo .....	12/13/60
Fabian Scholze Domingues .....	14/61
Fábio Carlos da Silva .....	22/23/38/81
Fábio Francisco de Almeida Castilho .....	20/62
Fábio Rogério Cassimiro Correa .....	13/63
Felipe Marinho Duarte .....	19/64
Fernando Gaudereto Lamas .....	21/64

Fernando Sarti Ferreira .....	16/65
Flávio Benedito .....	21/66
Franciany Cordeiro Gomes .....	15/67
Francisco Monticeli Valias Neto .....	18/68
Francisco Roberto Fuentes Tavares de Lira .....	15/68
Gabriel Almeida Antunes Rossini .....	13/69
Geneci Guimarães de Oliveira .....	23/50
Guilherme Carra Makowsky .....	22/70
Gustavo Barros .....	23/70
Heloisa Maria Teixeira .....	17/71
Henrique Pereira Braga .....	17/71
Hyllo Nader de Araújo Salles .....	19/72
Ivanil Nunes .....	22/73
Joana Monteleone .....	13/74
José Roberto Barsotti Baldin .....	19/75
José Tadeu de Almeida .....	19/75
Juliana da Silva Henrique .....	14/76
Juliano Giassi Goularti .....	23/77
Karen Nayara Pereira Sobreira .....	13/49
Kleber Eduardo Men .....	19/78
Laurent Azevedo Marques de Saes .....	22/78
Leandro Vizin Villarino .....	20/79
Leonardo Cândido Rolim .....	13/80
Leonardo Milanez de Lima Leandro .....	23/81
Luis Eduardo Carvalheira de Mendonça .....	15/82
Luiz Alberto Esteves .....	19/83
Luiz Alberto Ornellas Rezende .....	19/84
Luiz Eduardo Simões de Souza .....	14/18/85/110

Luiz Felipe Bruzzi Curi .....	16/86
Luzia Dematé Salvalaio .....	16/86
Magda Holan Yu Chang .....	17/87
Marcel Pereira da Silva .....	22/88
Marcelo Luiz Mendes Da Fonseca .....	12/89
Márcia Cristina Lacerda Ribeiro .....	22/90
Marco Antonio Brandão .....	17/91
Maria do Carmo de Oliveira Russo .....	17/92
Mariana da Silva Corrêa .....	14/93
Marianna Percinio Moreira Bomfim .....	20/94
Marjorie Rocha Cohn .....	17/94
Marlon Acássio Casagrande .....	18/33
Mauricio Gonçalves Margalho .....	16/95
Michel Deliberali Marson .....	13/96
Monique Félix Borin .....	15/97
Natália Maria Salla .....	14/97
Natalia Tammone .....	13/99
Natânia Silva Ferreira .....	14/99
Nelson Mendes Cantarino .....	17/100
Niemeyer Almeida Filho .....	18/108
Orange Matos Fertosa .....	23/101
Otávio Erbereli Júnior .....	17/101
Patricia Andrade de Oliveira e Silva .....	20/102
Patricia Valim .....	21/103
Paulo Henrique Furtado de Araujo .....	21/103
Paulo Roberto de Almeida .....	16/104
Paulo Roberto de Oliveira .....	22/105
Pedro Cezar Dutra Fonseca .....	13/14/48/61

Pedro Henrique Pedreira Campos .....	20/106
Pedro Ramos .....	20/102
Pedro Vilela Caminha .....	14/106
Pollyanna Precioso Neves .....	15/107
Priscila Santos de Araujo .....	17/108
Quelen Ingrid Lopes .....	22/109
Rabib Floriano Antonio .....	20/109
Rafael Aubert de Araujo Barros .....	18/110
Rafael da Silva Coelho .....	19/111
Rafael Martins De Oliveira Laguardia .....	15/112
Rafaela Rodrigues da Silva Carvalho .....	16/113
Reinaldo Guedes dos Santos .....	14/56
Renata Cipolli D'Arbo .....	20/114
Renato Leite Marcondes .....	13/28
Ricardo José dos Santos .....	23/116
Roberta Barros Meira .....	20/116
Roberto Pereira Silva .....	18/117
Roberto Resende Simiqueli .....	17/20/118/130
Rodrigo Fontanari .....	13/119
Rodrigo Regazonni de Oliveira .....	21/119
Rogério Arthmar .....	17/46
Ronaldo Ribeiro Ferreira .....	23/120
Rosana de Melo Louro .....	19/121
Roselaine Navarro Barrinha da Silva .....	21/122
Siméia de Nazaré Lopes .....	13/123
Talita Alves de Messias .....	18/123
Tallyta Rosane Bezerra de Gusmão .....	21/124
Telio Anisio Cravo .....	22/125

Thiago Alves Dias .....	15/125
Thiago Fontelas Rosado Gambi .....	20/126
Triago Nasser Appel .....	22/127
Valéria Feitosa Pinheiro .....	13/49
Vinicius De Bragança Müller e Oliveira .....	15/128
Virginia Fontes .....	21/122
Virginia Laura Fernández .....	21/128
Vitor Bukvar Fernandes .....	20/130
Vitor Marcos Gregório .....	15/131
William Oura Suzuki .....	14/56
Zulmânia Izabel de Melo Souza Targas .....	15/132



Organização



Apoio

